



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



DISCURSOS  
PRESIDENTE  
JOÃO FIGUEIREDO  
VOLUME VI

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA



DISCURSOS  
PRESIDENTE  
JOÃO FIGUEIREDO  
VOLUME VI

F475d

FIGUEIREDO, João, Presidente do Brasil, 1918- . *Discursos*: 1984. Brasília, Presidência da República, Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1984, v.6.

1. Figueiredo, João, Presidente do Brasil, 1918- — Discursos

I. Título

18. CDD 354.810 35

**Esta publicação contém discursos  
proferidos pelo Presidente da Re-  
pública, João Figueiredo, durante  
o ano de 1984.**



## ÍNDICE CRONOLÓGICO

	Págs.	
07 DE FEVEREIRO	DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO EM AGRADECIMENTO À SAUDAÇÃO QUE LHE FEZ O SENHOR SILES ZUAZO, PRESIDENTE DA BOLÍVIA/SANTA CRUZ DE LA SIERRA-BOLÍVIA .....	1
07 DE FEVEREIRO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, POR OCASIÃO DO BANQUETE OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA BOLÍVIA, SENHOR SILES ZUAZO/SANTA CRUZ DE LA SIERRA/BOLÍVIA .....	5
08 DE FEVEREIRO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, POR OCASIÃO DO BANQUETE OFERECIDO AO PRESIDENTE DA BOLÍVIA, SENHOR SILES ZUAZO/SANTA CRUZ DE LA SIERRA/BOLÍVIA .....	7
09 DE FEVEREIRO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DA ASSINATURA DE ATOS/SANTA CRUZ DE LA SIERRA-BOLÍVIA.....	15
09 DE FEVEREIRO	SAUDAÇÃO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO DIRIGIDA À IMPRENSA BOLIVIANA/SANTA CRUZ DE LA SIERRA-BOLÍVIA .....	17
09 DE FEVEREIRO	MENSAGEM DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO DEIXAR O ESPAÇO AÉREO DA BOLÍVIA/SANTA CRUZ DE LA SIERRA/BOLÍVIA .....	19

## II

		Págs.
27 DE FEVEREIRO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO NO ITAMARATY AO PRESIDENTE DO URUGUAI, SENHOR GREGÓRIO ÁLVAREZ/BRASÍLIA-DF .....	21
28 DE FEVEREIRO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO PELO PRESIDENTE DO URUGUAI, SENHOR GREGÓRIO ÁLVAREZ/BRASÍLIA-DF .....	27
07 DE MARÇO	IMPROVISO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO DAR POSSE NO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA AO DOUTOR NESTOR JOST/BRASÍLIA-DF .....	29
21 DE MARÇO	IMPROVISO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO DAR POSSE NO CARGO DE MINISTRO DA MARINHA AO ALMIRANTE ALFREDO KARAM/BRASÍLIA-DF.	31
29 DE MARÇO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, SENHOR MIGUEL DE LA MADRID HURTADO/BRASÍLIA-DF.....	33
30 DE MARÇO	BRINDE DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO DIRIGIDO AO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, SENHOR MIGUEL DE LA MADRID HURTADO, POR OCASIÃO DE SUA VISITA AO BRASIL/BRASÍLIA-DF .....	39
31 DE MARÇO	DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA POR OCASIÃO DO 20º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO/BRASÍLIA-DF .....	43
02 DE ABRIL	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO JANTAR OFERECIDO AO REIS DA SUÉCIA/BRASÍLIA-DF.....	47
10 DE ABRIL	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO QUANDO DO JANTAR OFE-	

		Págs.
	RECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO REI HASSAN II/FEZ-MARROCOS.....	55
12 DE ABRIL	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO SER RECEBIDO EM SESSÃO SOLENE NO PARLAMENTO ESPANHOL/MADRI-ESPANHA .....	59
12 DE ABRIL	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO SER RECEBIDO NO AYUNTAMIENTO DE MADRID/MADRI-ESPANHA.....	61
12 DE ABRIL	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DO BANQUETE OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM POR SUA MAJESTADE O REI JUAN CARLOS I/MADRI-ESPANHA.....	65
13 DE ABRIL	BRINDE A SER PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO PELO SENHOR FELIPE GONZALES MARRQUES, PRESIDENTE DO GOVERNO ESPANHOL/MADRI-ESPANHA .....	71
16 DE ABRIL	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DA REUNIÃO COM OS MINISTROS DE ESTADO QUANDO DO ENVIO DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL/BRASÍLIA-DF.....	75
16 DE ABRIL	DISCURSO DIRIGIDO À NAÇÃO BRASILEIRA EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO/BRASÍLIA-DF .....	79
02 DE MAIO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO RECEBER OS MEMBROS DA DIRETORIA DA ADESG/BRASÍLIA-DF .....	85
24 DE MAIO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO ALMOÇO OFERECIDO PELO PRIMEIRO-MINISTRO DO JAPÃO, SENHOR NAKASONE/TÓQUIO-JAPÃO .....	87

## IV

		Págs.
24 DE MAIO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO BANQUETE OFERECIDO PELO IMPERADOR HIROHITO/TÓQUIO-JAPÃO .....	93
25 DE MAIO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO ALMOÇO OFERECIDO PELAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS JAPONF <sup>CS</sup> AS/TÓQUIO-JAPÃO .....	97
25 DE MAIO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO BANQUETE DE RETRIBUIÇÃO/TÓQUIO-JAPÃO .....	103
28 DE MAIO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO BANQUETE OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO PRESIDENTE DA CHINA, SENHOR LI XIAN-NIAN/PEQUIM-CHINA .....	105
29 DE MAIO	BRINDE DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO BANQUETE DE RETRIBUIÇÃO/PEQUIM-CHINA .....	109
18 DE JUNHO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO JANTAR EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU, SENHOR BELAÜNDE TERRY, POR OCASIÃO DE SUA VISITA AO BRASIL/BRASÍLIA-DF .....	113
19 DE JUNHO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU, SENHOR FERNANDO BELAÜNDE TERRY, POR OCASIÃO DE SUA VISITA AO BRASIL/BRASÍLIA-DF .....	119
25 DE JUNHO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO RECEBER OS ESTAGIÁRIOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA/BRASÍLIA-DF .....	121
02 DE JULHO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DO JANTAR	

	OFERECIDO AO PRESIDENTE DA GUINÉ-BISSAU, SENHOR JOÃO BERNARDO VIEIRA/BRASÍLIA-DF .....	123
10 DE JULHO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DO 50º ANIVERSÁRIO DA EMPRESA BRASILEIRA DE NOTÍCIA-EBN/BRASÍLIA-DF .....	129
19 DE JULHO	DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO POR OCASIÃO DO 10º ANIVERSÁRIO DA COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A. — COBRA/RIO DE JANEIRO-RJ .....	131
22 DE AGOSTO	IMPROVISO AO DAR POSSE NO CARGO DE MINISTRO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO AO SENADOR MURILO BADARÓ/BRASÍLIA-DF .....	133
12 DE SETEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO DIA INTERNACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO — 14º ANIVERSÁRIO DO MOBRAL/BRASÍLIA-DF .....	135
13 DE SETEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA ABERTURA AO TRÁFEGO DA BR-364, QUE LIGA CUIABÁ A PORTO VELHO/CUIABÁ-MT .....	137
13 DE SETEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA RODOVIA CUIABÁ-PORTO VELHO/PORTO VELHO-RO .....	141
29 DE SETEMBRO	IMPROVISO AO RECEBER O DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS (PDS-GO), ACOMPANHADO DE LIDERENÇAS POLÍTICAS DO ESTADO/BRASÍLIA-DF .....	145
29 DE SETEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DA SOLENIDADE DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DA SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA/BRASÍLIA-DF .....	149

## VI

	Págs.
29 DE SETEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO SIMPÓSIO «AÇÚCAR — UMA ESTRATÉGIA PARA O FUTURO»/BRASÍLIA-DF ..... 151
29 DE SETEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DA POSSE NA DIRETORIA DA FIESP/SÃO PAULO-SP .. 157
05 DE OUTUBRO	DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO/BRASÍLIA-DF ..... 161
09 DE OUTUBRO	DISCURSO EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO SOBRE A ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL NA ÁREA DO MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA/BRASÍLIA-DF ..... 165
25 DE OUTUBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO ENCONTRO COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, ALFREDO STROESSNER, QUANDO DA ABERTURA DAS COMPORTAS DO VERTEDOIRO CENTRAL DE ITAIPU/FOZ DO IGUAÇU-PR .. 175
29 DE OUTUBRO	DISCURSO AO RECEBER OS OPERÁRIOS-PADRÃO DO ANO ESCOLHIDOS PELO «O GLOBO»/BRASÍLIA-DF ..... 181
30 DE OUTUBRO	DISCURSO, EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO, SOBRE AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO NA ÁREA DOS TRANSPORTES/BRASÍLIA-DF ..... 183
12 DE NOVEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DA ABERTURA DA XIV ASSEMBLÉIA-GERAL DA OEA/BRASÍLIA-DF ..... 199
15 DE NOVEMBRO	DISCURSO, EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO, SOBRE AS REALIZAÇÕES DO GOVERNO NA ÁREA DAS COMUNICAÇÕES/BRASÍLIA-DF ..... 207
21 DE NOVEMBRO	DISCURSO, EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO, SOBRE AS REALI-

		Págs.
	ZAÇÕES DO GOVERNO NA ÁREA DO MINISTÉRIO DO INTERIOR/BRASÍLIA-DF .	225
22 DE NOVEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DA HIDRELÉTRICA DE TUCURUI/TUCURUI-PA .....	245
30 DE NOVEMBRO	DISCURSO, EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO, SOBRE PROGRAMA DE GOVERNO NA ÁREA DO MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS FUNDIÁRIOS/BRASÍLIA-DF .....	249
05 DE DEZEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO COM OS OFICIAIS-GERAIS/BRASÍLIA-DF .....	265
06 DE DEZEMBRO	IMPROVISO POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO DO TRECHO DA BR-163/SINOP-MT .....	271
07 DE DEZEMBRO	DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO/BRASÍLIA-DF .....	275
10 DE DEZEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DOS CUMPRIMENTOS AOS MEMBROS DO CORPO DIPLOMÁTICO/BRASÍLIA-DF .....	293
10 DE DEZEMBRO	DISCURSO POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA EM COMPROMISSO DE EXPORTAÇÃO ATRAVÉS DA BEFIEX/BRASÍLIA-DF .....	297
13 DE DEZEMBRO	DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO/BRASÍLIA-DF .....	301
28 DE DEZEMBRO	DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TELEVISÃO/BRASÍLIA-DF .....	319



7 DE FEVEREIRO  
VIRU-VIRU  
SANTA CRUZ DE LA SIERRA  
BOLÍVIA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE  
JOÃO FIGUEIREDO, EM AGRADECIMENTO  
À SAUDAÇÃO QUE LHE FEZ O  
SENHOR SILES ZUAZO, PRESIDENTE  
DA BOLÍVIA

Excelentíssimo Senhor  
Presidente Hernán Siles Zuazo,

Em nome de todos os brasileiros, saúdo cordialmente Vossa Excelência, a Excelentíssima Senhora de Siles e o povo irmão da Bolívia.

Ainda sob a emoção de minha chegada a esta terra amiga, recebo, com viva satisfação, o significativo título de hóspede de honra da municipalidade de Santa Cruz de La Sierra. Registro esse gesto de generosidade como testemunho do carinho e da amizade do povo boliviano ao povo brasileiro. A vizinhança nos tem permitido, ao longo do tempo, estreitar, em benefício mútuo, os vínculos de fraterno entendimento entre os nossos dois países.

Santa Cruz de La Sierra sempre desempenhou papel de relevo na História da Bolívia. No período colonial, foi centro de projeção das atividades econômicas e im-

portante ponto de interconexão entre as diversas regiões do País. Com o correr dos anos, sua importância não decresceu. Ao contrário, graças ao esforço permanente de seus filhos, Santa Cruz de La Sierra pôde acompanhar as transformações do País e associar-se intimamente, sempre em caráter pioneiro, ao processo de modernização da Bolívia. Hoje, destaca-se pelo dinamismo de sua moderna agricultura, pela contribuição de seus produtos agrícolas e agroindustriais à pauta de exportação e pelo êxito com que desenvolve a exploração de suas reservas de hidrocarbonetos.

Brasileiros e bolivianos muito se têm beneficiado com a contribuição positiva de Santa Cruz de La Sierra à região fronteiriça. Na semelhança da paisagem física, na identidade de aspectos humanos e na comunhão de valores culturais e espirituais, reflete-se a interpenetração de influências recíprocas, de efeitos tão salutares para ambos os povos.

Senhor Presidente,

Sob a liderança de Vossa Excelência, os bolivianos têm procurado superar as dificuldades presentes, aprimorar as suas estruturas econômicas, propiciar justiça social mais ampla, em atmosfera de respeito aos direitos do homem e de fortalecimento das instituições nacionais. Posso assegurar-lhe que o povo brasileiro empenha seus melhores esforços nesses mesmos objetivos.

Senhor Presidente,

Nossos países dedicam-se, com tenacidade, à procura de níveis crescentes de desenvolvimento. Nesse contexto, temos mantido diálogo franco, ininterrupto e cordial, reflexo de nossas múltiplas convergências. O entendimento entre a Bolívia e o Brasil já gerou resultados auspiciosos em vários campos. Cabe-nos manter, ante as

dificuldades, o ânimo para um produtivo trabalho conjunto, em bases realistas e com critério de viabilidade.

Nas conversações que mantereí com Vossa Excelência, não faltarão, estou certo, oportunidades concretas para o aprofundamento da cooperação bilateral. Tere-mos ocasião também de efetuar ampla troca de impres-sões sobre as questões relevantes que afetam, nos planos internacional e regional, o desenvolvimento harmônico e continuado que desejamos para nossas nações.

Em meu nome, no de minha mulher e dos membros de minha comitiva, desejo agradecer a Vossa Excelência o amável convite para visitar a Bolívia, bem como as ge-nerosas palavras com que acaba de nos saudar, e ao po-vo e à municipalidade de Santa Cruz de La Sierra, o ex-pressivo título de seu hóspede de honra, distinção de que muito me orgulho.

Muito Obrigado.



7 DE FEVEREIRO  
CLUBE SOCIAL  
SANTA CRUZ DE LA SIERRA  
BOLÍVIA

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, POR OCASIÃO DO BANQUETE OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA BOLÍVIA, SILES SUAZO

Senhor Presidente:

As generosas palavras de Vossa Excelência e o Grande Colar do Condor dos Andes com que acaba de agraciar-me têm para mim sentido muito especial, pois simbolizam a histórica e fraterna amizade entre os povos brasileiro e boliviano.

Estas horas que passamos na Bolívia foram suficientes para confirmar convicção que trago de longa data: a de que, além dos fatores físicos e geográficos, afinidades muito importantes unem os nossos povos. A hospitalidade e o carinho com que fomos recebidos, minha mulher, minha comitiva e eu, pelas autoridades bolivianas e pelo povo desta valorosa Cidade, muito nos sensibilizaram.

Em Vossa Excelência, Senhor Presidente, encontrei interlocutor disposto a procurar, de forma lúcida e realista, os caminhos adequados para superar os obstáculos com que se defrontam nossos países no difícil caminho para o desenvolvimento. Conhecedor da posição expres-

siva que Vossa Excelência ocupa na história das relações entre a Bolívia e o Brasil, esse fato não me surpreendeu.

Deu-me, sim, razões adicionais para acreditar que permanece aberto amplo caminho para o trabalho conjunto e a colaboração fraterna entre nossos povos.

Senhor Presidente,

Estou seguro de que Vossa Excelência, por comungar dos mesmos ideais, concordará comigo em que é imperativo lançarmos mão de toda nossa criatividade para, mediante cooperação efetiva, retomarmos o caminho do desenvolvimento, em benefício de toda a comunidade latino-americana. Confio em que a América Latina saberá encontrar meios para combater a ameaça, cada vez mais grave e concreta, da regressão econômica.

Essa confiança se cristaliza à medida que verifico, com particular satisfação, no decurso das proveitosas conversações que vimos mantendo, a coincidência de nossas posições sobre as possibilidades de se atenuarem os efeitos adversos da crise econômica mundial.

Senhor Presidente,

Entendo que o processo de desenvolvimento requer dois ingredientes imprescindíveis: em primeiro lugar, a decisão irreversível de buscar o progresso nos diversos campos; em segundo, a necessidade de participação equitativa de todos os segmentos da sociedade no projeto nacional. Em síntese, são necessárias confiança e determinação.

A inabalável determinação de aperfeiçoar a cooperação fraterna entre nossos povos inspira o brinde que faço à crescente prosperidade da nobre Nação boliviana, ao estreitamento dos vínculos entre o Brasil e a Bolívia e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Siles.

8 DE FEVEREIRO  
LOS TAJIBOS  
SANTA CRUZ DE LA SIERRA  
BOLÍVIA

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, POR OCASIÃO DO BANQUETE OFERECIDO AO PRESIDENTE DA BOLÍVIA, SILES SUAZO

Senhor Presidente:

A acolhida fraterna, com que nos honra nesta histórica e hospitaleira Cidade de Santa Cruz de la Sierra, inspira-nos grande reconhecimento ao povo generoso da Bolívia, ao seu governo e a Vossa Excelência.

A atmosfera particular de Santa Cruz alia a encantadora presença do passado ao pujante ritmo do progresso atual. Temos aqui quadro propício a encontro que retoma a tradição de contatos históricos entre nossos países e abre novas perspectivas de trabalho conjunto no rumo do desenvolvimento.

O apego do povo boliviano aos valores democráticos e pluralistas demonstra, de forma viva, sua vocação para o progresso, a liberdade e a justiça. Procura este País enfrentar a multiplicidade dos seus desafios com fórmulas de equilíbrio e participação. As aspirações da sociedade boliviana encontram em Vossa Excelência de-

votado servidor, cuja projeção política nas últimas décadas é por todos reconhecida.

Senhor Presidente,

A riqueza e a diversidade da História da Bolívia são testemunho da tenacidade e do valor de seu povo. Palco de grandiosa luta pela liberdade, a Bolívia acalentou, já nos sonhos de Sucre e do Libertador Simón Bolívar, a esperança de uma ordem justa, pacífica e fraterna. No momento em que a América Latina novamente se encontra em uma de suas encruzilhadas históricas, o exemplo, o ideário e as realizações do General Sucre, prócer da Independência boliviana, crescem aos olhos de todos.

País de múltiplas vertentes — andina, amazônica e platina — a Bolívia tem um grande papel a desempenhar na realização das aspirações e dos ideais latino-americanos de paz, progresso e solidariedade. Suas variadas projeções sub-regionais a incentivam a produtiva convivência com todo o Continente.

Senhor Presidente,

Empenhados em superar problemas concretos e prementes, os países em desenvolvimento estão conscientes do agravamento da situação internacional. O recrudescimento de tensões, seja em escala global, seja em áreas localizadas, não pode deixar de frustrar países e povos cuja preocupação primeira é garantir a paz e a estabilidade.

A América Central nos dá hoje exemplo doloroso e concreto dessa realidade. Vemos povos irmãos, que participaram da construção de um ideário de boa-convivência e de solidariedade, envolvidos em perigosas confrontações. Em lugar do progresso e da prosperidade, criam-se situações capazes de levar parte do Continente a um conflito de graves proporções.

O Brasil tem reafirmado que os conflitos devem ser solucionados por via pacífica, mediante negociações lastreadas na vontade política de superar diferenças, negociações que ensejem um diálogo efetivo e assegurem condições para acordos substantivos, aceitáveis para as partes envolvidas e merecedoras do reconhecimento da comunidade internacional.

O fortalecimento da cooperação política na América Latina muito pode contribuir para essa finalidade. O esforço que os países de Contadora desenvolvem, em prol da paz e da estabilidade no istmo centro-americano, possui conteúdo ético e sentido autenticamente latino-americano, cujo valor vem sendo reconhecido por todas as Nações. São esses esforços destinados a promover o diálogo e o entendimento onde há tensões e conflitos que nos trazem a certeza de que será possível substituir o medo pela esperança, a confrontação pela cooperação, a guerra e a miséria pela paz e o progresso.

A América Latina tem dado provas de que não lhe falta determinação para trilhar esse caminho. No âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica e do Tratado da Bacia do Prata, Brasil e Bolívia demonstram exemplarmente a capacidade de nossos países de se reunirem em torno de projetos concretos de cooperação, em regiões específicas ou em setores determinados da atividade humana.

Senhor Presidente,

Afetados de forma aguda e desproporcional pela crise econômico-financeira que assola o Mundo atual, os países em desenvolvimento continuam a ver ignorados seus apelos em favor de um aperfeiçoamento do sistema econômico internacional. Esses apelos feitos a partir de análise realista das estruturas vigentes do comércio e das

finanças internacionais, levam em conta interesses permanentes de toda a comunidade das Nações.

Ao mesmo tempo em que prevalecem práticas de curto prazo, nossos países vêm agravar-se seu quadro interno e perderem-se conquistas duramente alcançadas. Não se ignora a necessidade de sérios ajustes que levem em conta a conjuntura internacional; não é possível, contudo, sem que se corram graves riscos, transferir aos países em desenvolvimento a maior parte do ônus do reajuste da economia internacional. Se a interdependência é real entre as nações do Mundo, deve ela estender-se a todos os campos, a fim de que seja fator de progresso global e não de mera transferência de custos da crise presente. Além de outras conseqüências, o próprio comércio entre países em desenvolvimento estancou e regrediu. Reduziu-se, assim, importante fator de dinamização e integração de nossas economias.

A América Latina tem plena consciência de suas dificuldades, assim como de suas necessidades e potencialidades. A feliz iniciativa do Presidente do Equador, de convocar uma reunião em que nossos países pudessem examinar bases para uma resposta comum à crise que nos afeta, congregou o Continente e levou a Quito, em janeiro último, grande número de propostas equilibradas. Procuramos, naquele encontro, não uma estratégia de confrontação, que a nada pode conduzir, mas uma análise política que colocasse em sua verdadeira dimensão os problemas econômicos, financeiros e comerciais em que se debatem os países latino-americanos.

As fórmulas então propostas — entre as quais resalto o aprofundamento da cooperação intra-regional, a adoção de medidas concretas tendentes a deter e superar a inusitada queda nos níveis do comércio entre os países latino-americanos e o impulso à integração regional —

são medidas que nos permitiriam retomar os níveis do intercâmbio e o crescimento regional como passos importantes para enfrentar a crise presente.

Senhor Presidente,

Numerosas são, para nossos países, as áreas de coincidência de posições e interesses recíprocos. Nossa idêntica vocação de países platinos e amazônicos revela um conjunto de aspirações comuns; nossa condição de países em desenvolvimento, que muito têm a ganhar com o intercâmbio tecnológico e científico e com uma cooperação adaptada a nossas reais condições de vida, aponta outro conjunto de potencialidade; a proximidade geográfica, a integração de nossas economias e a fronteira comum, de viva e intensa atividade humana, configuram também um conjunto de interesses comuns.

Ademais, o Brasil não poderia deixar de estar atento às circunstâncias especiais da situação geográfica da Bolívia. Nesse sentido, temos sempre buscado contribuir para a superação das dificuldades que essa situação possa trazer ao intercâmbio do país irmão com os mercados externos de seu interesse. E é com esse objetivo que lhe concedemos facilidades em nossos portos e mantemos entendimentos operacionais no campo dos transportes, que asseguram à Bolívia trânsito fluído pelo território brasileiro de parcela relevante de seu comércio exterior. Incentivamos e apoiamos, também, os estudos de projetos e planos de interconexão viária entre os dois países.

Apesar da riqueza e complexidade que caracterizam o relacionamento bilateral, grande é o potencial de sua expansão. Não ignoramos que as dificuldades do momento atual podem obrigar-nos a estender prazos e a efetuar uma escolha acurada dentre a multiplicidade de temas que nos cabe desenvolver. No anterior governo de Vossa Excelência, importantes acordos de cooperação

econômica foram firmados entre nossos países. Deste nosso encontro resultarão outros instrumentos que manterão a cooperação tradicional adaptada à presente conjuntura.

Senhor Presidente,

Ressalta, por sua importância para o progresso de ambos os países, a cooperação agrícola e agroindustrial em diversos campos, como a pesquisa agrícola, o desenvolvimento de sistemas de cooperativas agrícolas e o escoamento da produção. São setores de grande sensibilidade social e econômica, da maior importância em países com vocação agrícola como os nossos. A cooperação técnica, científica e tecnológica e o intercâmbio cultural e acadêmico completam essa vasta área em que nossos países podem oferecer-se mutuamente experiências e soluções apropriadas para seus problemas.

Estamos abertos a iniciativas relativas a transportes e infra-estrutura viária e medidas tendentes a aumentar os fluxos do comércio bilateral, seja através do incremento de vendas diretas, seja pela promoção de projetos conjuntos. O equacionamento dos vínculos financeiros entre os nossos países poderá favorecer o incremento do intercâmbio bilateral e a própria dinamização de setores importantes de nossas respectivas economias.

A troca de informações e as consultas sobre temas bilaterais, regionais e mundiais, exercidas com a franqueza e a fluidez próprias de um relacionamento estreito e maduro, completam esse quadro promissor e confirmam, no plano político-diplomático, as coincidências e os interesses comuns que aproximam o Brasil e a Bolívia.

Senhor Presidente,

Em reconhecimento à valiosa contribuição pessoal de Vossa Excelência, ao aprimoramento das relações en-

tre nossos dois países, o Governo brasileiro, que já lhe havia demonstrado seu especial apreço ao outorgar-lhe o Grande Colar da Ordem do Cruzeiro do Sul, decidiu conferir-lhe a Ordem de Rio Branco, em sua mais alta graduação, cuja insígnia tenho neste momento a especial satisfação de impor-lhe.

Convido todos os presentes a me acompanharem num brinde à prosperidade da Nação boliviana, ao crescente estreitamento dos laços de fraterna amizade que unem nossos povos e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Siles.



9 DE FEVEREIRO  
SALÃO CABILDO  
SANTA CRUZ DE LA SIERRA  
BOLÍVIA

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DE ATOS

Senhor Presidente:

Ao manifestar minha satisfação pelos resultados extremamente positivos desta visita, desejo reiterar meu particular apreço pela calorosa hospitalidade do Governo e povo bolivianos.

As qualidades de estadista de Vossa Excelência contribuíram decisivamente para nosso diálogo e para o êxito de minha visita à Bolívia.

Senhor Presidente,

Os atos ora firmados somar-se-ão ao elenco de acordos já existentes entre nossos países, integrando o arcabouço indispensável à efetiva implementação da cooperação bilateral. A par dessa cooperação, a convergência das posições brasileiras e bolivianas em tantos aspectos da conjuntura regional e mundial configuram base sólida para o estreitamento de nossos vínculos.

Siderurgia, transportes, agricultura e agroindústria, ciência e tecnologia, para citar apenas algumas, são

áreas particularmente promissoras para o desenvolvimento da cooperação bilateral, em bases mutuamente vantajosas. O realismo que tem caracterizado os diversos contatos de alto nível entre nossos países dá-nos razões para confiar no futuro.

Senhor Presidente,

Levo comigo grata lembrança da atmosfera de cordialidade reinante em nossos encontros nestes dois dias. Essa atmosfera reflete não apenas o espírito das relações entre os governos, senão também, e especialmente, a simpatia natural entre bolivianos e brasileiros.

Parto, assim, com a convicção de que avançamos, de forma significativa, na intensificação de nossas relações, o que reverterá em benefício de nossos povos e de toda a América Latina.

9 DE FEVEREIRO  
SALÃO CABILDO  
SANTA CRUZ DE LA SIERRA  
BOLÍVIA  
SAUDAÇÃO DO PRESIDENTE JOÃO FI-  
GUEIREDO DIRIGIDA À IMPRENSA  
BOLIVIANA

Nesta feliz ocasião, quero referir-me, em primeiro lugar, à atmosfera francamente positiva e amistosa que encontrei em Santa Cruz de la Sierra e que muito contribui para o êxito das conversações que mantive com o Presidente Siles Zuazo e com as mais altas autoridades bolivianas.

Esses encontros serviram para reforçar o sentido e continuidade que caracteriza o nosso relacionamento e o propósito comum de intensificar e ampliar, em benefício mútuo, a cooperação entre os dois países.

Encontrei no Presidente Siles Zuazo um interlocutor perfeitamente sintonizado com as exigências de seu tempo e com a causa da aproximação crescente entre o Brasil e a Bolívia.

Estou persuadido de que esses entendimentos abrem perspectivas novas e promissoras para o relacionamento bilateral e para o trabalho a ser empreendido no objetivo de superar as dificuldades da hora presente e a reafirmar a vocação construtiva da colaboração brasileiro-boliviana.

Ao deixar Santa Cruz de la Sierra, agradeço penhorado a hospitalidade e a calorosa acolhida que o Governo e o povo da Bolívia dispensaram à minha mulher, à minha comitiva e a mim próprio. Esse gesto reflete a fraterna amizade que nos une e que a vizinhança de nossos territórios tem permitido aprofundar ainda mais, em benefício de nossos povos.

9 DE FEVEREIRO  
MENSAGEM DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO DEIXAR O ESPAÇO AÉREO DA BOLÍVIA

Excelentíssimo Senhor Doutor Hernán Siles Zuazo,  
Presidente Constitucional da República da Bolívia:

Ao deixar o espaço aéreo boliviano de regresso a meu país, após visitar oficialmente a República da Bolívia, desejo, em meu nome, no de minha mulher e dos membros de minha comitiva, expressar a Vossa Excelência, à Senhora de Siles, às autoridades e ao nobre povo boliviano, o mais sincero reconhecimento pela atenção, hospitalidade e carinho com que fomos distinguidos em todos os momentos de nossa memorável estada em Santa Cruz de la Sierra.

Estou certo de que os instrumentos firmados e as conversações mantidas no decorrer da visita, em clima de amizade e confiança, constituirão marco inestimável e garantia para o estreitamento, sempre crescente, das relações de cooperação e fraternidade já tão expressivas entre nossos países.

Queira aceitar, Senhor Presidente, os meus mais calorosos cumprimentos e transmitir, mais uma vez, à Senhora de Siles, às autoridades e ao povo da Bolívia, nossas afetuosas saudações.



27 DE FEVEREIRO  
PALÁCIO DO ITAMARATY  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO NO ITAMARATY, AO PRESIDENTE DO URUGUAI

Senhor Presidente:

É com especial satisfação que recebemos Vossa Excelência e seus ilustres acompanhantes. Sua presença entre nós realça os sentimentos fraternos de estima e admiração que o Brasil dedica à República Oriental do Uruguai.

Seu país sempre deu importantes contribuições ao diálogo e à compreensão entre as nações. Como o povo brasileiro, o uruguaio acredita que o aprofundamento do conhecimento mútuo é o caminho para a harmonia e o progresso da comunidade internacional.

Na pessoa de Vossa Excelência, acolhemos o Chefe-de-Estado, cuja vida pessoal e profissional, assim como as altas funções que tem desempenhado, refletem capacidade e experiência que asseguram o proveito das nossas conversações.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência nos visita quando a aguda crise mundial põe em evidência o acerto do constante proces-

so de aproximação brasileiro-uruguaio. Este encontro possibilita não apenas dialogar no mais alto nível sobre temas de interesse bilateral, continental e mundial, como também, e sobretudo, trabalhar na busca de ações comuns entre os dois países, que possam concorrer para mitigar as dificuldades por que passam nossas economias.

Fatores negativos dominam o panorama atual. É verdade que começa a esboçar-se movimento de reativação da economia dos países industrializados. Essa tendência, porém, é ameaçada pela persistência de desequilíbrios nas finanças públicas, no comércio e no câmbio, que alimentam dúvidas sobre a durabilidade da recuperação.

Enquanto isso, o mundo em desenvolvimento suporta o peso da crise, sofre a perda de expectativas e a ameaça de destruição de estrutura produtiva construída com sacrifício ao longo dos anos. Nas sociedades menos desenvolvidas o custo social é ainda exacerbado pela pobreza tradicional e pela crescente pressão demográfica sobre o mercado de trabalho.

Não pode o exame das razões da crise mundial ficar restrito a visões dogmáticas e unilaterais, mas terá de ser objeto de diálogo amplo, intenso e desprovido de inibições ou preconceitos. Estou seguro de que a responsabilidade pela busca de soluções e pela implementação de medidas corretivas cabe a todos os países. Contudo, se essa responsabilidade é universal, os sacrifícios para superar a crise deverão repartir-se segundo a capacidade de cada país. Se algo há de positivo na crise atual, é o aprofundamento da consciência de que países industrializados e em desenvolvimento partilham de um destino comum. No entanto, esse fato não se traduziu ainda em

modificações de caráter institucional que consagrem o novo ordenamento que almejamos.

Assim, se a contribuição dos industrializados terá de assumir a forma de aceitação de mudanças estruturais, para benefício geral, cabe a nós, conforme tive a oportunidade de manifestar nas Nações Unidas, demonstrar plenamente nossa capacidade de buscar, com serenidade e espírito construtivo, o encaminhamento de nossas postulações.

Senhor Presidente,

Aproximados pela geografia, pela história e pela cultura, com tantos aspectos comuns, nossos países revelam naturais e marcantes afinidades.

A extensa fronteira que compartilhamos constitui um traço de união entre dois povos cujos contatos ultrapassam o mero ritual quotidiano da boa-vizinhança. Entre nossas populações multiplicam-se os laços de sangue e as relações humanas, consolidando sentimentos indissolúveis de afeto e solidariedade.

Nas ocasiões em que vivi em regiões próximas da fronteira, tive a satisfação de testemunhar a cordialidade com que se desenvolvem os contatos de toda ordem entre os nacionais de um e outro país e a convivência amena e fraterna entre brasileiros e uruguaios. Esse conagraçamento permanente se manifesta nas estreitas relações entre os habitantes das cidades gêmeas de nossa fronteira.

A consciência dos interesses e destinos comuns está amplamente disseminada nos diferentes setores da sociedade brasileira, a qual sempre dedicou à Nação uruguaia particular simpatia e admiração.

A trajetória positiva da convivência entre o Brasil e o Uruguai foi certamente fruto da sabedoria com que

nossos maiores souberam palmilhar os caminhos seguros de uma aproximação crescente.

Baseados na tradição de seus contatos bilaterais, o Brasil e o Uruguai forjaram vasto arcabouço jurídico, apto a fortalecer o seu relacionamento nos mais variados campos.

Entre os principais marcos desse notável acerto, sobressaem instrumentos como o Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, o Tratado de Cooperação para o Aproveitamento de Recursos Naturais e o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa-Mirim e o Protocolo de Expansão Comercial.

O Tratado de Amizade abre horizontes promissores a orientarem nossos governos e seus preceitos mantêm plena validade.

Concluído de acordo com o espírito do Tratado de Amizade, o Tratado da Lagoa-Mirim destina-se a promover o desenvolvimento econômico e social de uma área que cobre extensa parte da nossa fronteira comum, à qual nossos governos têm dirigido especial atenção. Além de refletir a importância que ambos os países conferem a um processo de cooperação iniciado há cerca de duas décadas, esse acordo refere-se à região que, graças à visão e às iniciativas de nossos estadistas, entre os quais o Barão do Rio Branco, patrono desta Casa, simboliza o clima de exemplar entendimento entre o Brasil e o Uruguai.

De particular significado é também o Protocolo de Expansão Comercial. Bem demonstra a atenção dedicada por nossas autoridades a esse instrumento, o constante aperfeiçoamento de sua implementação e sua adaptação às circunstâncias. Estamos associados para explorar a fundo as possibilidades de expansão de um intercâmbio comercial mutuamente vantajoso.

Nossos esforços em prol da máxima utilização de oportunidades de cooperação mútua assumem particular relevo em face das dificuldades econômicas que ambos os países atravessam. Buscar a ampliação e o aprofundamento dos pontos de contato entre nossos países é condição básica para que a nossa atuação exterior, seja no plano bilateral, seja na esfera multilateral, adquira maior eficácia. Representa, ademais, contribuição positiva nos contextos da integração regional e da participação da América Latina em foros internacionais.

Senhor Presidente,

O quadro jurídico do relacionamento brasileiro-uruguaio e os expressivos anseios de aproximação bilateral norteiam as conversações com Vossa Excelência.

É relevante efetuar balanço do que nossos países já realizaram nesse âmbito e das perspectivas à nossa frente.

Essa tarefa exige a consciência de que nossos problemas são similares e de que, juntos, podemos aumentar as possibilidades de soluções adequadas. Nosso relacionamento deve desenvolver-se no espírito de cooperação entre nações que se estimam e respeitam, dentro de parâmetros de igualdade e benefícios recíprocos.

Senhor Presidente,

Com a certeza de que muito já se fez entre o Brasil e o Uruguai, e do que ainda mais será feito, convido todos os presentes a comigo brindarem à prosperidade da nobre nação uruguaia, à constância das fraternas relações brasileiro-uruguaias e à saúde e felicidade pessoal de Suas Excelências o Presidente da República Oriental do Uruguai e Senhora Gregorio Álvarez.

Muito Obrigado.



28 DE FEVEREIRO  
CLUBE NAVAL  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, POR OCASIÃO DO JANTAR QUE LHE FOI OFERECIDO NO CLUBE NAVAL DE BRASÍLIA PELO PRESIDENTE GREGORIO ÁLVAREZ

Senhor Presidente Gregorio Álvarez:

Sensibiliza-me de maneira especial esta homenagem de Vossa Excelência, recebida, sobretudo, como um gesto de amizade da República Oriental do Uruguai para com o Brasil.

A presença de Vossa Excelência entre nós constituiu passo importante no estreitamento dos laços entre nossos povos tradicionalmente unidos em torno dos valores da cooperação mútua e da boa-convivência. Com efeito, o Brasil e o Uruguai mantêm, há longo tempo, relacionamento intenso e fraterno, pautado pela franqueza e compreensão recíprocas.

A visita de Vossa Excelência a Brasília configura relevante marco em nossas relações. Nossos governos coincidem na convicção de que somente as modalidades de entendimento e colaboração que levem em conta as especificidades nacionais e não atentem contra o princípio do respeito mútuo entre os Estados, serão capazes de enfrentar com êxito os efeitos adversos da crise

internacional que ora vivemos. No curso de nossas conversações, estivemos de acordo em sublinhar pontos importantes. Coincidimos em que é na manutenção de um espírito aberto ao diálogo e a iniciativas de benefício comum, que os governos dos diversos países estarão em condições de alcançar seus mais lúdimos objetivos: no plano político, preservar a paz em meio ao perigoso clima de tensão hoje reinante; no terreno econômico, lançar os alicerces para a edificação de uma nova ordem internacional em bases mais justas e equitativas.

Senhor Presidente,

A estada de Vossa Excelência no Brasil nos tem possibilitado passar em revista a ampla gama de temas relativos ao relacionamento bilateral. Desejo ressaltar as potencialidades abertas à intensificação das relações brasileiro-uruguayas. Dispomos de vasto arcabouço jurídico que nos oferece variados e ricos caminhos. O pleno desenvolvimento dos tipos de cooperação nele previstos, adquire caráter especial em virtude do momento crítico por que passam atualmente as economias de nossos países.

As conversações que mantivemos testemunham a disposição de nossos países em trilhar juntos a senda do entendimento e da colaboração. Demonstram exemplar relacionamento entre nossas nações, historicamente abertas ao diálogo e às iniciativas comuns. Nossas conversas robustecem a consciência de que nosso relacionamento deve multiplicar seus frutos.

Inspirados pelos fraternos laços que nos unem, peço a todos os presentes que brindem comigo à crescente prosperidade da nobre nação uruguaia, à permanente amizade e cooperação entre nossos povos e à saúde e felicidade do Presidente Gregorio Álvarez e de sua Excelentíssima Esposa.

7 DE MARÇO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF  
IMPROVISO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO DAR POSSE NO CARGO DE MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA AO DOUTOR NESTOR JOST.

Senhores Ministros,  
Senhor Amaury Stábile,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Doutor Nestor Jost:

Eu já tive a oportunidade de, em carta, agradecer ao Doutor Amaury Stábile os serviços, que acaba, que vinha prestando à frente do Ministério da Agricultura.

A saída do Ministro Stábile do Ministério da Agricultura não diminui a sua competência, a sua inteligência, o seu caráter, e nem tão pouco, a amizade que nos liga. Pelo contrário, a maneira com que ele sai enobrece o seu caráter num gesto em que pretende mostrar a sua isenção e facilitar a tarefa do seu chefe.

Mais uma vez, muito obrigado meu amigo Amaury Stábile.

Para substituí-lo fui buscar o Doutor Nestor Jost, nome que não precisa apresentações para ocupar um

Ministério no meu governo. Há muito que o Doutor Nestor Jost estava faltando com a sua presença no meu governo. Já o fazia à frente do Projeto Carajás. Hoje, em face das circunstâncias, ele vem substituir o Doutor Amaury. E eu tenho certeza que aqueles projetos idealizados pelo Ministro Stábile continuarão com afinco na gestão do Doutor Jost. E que ele prestará os serviços tão relevantes como esses que vinha prestando o Ministro Stábile.

Muito Obrigado.

21 DE MARÇO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

IMPROVISO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO DAR POSSE NO CARGO DE MINISTRO DA MARINHA AO ALMIRANTE ALFREDO KARAM

Excelentíssimo Senhor Presidente da  
Câmara dos Deputados,  
Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,  
Excelentíssimo Senhor Presidente do  
Supremo Tribunal Federal,  
Excelentíssimos Senhores Ministros,  
Senhores Parlamentares,  
Almirante Maximiano da Fonseca,  
Almirante Alfredo Karam:

É com pesar que vejo o afastamento do meu amigo Almirante Maximiano da gestão dos negócios da Marinha no meu governo. A administração do Almirante Maximiano diz bem porque foi, quando em conversa com o seu substituto, sugeri que ele não alterasse as linhas mestras da administração do Almirante Maximiano.

A Marinha em particular, o poder naval brasileiro beneficiou-se e muito dos esforços, da inteligência, da

tenacidade e da dedicação do Almirante Maximiano. Daí porque reitero aqui, perante os Senhores, os agradecimentos que a ele fiz em carta.

O Almirante Alfredo Karam, como Chefe do Estado-Maior da Armada, era naturalmente o indicado para substituir o Almirante Maximiano, mas não foi este o motivo principal. O motivo principal é que eu vi no Almirante Karam um prosseguimento da gestão do Almirante Maximiano. Vi que não haveria solução de continuidade e eu conhecia já o passado do Almirante Karam pela sua capacidade profissional incontestável e pelo conceito em que é tido perante os seus companheiros.

Tenho a certeza que a gestão do Almirante Karam não vai diminuir aquilo que já deixou iniciado o Almirante Maximiano.

Muitas felicidades ao Senhor Almirante Karam.

29 DE MARÇO  
PALÁCIO DO ITAMARATY  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

Senhor Presidente:

Vossa Excelência e sua ilustre comitiva muito nos distinguem com sua honrosa visita. O encontro entre mexicanos e brasileiros é sempre ocasião de intercâmbio proveitoso e conagração fraterno. Tenho viva, na memória, a calorosa acolhida que recebi em Cancún, em abril do último ano.

A presença de Vossa Excelência entre nós é ocasião oportuna para reafirmar a atenção prioritária que o Brasil dedica aos países irmãos da América Latina. O excelente estado das relações entre o México e o Brasil e o sólido entendimento que as caracteriza é exemplo da atmosfera de concórdia e cooperação que procuramos criar em nossa região.

Durante minha estada no México, pude apreciar a grandeza da história, o vigor do presente e as potencialidades de sua grande nação. Beneficiário da herança de culturas autóctones, possuidor de alta capacidade criadora de caminhos e modelos próprios, o México cons-

trói com tenacidade, coragem e trabalho, uma sociedade moderna.

Para tanto, muito têm contribuído a firmeza e eficiência de Vossa Excelência na condução dos destinos mexicanos.

A difícil situação mundial pede reflexão para que se encontrem fórmulas capazes de evitar as confrontações, que tão adversamente afetam o conjunto das relações internacionais.

A interrupção da corrida armamentista, especialmente nuclear, e a obtenção de desarmamento geral, completo e efetivamente verificável são objetos que se tornam cada dia mais prementes.

As circunstâncias indicam que esses objetivos ainda estão distantes. Urge, pois, insistir em que seja sustado um processo que a ninguém beneficia. Os países em desenvolvimento, que enfrentam dificuldades econômicas agravadas, não podem assistir calados à destinação de enormes recursos ao poder de destruição.

A retórica e a prática do equilíbrio da força não têm poupado o Mundo de dolorosos conflitos que ameaçam regiões inteiras e rompem a harmonia entre as nações. Nossa preocupação é ainda maior quando consideramos os problemas de nossa região.

Jamais a América Latina se havia defrontado com questões tão graves quanto as que vêm marcando a América Central.

Pela feliz iniciativa do México, juntamente com a Colômbia, Panamá e Venezuela, conseguiu-se colocar em marcha o processo de Contadora. Diante da dimensão humana e social dos antagonismos regionais, Contadora abre perspectivas para soluções equilibradas e está-

veis, fundadas nas melhores tradições diplomáticas do Continente.

Pouco mais de um ano depois de formalizada, a proposta de Contadora, desdobrada já em iniciativas concretas, constitui a única alternativa política e ética para a solução do problema centro-americano. Conta com êxitos palpáveis: conseguiu evitar conflagração militar aberta na região e desencadeou processo negociador multilateral de amplos reflexos positivos. O espírito de Contadora reflete-se igualmente na criação, no âmbito do SELA, do Comitê de Ação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico da América Central, feliz inspiração mexicana que se perfila como indispensável complemento econômico da ação política e diplomática regional.

Não vêm de hoje o apoio e o incentivo que o Brasil empresta a Contadora. Já antes de formalizada a iniciativa, o Governo brasileiro expressara, em dezembro de 1982, sua convicção de que a mediação entre os países do istmo se beneficiaria da experiência e capacidade diplomática de Estados latino-americanos mais próximos e presentes na região, entre eles o México.

Verifico que nos assistia razão quando acreditamos na vocação negociadora e pacifista da América Latina.

Esta convicção é fator que nos leva a emprestar maior apoio à Organização dos Estados Americanos e a augurar que o foro hemisférico, pelo empenho de seus membros, veja revigorada sua ação e valorizados seus esforços pelo progresso e pelo entendimento.

Nossos países não podem relegar a segundo plano a experiência de tantos anos de convivência interamericana. A Organização dos Estados Americanos é valioso instrumento a ser preservado e utilizado no trato dos problemas continentais.

Senhor Presidente,

O México e o Brasil são nações que têm sabido pautar seu relacionamento pelo diálogo profícuo e fraterno. Mantemos firme a convicção de que a união de esforços é instrumento que possibilitará o advento de melhores dias para nossos povos. Faço minhas as palavras de Vossa Excelência, em seu discurso de posse, segundo as quais «o isolamento não é apenas anacrônico, mas também impossível. A cooperação entre povos livres é o único caminho para a paz em um mundo interdependente».

Nossos dois países têm procurado, em todas as ocasiões, sensibilizar as nações desenvolvidas para o tratamento eficaz a ser dispensado à crise econômica mundial.

O Brasil, assim como o México, realizam ingente esforço no sentido de implementar políticas de estabilização, de austeridade, de reformas de instituições internas, com vistas à superação da crise econômica que tão rudemente nos atinge. Temos procurado reativar os fluxos de comércio essenciais, por seu dinamismo, ao trabalho de estabilização econômica que empreendemos.

Registro aqui o notável trabalho que Vossa Excelência, à frente do Governo mexicano, realiza a fim de permitir a recuperação econômica de seu país. Outro tanto temos feito aos brasileiros, a despeito dos sacrifícios envolvidos. Nosso esforço, cujo preço é bem conhecido por nossos povos, só produzirá, porém, os frutos almejados na medida em que houver, por parte dos países desenvolvidos, uma atitude mais construtiva. Até o momento, muito pouco temos visto nesse sentido. Devemos, portanto, intensificar as iniciativas que possam conduzir ao estabelecimento de uma ordem econômica internacional mais justa, mais equilibrada e mais condi-

zente com as legítimas e irrenunciáveis aspirações dos povos em desenvolvimento.

A presente crise econômica afeta, ainda que em diferentes graus, todos os países latino-americanos. Vinculadas por multiplicidade de laços, as nações do Continente adotam atitude positiva em face dos problemas comuns. A Conferência Econômica Latino-Americana, realizada em Quito, no mês de janeiro, é acontecimento de relevante significado. Ao estabelecerem princípios para atuação coordenada, os países reunidos em Quito demonstraram sua correta percepção de que, diante dos desafios que nos são lançados pela economia mundial, somente a cooperação e a racionalização de esforços permitirão a abordagem eficiente da atual crise. Reitero hoje o empenho do Brasil em prestigiar as iniciativas que deverão decorrer da Conferência de Quito, tanto no que se refere ao relacionamento com o mundo desenvolvido, quanto no que diz respeito à dinamização do comércio e da cooperação intra-regionais.

Senhor Presidente,

As relações entre o México e o Brasil são, hoje, intensas e diversificadas. Nossas economias são complementares. A determinação de nossos governos de expandir o relacionamento e estimular a crescente aproximação entre nossos países serve aos mais legítimos interesses dos povos mexicano e brasileiro.

É bem verdade que a recessão tem inibido o comércio bilateral e a implementação de projetos de cooperação em diferentes áreas. A presença de Vossa Excelência no Brasil nos dá oportunidade de demonstrar nossa convicção de que urge remover os obstáculos criados pela crise.

A moldura institucional que sustenta as relações bilaterais tem notável valor no momento atual. Desejaria,

entre os instrumentos existentes, referir-me ao Programa de Trabalho sobre Cooperação Econômica e Comercial, firmado quando de minha visita a Cancún, e ao Memorandum de Entendimento sobre Cooperação Econômica e Industrial, que data de 1980. Esses dois documentos versam assuntos de interesse comum, como a exploração de bauxita, enxofre e minério de ferro; a produção de bens de capital; o fornecimento de matérias-primas; o incremento do intercâmbio comercial; a cooperação industrial e financeira. Estou convencido de que, apesar das dificuldades, o intercâmbio bilateral será ampliado e enriquecido com a implementação de múltiplos projetos, no campo da cooperação industrial e da complementação econômica. Para tanto, o que vale, acima de tudo, é a vontade política dos dois governos.

É com especial agrado, portanto, que, nesta oportunidade, vejo firmar-se um Programa de Trabalho atualizado sobre Cooperação Econômica e Comercial, entre os dois países, para o período 1984-1985.

Pareceu-me igualmente auspiciosa a criação de mecanismo de consulta sobre assuntos políticos, inaugurado em setembro de 1983 pelos chanceleres dos dois países. Naquela ocasião, realizou-se preveitoso exercício, renovado em outras oportunidades, de intercâmbio de opiniões sobre numerosos tópicos internacionais e bilaterais, o que amplia a base de entendimento entre o México e o Brasil.

Senhor Presidente,

Estou seguro de que a visita de Vossa Excelência estreitará os laços que unem o México e o Brasil. Desejo convidar todos os presentes a me acompanharem num brinde à prosperidade da nobre Nação mexicana, à tradicional e sempre crescente amizade que une nossos povos e à felicidade pessoal de Vossa Excelência.

30 DE MARÇO  
CLUBE NAVAL  
BRASÍLIA — DF

BRINDE DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO DIRIGIDO AO PRESIDENTE DO MÉXICO, POR OCASIÃO DE SUA VISITA AO BRASIL

Excelentíssimo Senhor Presidente do México,  
Miguel de la Madrid Hurtado:

Agradeço as palavras de amizade com que sou recebido por Vossa Excelência, no clima de concórdia que marca as fraternas relações entre nossos dois países.

Admiramos, no México, a riqueza de sua cultura, sua capacidade de sintetizar tradição e ímpeto renovador. Seu notável processo de modernização lhe permitiu crescer e projetar-se nos cenários regional e mundial sem abdicar de seus valores tradicionais.

Senhor Presidente,

Sua presença no Brasil bem testemunha a estima que unem nossos povos irmãos. As conversações que mantivemos fluíram com a naturalidade só encontrada entre amigos que compartilham as mesmas aspirações, princípios e ideais.

Nossos países lutam por uma nova ordem internacional que torne mais harmoniosa a convivência entre as nações, com independência, dignidade e respeito mútuo.

Essa identidade de anseios alicerça firmemente a aproximação constante que, nos últimos anos, tem caracterizado o relacionamento entre o México e o Brasil. Múltiplos, fecundos e intensos têm sido os contatos entre nossos países, englobando os mais diversos campos e criando os mecanismos necessários para sua continuação, aperfeiçoamento e consolidação.

Señor Presidente Miguel de la Madrid,

He escuchado con atención sus palabras con respecto las relaciones internacionales. Y es el momento de decir a ustedes que nosotros brasileños pensamos como los mejicanos: que es llegado el momento de decir a los fuertes, a los desarrollados, que no van escuchar más las voces aisladas de éste o aquello país latinoamericano, que es llegado el momento de decir a ellos que tienen que escuchar, quieran o no quieran, una sola voz, la voz que es una voz que los va alertar sobre su responsabilidad, sobre la relaciones internacionales. Lo que queremos, lo que pedimos, lo que exigimos casi, es para la propia seguridad, no solamente de nosotros, mas de ellos también.

Senhor Presidente,

Nesta oportunidade em que Vossa Excelência, com tanta franqueza expôs as opiniões suas e de seu governo, em que nossas conversações foram a tal ponto de franqueza que ao fim de dois dias tivemos a coragem de dizer inconveniências, grandes inconveniências, que mais e cada vez mais aproximaram o México do Brasil e o Brasil do México.

Nesta oportunidade, Senhor Presidente, eu levanto a minha taça e peço a todos os presentes que brindem a prosperidade da grande nação mexicana, que brindem a profundidade cada vez mais de nossa amizade e de nos-

sas relações. Que brindem a felicidade do povo mexicano e a felicidade pessoal de Vossa Excelência e de sua família, e que brindem, particularmente, a franqueza de nossa conversação, que eu espero, que eu e o Senhor esperamos, no pouco tempo que me resta como governante, possamos levar àqueles que têm o poder de decisão no Mundo.

Muito Obrigado.



31 DE MARÇO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA,  
POR OCASIÃO DO 20º ANIVERSÁRIO  
DA REVOLUÇÃO

**Brasileiros:**

O movimento de março de 1964, como ficou dito na sua declaração de princípios, não traduziu o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação. Teve por objetivo assegurar ao novo governo os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil. De maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que dependiam a restauração da ordem interna e o nosso prestígio internacional. Para isso, consoante deixou assentado, precisava institucionalizar-se, a fim de limitar desde logo os plenos poderes de que dispunha.

Mantidos, na sua substância, os postulados da Constituição de 1946, cuidou-se da feitura de nova Constituição, promulgada pelo Congresso Nacional em 24 de janeiro de 1967.

Nos dezessete anos de sua vigência a Constituição de 1967, iniciativa do Presidente Castello Branco, sofreu

sucessivas alterações, que obedeceram a múltiplas e, às vezes, conflitantes contingências do processo revolucionário.

Tais alterações, que ocorreram por força de atos unilaterais do Governo, ou em virtude de emendas aprovadas pelo Congresso Nacional, tiveram como consequência privar o texto constitucional da unidade lógica essencial ao estatuto político fundamental da Nação.

Além disso, nele foram introduzidas diretrizes que, se tiveram sua razão de ser em cada momento histórico, demandam a sua adaptação às novas circunstâncias sociais e políticas do momento que vivemos.

O objetivo final que sempre nos moveu — a todos quantos nos engajamos nessa cruzada patriótica — consiste em preservar valores essenciais à nossa maneira de vida. Entre esses valores se conta o convívio ou regime democrático, cujo aperfeiçoamento é nossa constante preocupação.

Tenho plena consciência de que o caminho percorrido, sob o signo da democracia, que desejo plena e atuante, foi marcado por conquistas cujo alcance é desnecessário encarecer. Tais foram o restabelecimento das franquias fundamentais, a restituição dos direitos políticos aos que deles se achavam privados, bem como a concessão da anistia reclamada para a pacificação da família brasileira. Posso consciência, também, como já tenho assinalado, de que a liberdade, garantida no passado, pode já ter sido igual, porém não foi maior do que a liberdade hoje reinante no País.

Nada disso é obra exclusivamente minha. É fruto de evolução imanente ao processo revolucionário, que nos irmanou na luta pelos ideais que nos inspiraram.

Esses resultados positivos, em prol da causa democrática, exigem o seu complemento natural, que só po-

derá ser alcançado mediante revisão constitucional. Submeterei Projeto de Emenda, dentro em breve, ao Poder Legislativo. Suas casas saberão compreender e aprimorar as soluções encaminhadas à sua alta apreciação.

Entendo que, nas circunstâncias atuais da sociedade brasileira, o caminho mais adequado para atingir a plena institucionalização democrática do País é o indicado pela própria Constituição, que prevê modos eficazes para sua modificação e aperfeiçoamento. Poderes constituintes possui o atual Congresso Nacional, posta a questão em termos de reforma da Carta Magna, segundo a tramitação nela estabelecida.

Cumpre ao Governo definir posição sobre a forma da escolha do futuro Presidente da República. A eleição direta é inoportuna no momento, muito embora reconheça aconselhável restabelecê-la no futuro.

Minha posição quanto às eleições indiretas, para escolha do meu sucessor, está limpidamente definida em discurso que proferi perante a primeira convenção nacional do Partido Democrático Social, realizada em Brasília, a 30 de novembro de 1980. Ao referir-me às eleições de 1982, frisei «nesse dia, vamos conquistar a maioria das câmaras municipais e das prefeituras. Das assembleias legislativas e dos cargos de Governador. Da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. E, conseqüentemente, legitimamente a maioria do Colégio Eleitoral que elegerá meu sucessor».

O mundo político não ignorava, portanto — antes se achava certo disso —, que, nas eleições de 1982, estava em jogo a escolha, pelo voto, do Colégio Eleitoral a quem competia eleger o novo Presidente da República.

A extinção desse alto Colégio, escolhido livremente e com mandato irrenunciável, violentaria compromisso político legítimo contra o qual, antes do resultado da

eleição, nada se levantou. Coisa que agora, no entanto, injustificadamente se faz.

Não é hora, pois, para que, em nome de argumentos ilusórios e oportunistas, se venha impugnar agora a eleição indireta do Presidente da República. Trata-se de forma legítima de escolha do Chefe-de-Estado, consagrada pela grande maioria das nações democráticas.

Manterei, pois, a eleição indireta, para o meu sucessor. A eleição direta, em dois turnos, será proposta para o futuro. A revisão constitucional, que proporei, não radicaliza posições. Oferece para o problema sucessório solução de compromisso, reclamada pela tranqüilidade da Nação, e atende a exigências inadiáveis de nossa evolução constitucional.

Muito Obrigado.

2 DE ABRIL  
PALÁCIO DO ITAMARATY  
BRASÍLIA — DF  
DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO JANTAR OFERECIDO  
AOS REIS DA SUÉCIA

Majestade:

O Brasil acolhe, com grande satisfação, a visita de Vossa Majestade e da Rainha Silvia. Vossas Majestades representam uma nação a que os brasileiros votam grande estima e respeito.

Pelo espírito empreendedor de seu povo, pela riqueza de sua cultura e de suas criações artísticas, por sua tradição universitária, pelo admirável progresso tecnológico, por sua experiência política, pela generosa preocupação com a paz, que orienta as suas ações diplomáticas, a Suécia ocupa lugar privilegiado no Ocidente.

Para o povo brasileiro, a Suécia representa uma nobre tradição de luta pela sobrevivência e pela soberania, a capacidade de trabalho de sua população, a alta qualidade de seus produtos industriais, a profundidade de seus pensadores, a sensibilidade de sua criação literária, teatral e cinematográfica, seu apego aos ideais democráticos, seu empenho na luta pela paz e pela segurança internacionais.

Como toda a Humanidade, somos gratos à Suécia pelos seus grandes filhos, que enriqueceram nosso patrimônio intelectual e moral.

A filantropia de Alfred Nobel dignifica o povo sueco e está viva na concessão de prêmios destinados a estimular o aperfeiçoamento da Humanidade.

Sueco foi um dos mais ativos e dedicados Secretários-Gerais das Nações Unidas, cuja atuação dedicada à paz ocupa lugar de importância na história diplomática contemporânea.

No campo político, são notáveis as conquistas de seu país. A Suécia demonstra, em sua vivência diária, que a essência do processo democrático é a preservação do diálogo, instrumento do constante aperfeiçoamento político. Dotada de mais antiga Constituição escrita no Mundo e de secular experiência parlamentar, a Suécia modernizou suas instituições e criou nova Carta Magna para atender aos reclamos de um povo vigoroso e dinâmico.

Vossa Majestade é o símbolo vivo de uma monarquia consagrada pela vontade manifesta de seu povo. Aliam-se, no trono, a tradição e a têmpera renovadora expressas no lema: «Pela Suécia e com os nossos tempos».

A Rainha Silvia — permita-me Vossa Majestade dizê-lo — atrai o carinho especial de todos os brasileiros. Por suas origens, pelos anos que viveu no Brasil e, sobretudo, por sua cativante simpatia, é com carinho que, entre nós, a chamamos «a Rainha brasileira da Suécia».

Renovam-se, assim, os laços entre a monarquia sueca e o Brasil, que remontam ao século passado, quando as casas reais das duas nações se viram irmanadas nas pessoas da Imperatriz Amélia e da Rainha Josefina.

No quadro dos antecedentes históricos que aproximam nossos povos, evoco também a viagem de D. Pedro II à Suécia em 1876, onde foi cordialmente acolhido. Décênios antes, residira em Uppsala o Patriarca da Independência do Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva, cujo labor intelectual lhe valeu a admissão na Academia Sueca de Ciências.

As relações diplomáticas entre nossos dois países datam do alvorecer da vida independente do Brasil.

Esta é, porém, a primeira vez que recebemos, oficialmente, a honrosa visita de um monarca sueco. Sua presença entre nós reflete a amizade que anima as relações, entre a Suécia e o Brasil. Expressa a vontade recíproca de estreitar a cooperação bilateral que floresce nos mais diversos campos.

A Suécia constitui importante parceiro do Brasil no terreno econômico. Quase uma centena de empresas suecas estão aqui instaladas, com ativa participação na economia nacional. A cooperação industrial, bem como o comércio bilateral oferecem amplas perspectivas de expansão.

Este é o fundamento do Acordo de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, a ser assinado amanhã pelos Chanceleres dos dois países. Será instrumento útil para tornar nosso intercâmbio compatível com o vasto potencial de ambos os mercados.

A Semana Técnica Brasil-Suécia, a ser inaugurada por Vossa Majestade, ensejará valiosa troca de experiências no âmbito da tecnologia industrial e estimulará os contatos entre nossos empresários.

Vossa Majestade terá, assim, a oportunidade de apreciar alguns dos frutos concretos da deliberada von-

tade de cooperar que caracteriza os últimos anos do relacionamento entre Brasil e Suécia.

O dinamismo de nossas relações se fortalece com as visitas que se vêm realizando, em alto nível, em ambos os sentidos, as quais confirmam plenamente a extensa linha de afinidades que une suecos e brasileiros. Tais encontros devem ser mantidos e ampliados.

Também no campo político, consolida-se o entendimento. O diálogo entre os governos brasileiro e sueco flui ágil e franco porque embasado em valores comuns do ideário ocidental.

A vocação democrática constitui fator decisivo a orientar as ações brasileiras, tanto no plano interno quanto no plano internacional. É constante o nosso esforço em busca de formas de harmonização de interesses, sempre a partir dos postulados da compreensão pluralista.

Tal atitude é tão mais necessária quanto é árdua a realidade internacional de nossos dias. Proliferam as ameaças à segurança do Globo na acumulação de arsenais nucleares, que buscam a paz pelo equilíbrio do terror. Sucedem-se as manifestações de poder que violam a soberania, a integridade territorial e a independência política dos Estados.

Esse quadro sombrio apresenta incessantes desafios para as diplomacias dedicadas à causas da paz e liberdade das nações. O Brasil, assim como a Suécia, norteia sua política externa pela procura desses ideais, emanados dos sentimentos mais profundos da sua gente.

A História situa a nação brasileira à margem de esquemas hegemônicos de poder. Repudiamos a transposição do conflito Leste-Oeste para áreas do Terceiro Mundo. Condenamos o uso da força.

Buscamos evitar a confrontação que acirra os ânimos e endurece as posições. Com espírito aberto e construtivo, procuramos abrir caminhos que conduzam ao diálogo, pois é do diálogo que advém o entendimento, e do entendimento, a paz.

A Suécia oferece ao Mundo um dos mais construtivos exemplos de que a paz é possível. Sem descuidar dos imperativos da segurança nacional, seu país logrou manter-se, por mais de um século e meio, fora dos conflitos europeus e mundiais. A neutralidade sueca, porém, nada tem de abstencionismo. Pelo contrário, o governo da Suécia vem exercendo ação altamente positiva na busca de soluções para os problemas internacionais contemporâneos.

Nesse contexto, é significativo que a cidade de Estocolmo tenha sido escolhida como sede da Conferência sobre Segurança e Desarmamento na Europa. Para além do âmbito regional, o interesse sueco pela paz se manifesta no apoio às iniciativas como a do Grupo de Contadora, que meu governo igualmente favorece.

Neste, e em muitos outros pontos, convergem as atitudes do Brasil e da Suécia. Defendemos, ambos os países, o fortalecimento das Nações Unidas, como o grande foro para a harmonização de interesses e valioso instrumento para deter as tensões mundiais.

Majestade,

Urge abrir espaços para que cada membro da comunidade internacional possa exercer o direito — e o dever — de contribuir, na medida de suas possibilidades, para o bem de todos. A interdependência dos povos está a reclamar a participação universal na busca de soluções para os graves problemas com que se debate a sociedade de nossos tempos.

Os efeitos adversos da presente crise econômica fazem-se sentir, da forma mais aguda, nos países em desenvolvimento.

Não bastam, porém, os esforços que vêm esses países empreendendo internamente, com imensos sacrifícios para suas populações. Para revigorar suas economias, duramente atingidas pela recessão, é imprescindível o concurso externo, sobretudo nas áreas do comércio, das finanças e dos investimentos. É precisamente esse o sentido da Declaração de Quito, onde os países da América Latina se reuniram para definir estratégia comum e construtiva para os problemas da região.

As dificuldades que confrontam os países em desenvolvimento estão intimamente relacionadas com as deficiências estruturais do sistema econômico internacional vigente. Dessa circunstância, decorre a necessidade premente de reforma do sistema monetário e financeiro internacional e de soluções inovadoras para os problemas do endividamento externo e das elevadas taxas de juros. A crise dos nossos dias clama por uma reestruturação profunda da economia internacional, com vistas ao bem geral.

Majestade,

Meu governo não tem poupado esforços no sentido de melhorar as condições de vida do povo brasileiro, consolidar e aperfeiçoar o sistema democrático de governo e revigorar sua economia interna e externa.

Atravessamos momentos difíceis, mas nunca nos faltaram tenacidade, coragem e fé no futuro.

A Suécia, interlocutor sensível das nações em desenvolvimento, não está alheia aos problemas dos povos que lutam pela sobrevivência e bem-estar.

A visita de Vossa Majestade é testemunho concreto da amizade e solidariedade que nos devota o seu povo. Reafirma-se, destarte, uma relação sólida e confiante entre dois países que têm clara consciência do papel que lhes cabe na construção de um mundo melhor.

Com o pensamento voltado para a instauração de nova era de prosperidade e paz para todos os povos, ergo minha taça, em nome da nação brasileira, à constância da amizade entre o Brasil e a Suécia, à ventura do povo sueco, e à saúde e felicidade pessoal de Suas Majestades o Rei Carlos XVI Gustaf e a Rainha Silvia.



10 DE ABRIL  
PALÁCIO EL BAHIA  
FEZ — MARROCOS

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO QUANDO DO JANTAR OFERECIDO EM SUA HOMENAGEM PELO REI HASSAN II

Majestade:

Eu havia preparado para esta ocasião um discurso por escrito.

Vossa Majestade me perdoará, mesmo correndo o risco de ser imprudente e ousado, por preferir falar de improviso.

As palavras que pronunciarei perderão um pouco em sua forma, mas ganharão no conteúdo; não falarei com o cérebro, mas com o coração.

Meus médicos que me perdoem, mas mesmo após a operação de coração a que me submeti, não aprendi a mentir. O que sai do meu coração só pode ser o que ele sente.

Primeiramente, não saberia como agradecer a Vossa Majestade a gentileza de sua acolhida durante estes dois dias de nossa estada em Marrocos. Vossa Majestade, sua família, seus Ministros, todo o povo marroquino, enfim, deram provas de uma hospitalidade sem igual.

Trata-se simplesmente de um agradecimento formal? Na verdade, não.

Por ocasião de minha chegada a este país, confesso ter ficado surpreso. Esperava encontrar apenas um rei e eis que me apercebo ser Vossa Majestade um ser muito humano. Um ser humano que deixou de lado as roupas suntuosas para ficar de modo simples ao lado deste Presidente plebeu.

Retorno ao meu país enriquecido com sua experiência e sabedoria.

O povo marroquino deve ser um povo feliz por ter no seu comando um homem que, antes de ser rei, é seu amigo.

Falei muito do meu povo e de meu país, procurando transmitir-lhe minha impressão. De minha parte, lembrarei os acontecimentos vistos e sentidos aqui, pessoalmente e *in loco*.

Tive ocasião de admirar de perto seu povo, o amor que ele tem pela terra, suas tradições, fé religiosa, fé no futuro e orgulho do passado.

Todo este conjunto permite-me compreender o sorriso que nos circundou em todos os lugares, a gentileza da acolhida e a alegria nos olhos de seus concidadãos, o sorriso das ruas de Fez, o sorriso do povo marroquino.

Vimos visitar um país amigo, com o qual mantemos as melhores relações possíveis.

Regressaremos tendo reforçado os laços que unem nossos países, após termos visitado um país amigo possuidor de um rei que, em dois dias, soube se fazer amigo pessoal, um rei às vezes sem protocolo, um rei que sabe reinar sem comandar com mão de ferro.

Eu direi ao Brasil, assim como todos os membros da minha comitiva o farão, que o rei de Marrocos não é só um rei, é um chefe amigo do povo.

Elevo minha taça à sua saúde, desejando felicidade pessoal a Vossa Majestade e a todo o povo marroquino.

*Presidente João Baptista Figueiredo*



12 DE ABRIL  
PARLAMENTO  
MADRI — ESPANHA  
DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA  
EXCELÊNCIA O SENHOR JOÃO BAP-  
TISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO,  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDE-  
RATIVA DO BRASIL, AO SER RECEBI-  
DO EM SESSÃO SOLENE NO PARLA-  
MENTO ESPANHOL

Ilustríssimo Senhor Presidente do Senado Espanhol,  
Ilustríssimos Senhores Senadores,  
Minhas Senhoras,  
Meus Senhores:

Saúdo, nesta Câmara Alta e na pessoa de seus ilus-  
tres representantes, o nobre e valoroso povo espanhol.  
Ao Senhor Presidente, agradeço, sensibilizado, as pala-  
vras acolhedoras que acaba de me dirigir e que bem tra-  
duzem a generosa hospitalidade da gente espanhola.

Chamou-os o povo espanhol, delegando-lhes o po-  
der que dele emana. Por sua voz, Senhores Senadores, a  
sociedade faz ouvir suas aspirações e objetivos.

O espírito cívico da sociedade espanhola soube reu-  
nir, em torno dos ideais democráticos, a multiplicidade  
de matizes que a compõem. Gradações diversas do es-  
pectro ideológico encontram-se aqui presentes, sintetiza-  
das em prova inegável de amadurecimento político. Vos-

sas Senhorias são responsáveis, perante a História, pela expressão das altas aspirações nacionais e pela mobilização das forças do país na realização do bem-comum.

O mesmo apego aos valores mais caros de seu povo orienta o Governo brasileiro na busca de caminhos seguros que levem à plena expressão democrática. Juntos, o povo e o Governo brasileiros estão empenhados no aperfeiçoamento das instituições nacionais. Em meu país, consolida-se, de forma irreversível, a prática da democracia, pluralista e social. Graças a ela, as mais variadas tendências políticas encontram representação no Congresso Nacional, unidas pela certeza de que as instituições democráticas são a base indispensável ao bem-estar e à prosperidade da nação brasileira e condição para que possa desempenhar um papel significativo em favor do desenvolvimento, da cooperação entre os povos e da paz mundial.

Senhor Presidente,

Minha presença nesta Casa traduz o alto apreço da nação brasileira pelo Parlamento espanhol. Reafirmo, nesta oportunidade, a perene fraternidade hispano-brasileira, de que deu testemunho recente a honrosa visita de Sua Majestade o Rei Juan Carlos I a meu país.

Brasileiros e espanhóis confiamos em que, nos momentos de crises e dificuldades, avulta a importância dos legislativos na procura, pelo caminho do diálogo e da negociação, do bem-estar e da felicidade de cada país.

A Vossas Senhorias, Senhores Senadores, formulo sinceros agradecimentos pela consideração com que ora distinguem, na minha pessoa, o povo e o Governo do Brasil.

Muito Obrigado.

12 DE ABRIL  
«AYUNTAMIENTO»  
MADRI — ESPANHA

DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA  
EXCELÊNCIA O SENHOR JOÃO BAP-  
TISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO,  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDE-  
RATIVA DO BRASIL, AO SER RECEBI-  
DO NO «AYUNTAMIENTO» DE MADRI

Senhor Alcaide,  
Minhas Senhoras,  
Meus Senhores:

Ao receber-nos neste histórico palácio, Vossas Excelências prestam significativa homenagem ao Brasil e aos brasileiros, em nome de quem trago o testemunho de nossa amizade fraterna. À população de Madri, estendo nosso reconhecido agradecimento pela acolhida espontânea e generosa que nos foi dispensada nesta majestosa Capital.

Ao divisar a centenária Plaza de la Villa, vem-nos à lembrança a íntima vinculação da Cidade de Madri com o passado grandioso deste país. Escolhida pela jovem Espanha para sua capital, no Século XVI, Madri soube firmar-se em sua importância estratégica no centro da Península Ibérica, como símbolo da unidade espanhola.

A pequena cidade de origem muçulmana deu lugar à antiga Corte, que ainda hoje se adivinha no traçado

irregular e nas vias sinuosas da Madri castiça. O passar dos séculos deixou-lhe valioso acervo arquitetônico, a lembrar glórias imorredouras na Plaza Mayor, no Palácio Real, na ponte de Toledo, em suas magníficas portas e tantos outros momentos.

Transformada, hoje, em metrópole tentacular, Madri conserva, aliada à solidez moderna, a antiga realeza. As largas avenidas do centro da cidade contrastam graciosamente com o denso tecido urbano da velha Madri, sem roubar-lhe a aparência de estabilidade e continuidade.

O encontro dos passeios, dos jardins, das fontes surpreendentes, atraindo para esta terra, sob o céu límpido, de luminoso azul, visitantes de todo o Mundo.

À função política da capital, onde se concentram o Governo, as Cortes e o poder administrativo, soma-se a importância da atividade financeira, a dirigir a vida econômica do país. As numerosas indústrias e o comércio crescente projetam-na como precursora na direção do progresso e do bem-estar do povo espanhol.

Como pólo artístico e científico, Madri é um núcleo intelectual de expressão mundial. A renomada Universidade Complutense, herdeira da célebre Universidade de Alcalá, recebe em seus centros de pesquisa estudantes espanhóis e da América Latina. O inestimável patrimônio cultural, reunido nos arquivos, na Biblioteca Nacional e no Museu do Prado, um dos primeiros museus de pintura, no Mundo, justifica o orgulho da gente madrilenha.

Espanhóis procedentes de todos os rincões do país afluem para essa intensa vida cultural, econômica e política da capital. Com dedicação e trabalho, contribuem para a grandeza desta terra. Ao perambular pelas ruas, pelos cafés, pelos numerosos teatros, imprimem a alegria e o gosto de viver, que caracterizam sua ferve-

lhante vida. Por tudo isso, sente-se, em Madri, pulsar enérgico, vibrante, o coração da Espanha.

Ao agradecer a acolhida do caloroso povo madrileño, desejo prestar-lhe minha homenagem pessoal e registrar o testemunho da admiração e da amizade fraterna que lhe volta o povo brasileiro.



12 DE ABRIL  
MADRI — ESPANHA

DISCURSO PRONUNCIADO POR SUA  
EXCELÊNCIA O SENHOR JOÃO BAP-  
TISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO,  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDE-  
RATIVA DO BRASIL, POR OCASIÃO  
DO BANQUETE OFERECIDO EM SUA  
HOMENAGEM POR SUA MAJESTADE  
O REI JUAN CARLOS I

Majestade:

Seu honroso convite permite-me retribuir a visita que Vossa Majestade fez ao Brasil, no ano passado. O povo brasileiro recorda, com carinho, os dias em que a Rainha Sofia e Vossa Majestade estiveram entre nós.

Guardarei sempre, entre as gratas memórias de meu governo, a lembrança da oportunidade, que então tivemos, de dialogar sobre nossos países; sobre os laços fraternos que os unem, sobre as aspirações de nossos povos, sobre os problemas de nossa civilização e do mundo conturbado em que vivemos. É com grande prazer que vejo a possibilidade de retomar este diálogo.

Encanta-me, igualmente, conhecer a terra espanhola, herdeira de um passado glorioso e votada a um futuro de grandeza. Seus monumentos, a riqueza de sua literatura, sua tradição universitária, a pujança e a criatividade de suas artes plásticas, o vigor do seu pensamento

filosófico, tem o poder de inflamar a imaginação dos homens de todos os quadrantes e de todas as idades, cativados pela riqueza inesgotável da alma espanhola. Contemplá-la é reencontrar o humano nas suas manifestações mais nobres, no justo orgulho, no destemor, na paixão pelas grandes causas, na generosidade, no amor entranhado à terra, sentimentos que sabe associar à capacidade criadora e ao sentido prático. Cervantes, o grande gênio da Língua, soube transpor estes traços na obra imorredoura do Quixote, cujo sentido transcende fronteiras e culturas para ganhar valor universal.

A Espanha é credora de toda a Humanidade por esta e por muitas outras contribuições ao patrimônio cultural de nossa civilização.

A riqueza polimorfa da cultura hispânica reflete-se na complexidade da sociedade espanhola. Coube a Vossa Majestade conciliar e sintetizar as aspirações deste nobre povo num momento particularmente rico de sua história.

A identidade nacional espanhola está em tudo representada por seu Rei. A sobriedade, a dignidade, o humanismo, a benevolência e a equidade encontram em Vossa Majestade morada natural. Estes valores tradicionais da cultura hispânica, aliados ao espírito da modernidade ocidental, inspiram Vossa Majestade no decisivo papel que desempenha no processo de consolidação da democracia espanhola.

Majestade,

No plano da política exterior, a Espanha, de um lado, confirma sua plena inserção no Ocidente democrático e, de outro, propicia aproximação maior, em termos de cooperação e solidariedade, com a comunidade latino-americana.

Parte integrante da América Latina, o Brasil é particularmente sensível a esse empenho. Meu governo procura desenvolver com os vizinhos do Continente e com as demais nações amigas relações francas e solidárias. Cultivamos o diálogo, livre e desimpedido, porque fundado no apreço e respeito entre iguais.

Essa atitude aberta, que compreende a aceitação de diferenças no tecido dos interesses comuns, emana, a meu ver, de substrato cultural, que encontra suas origens em Portugal e Espanha.

Espanhóis e portugueses mesclaram-se aos povos que encontraram na América, imprimindo sentido humanístico à missão que empreenderam em nosso Continente. Figura ímpar e simbólica desse processo é o Beato José de Anchieta, cujo sesquicentenário de nascimento comemoramos este ano. Avulta, na História, como cidadão hispânico por excelência, no sentido atribuído originalmente à expressão por Camões: é espanhol por nascimento, português por formação intelectual e brasileiro por quarenta e quatro anos de incansável dedicação à catequese dos índios do Brasil.

Iniciador da literatura brasileira, compôs — em espanhol, português, latim e tupi — autos, diálogos, versos, cartas e sermões. Co-fundador da Cidade de São Paulo, participou, igualmente, da fundação do Rio de Janeiro. Com heroísmo missionário, dedicou-se a atividades sociais e políticas que até hoje rendem frutos. Suas qualidades humanas, virtudes e admirável exemplo de zelo e santidade fazem com que meu país se orgulhe de venerar no Bem-Aventurado Padre José de Anchieta, o «Apóstolo do Brasil».

Intrépidas e bravas naves espanholas cingraram os mares e transportaram os Ojeda, os Pinzón, os Diego de Lepe até as costas brasileiras. Esse mesmo espírito trou-

xe, em tempos modernos, consideráveis contingentes migratórios espanhóis a nossas cidades e campos. Ao integrar a paisagem social brasileira, contribuíram para moldar o perfil de uma nacionalidade de múltiplas características. A nação brasileira é profundamente grata às diferentes formações étnicas e culturais que criaram a originalidade de nosso caráter nacional.

À Espanha devemos um legado de influências nas letras, no folclore, na música, no direito, na filosofia. Sobre esse patrimônio, que se vem formando desde os tempos coloniais, ergue-se a comum adesão de nossos países aos princípios básicos da convivência internacional de igualdade soberana, autodeterminação e respeito mútuo.

Majestade,

A difícil conjuntura internacional com que nos deparamos apresenta-nos o trágico espetáculo de focos de tensão que se multiplicaram, ameaçando a paz e a segurança internacionais.

A inquietação causada pela aceleração da carreira armamentista, os perigosos jogos de intimidação e pressão minam o arcabouço político necessário ao intercâmbio entre as nações.

Na esteira de um ambiente político que se deteriora, também a economia internacional está em crise. As elevadas taxas de juros, a desaceleração do comércio, o reforço do protecionismo e a contração dos fluxos financeiros dirigidos aos países endividados afetam perversamente a todos os países, do Norte ou do Sul.

As causas profundas dessa crise global, a nosso ver, situam-se nas deficiências da estrutura do relacionamento internacional. Urge criar novas fórmulas de convivên-

cia que abandonem a confrontação pelo entendimento e pela cooperação.

Ao Brasil não falta disposição para dialogar em bases construtivas. Estamos convencidos de que, com moderação e equilíbrio, as imperfeições existentes poderão ser corrigidas. No aspecto econômico, confiamos em que a recuperação que hoje se esboça no Mundo desenvolvido possa contribuir para a estabilidade da economia mundial.

Apesar dos impactos externos de que vem sendo alvo, o Brasil tem persistido na luta pela superação da crise que o obriga, por ora, a reduzir o ritmo de seu desenvolvimento. Espera, porém, contar com a sensibilidade dos países exportadores de capital e com a compreensão de seus parceiros comerciais para o extraordinário esforço que vem empreendendo.

Nossa atitude é a de buscar superar as dificuldades pela compreensão e pela cooperação. É esse o espírito que sempre presidiu ao diálogo profícuo entre o Brasil e a Espanha. Solidamente lastreadas em valores permanentes, nossas relações têm sido suficientemente flexíveis para adaptar-se às exigências dos novos tempos.

Estamos abertos a iniciativas inovadoras, que respondam ao desafio do momento presente. Estamos dispostos a aperfeiçoar todos os campos de nosso denso intercâmbio — as trocas econômicas e financeiras, a participação em projetos conjuntos na área científica e tecnológica, o intercâmbio cultural. Nesse particular, o Brasil sente-se lisonjeado ao participar da celebração da gesta colombina, pela presença de sua comissão nacional nas comemorações do quingentésimo aniversário da descoberta da América.

Majestade,

Agradeço-lhe o convite que me propiciou a oportunidade de realizar desejo há muito acalentado: o de visitar este maravilhoso país, do qual nós, brasileiros, nos sentimos muito próximos.

Convido todos os presentes a me acompanharem num brinde à crescente prosperidade do povo espanhol, às boas-relações entre o Brasil e a Espanha e à saúde e felicidade pessoal de Vossa Majestade e da Rainha Sofia.

13 DE ABRIL  
MADRI — ESPANHA

BRINDE A SER PRONUNCIADO POR  
SUA EXCELÊNCIA O SENHOR JOÃO  
BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO,  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDE-  
RATIVA DO BRASIL, POR OCASIÃO  
DO ALMOÇO OFERECIDO POR SUA  
EXCELÊNCIA O SENHOR FELIPE GON-  
ZÁLEZ MARQUES, PRESIDENTE DO  
GOVERNO ESPANHOL

Senhor Presidente do Governo:

Agradeço, sensibilizado, as amáveis palavras que Vossa Excelência acaba de dirigir ao povo brasileiro e a mim.

São elas o exemplo da generosidade que caracteriza os espanhóis, tão conhecida de todos os que privam com seus compatriotas estabelecidos no Brasil.

O amadurecimento e o descortino político do povo espanhol levaram-no a escolher Vossa Excelência para dirigir seus destinos. Vossa Excelência muito tem contribuído para a confiança granjeada pelo Governo espanhol e soube responder, aos olhos da comunidade internacional, às mais sérias exigências do importante cargo em que está investido.

A grande satisfação que sentimos em conhecer este país admirável é aumentada pela possibilidade de

aprofundar-se o entendimento recíproco. Em nossas conversas e naquelas entre nossos Ministros das Relações Exteriores pudemos confirmar a convergência de posições, em muitas áreas, e explicitar os pontos-de-vista que orientam a ação externa de cada governo.

Na esfera bilateral, nossos governos e nossos povos partilham o desejo de expandir e dinamizar o intercâmbio existente. A situação atual exige criatividade e iniciativa.

As trocas entre dois países não se restringem ao comércio, aos investimentos, ao turismo, à cooperação científica e tecnológica: mas abrangem também as relações culturais, cuja importância é ressaltada pela presença histórica da Espanha em toda a América Latina, inclusive no meu país.

Embasa a cooperação, que se desenvolve entre nossos dois países, em benefício de ambos, a crença comum e inabalável nos valores democráticos e pluralistas, que constituem a própria essência do pensamento ocidental.

A dedicação aos princípios da justiça e do direito, na busca do bem-comum, leva nossos países a trabalhar, em seus respectivos âmbitos de atuação, por um relacionamento mais equilibrado e um diálogo mais efetivo entre as nações. É chegado o momento de lançar mão de todos os recursos que conduzam à colaboração. Há que militar pela construção de uma ordem internacional compatível com a realização dos legítimos anseios de todos os povos.

O Brasil e a Espanha estão profundamente empenhados nesse esforço, confiantes no êxito da luta pelos objetivos básicos do progresso e da paz.

Ergo, pois, minha taça ao futuro das relações entre nossos povos e nossos governos, à saúde de Sua Majes-

tade o Rei Juan Carlos I e à felicidade pessoal de Vossa  
Excelência e da Senhora de González.



16 DE ABRIL  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DA REUNIÃO COM OS MINISTROS DE ESTADO QUANDO DO ENVIO DA EMENDA A CONSTITUIÇÃO AO CONGRESSO NACIONAL

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República,  
Excelentíssimos Senhores Ministros de Estado:

Acabo de manter reunião com os Presidentes da Câmara e do Senado, com o Ministro da Justiça, com o Presidente do PDS e com os líderes do PDS na Câmara e no Senado.

Na oportunidade, fiz-lhes a seguinte comunicação:

«Convoquei Vossas Excelências ao meu Gabinete para fazer-lhes uma comunicação e compartilhar com os Presidentes do Senado e da Câmara Federal, os meus líderes nestas Casas e o Presidente do meu partido as responsabilidades que cabem a todos nós no grave momento que atravessamos.

Convoquei-os com a plena consciência das importantes decisões que estou tomando e dos seus reflexos.

Estou encaminhando ao Congresso Nacional Mensagem propondo a restauração do processo de eleição

direta no País. É um gesto, e, mais do que isto, uma medida concreta destinada a conciliar a vontade nacional e a difícil realidade dos problemas institucionais que tivemos de enfrentar, ao longo das duas últimas décadas.

A Mensagem não objetiva a realização de eleições diretas este ano. Isto porque medida de tal ordem nunca esteve e não está, hoje, contida em meu projeto político. A Nação bem sabe que se fosse esse o passo mais conveniente e seguro, eu não me recusaria em propô-lo. O povo, mais e melhor do que ninguém, é testemunha de que tenho cumprido tudo que prometi.

Para atingir os objetivos de fazer do País uma democracia, vencemos todos os obstáculos com firmeza e determinação. A abertura política não se fez sem riscos. Queremos que ela se faça sem recuos.

O homem público tem o dever de olhar serenamente para a frente e não capitular perante as paixões do presente.

Devo e desejo partilhar com os Senhores esta responsabilidade. Peço que transmitam a todos os parlamentares do PDS minhas apreensões e meu apelo para que apóiem a solução que agora proponho. Estarão, assim, ajudando a consolidar o nosso processo de desenvolvimento democrático.

Não podemos capitular ante a miragem de um avanço emocional. Temos o dever de lutar por uma sólida e definitiva consolidação do futuro, nos termos propostos em minha Mensagem.

Convoco o Partido a unir-se, porque essa união é básica para o Governo e imprescindível às negociações que haverão de ocorrer no processo de tramitação da Mensagem.

Peço-lhes, também, transmitir à Oposição, que sempre reclamou gestos de conciliação, receber esta Mensagem como um convite ao diálogo, de modo a que o texto da Emenda Constitucional a ser aprovado seja resultado da negociação e do consenso, portanto, um grande e poderoso instrumento de concórdia nacional.»



16 DE ABRIL  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF  
MENSAGEM DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO DIRIGIDA À NAÇÃO BRASILEIRA, EM CADEIA DE RÁDIO E TELEVISÃO, POR OCASIÃO DO ENVIO AO CONGRESSO NACIONAL DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Brasileiros:

Encaminhei hoje ao Congresso Nacional proposta de Emenda à Constituição. Cumpri promessa que fiz no dia 31 de março.

Quando assumi a Presidência da República jurei perante o Congresso Nacional defender a Constituição e manter a ordem e a tranqüilidade da Nação brasileira. Jurei também conduzir o País à democracia.

Meu projeto democrático nunca foi rígido. Cada passo, cada medida proposta ao Congresso, no sentido de mudança, na direção da abertura democrática, foram precedidos de análise meticulosa para aparar arestas, vencer resistências, ajustar interesses maiores. A essência da democracia é a disposição permanente para transigir, sempre que o exigir o interesse público.

Com a ajuda de Deus e graças a esse processo, em que a responsabilidade e a negociação prevaleceram, chegamos à democracia de direito e de fato.

Hoje o povo manifesta sua vontade de mudança, que é essencialmente democrática. Se o povo quer e manifesta politicamente sua vontade, o Governo e os partidos políticos não podem ignorá-la.

Conforme a vontade popular é preciso mudar a Constituição. Vamos mudá-la. Eu não me oponho à mudança. Eu proponho mudar. Mas é preciso mudar com responsabilidade, é preciso mudar com segurança, é preciso mudar com tranqüilidade. E isso só pode ser feito pelo entendimento e pela negociação entre as forças políticas nacionais.

Não nos devemos precipitar levados pela emotividade e pelo radicalismo de alguns que querem manipular a vontade do povo para atender objetivos pessoais imediatistas.

O projeto de Emenda hoje enviado ao Congresso propõe alterações que expressam o desejo do Governo de ser atendida a vontade popular, de ver fortalecido o Poder Legislativo, de ver ampliado o exercício democrático interpartidário.

É notório que estamos em época de transição. A palavra de ordem, nos dias de hoje, principalmente para os mais jovens, é mudança. É preciso mudar. Mudar ou exercer a arte da mudança. Mudança de método, mudança de processo, mudança de estilo, mudança de hábito, mudança de esquemas políticos, mudança de estruturas mentais ou econômicas, mudanças da maneira de mudar.

O anseio de mudança é satisfeito, em parte, pela emenda que propus. Emendar implica, em certos limites, mudar.

Entre as mudanças que hoje estou propondo ao Congresso Nacional, saliento as seguintes:

Primeiro:

— Redução do mandato presidencial para quatro anos, admitindo-se a reeleição para um único novo mandato e dispensada a desincompatibilização.

Segundo:

— Restabelecimento da eleição direta para a escolha do sucessor do próximo Presidente. Caso nenhum dos candidatos alcance maioria absoluta, o Congresso, por voto de metade mais um de seus membros, poderá eleger o candidato que tiver alcançado mais de quarenta por cento dos votos diretos. Se não ocorrerem quaisquer dessas circunstâncias, serão realizadas, no prazo de 30 dias, novas eleições diretas, concorrendo os dois candidatos mais votados na primeira eleição.

Terceiro:

— Limitação da faculdade do Poder Executivo editar decretos-leis.

Quarto:

— Restabelecimento das eleições diretas para prefeitos das capitais, simultaneamente com as eleições dos Governadores.

A Oposição procura fazer crer que somente a eleição direta seria instrumento eficaz de mudança. E, contrariamente, que a eleição indireta seria obstáculo para as mesmas mudanças que a sociedade exige. Alega mesmo que o Colégio Eleitoral seria legítimo.

A legitimidade da eleição indireta é incontestável. Injustificável, pois, a tentativa de abolir o Colégio Eleitoral já escolhido em pleito direto para a eleição do meu sucessor. Nada se alegou contra a regra onde se determinava que desse pleito saíam os integrantes do órgão político a quem caberia eleger, por via indireta, o Presidente da República. Agora, realizada a eleição, distri-

buidos os delegados pelos partidos que dela participaram, impugna-se o Colégio, como se não tivessem sido aceitas as regras para a sua formação.

O Colégio Eleitoral agora constituído, de forma regular, detém poder jurídico incontestável, portanto, para cumprir o seu mandato. A campanha para suprimi-lo constitui audaciosa tentativa política para contornar poder legitimamente adquirido nos termos da Constituição vigente. Defender o Colégio Eleitoral contra essa investida intempestiva é um dever que é meu, que é do Governo, que é de todos os parlamentares que o apóiam. Cumpre conter a ofensiva desencadeada contra as regras do jogo aceitas para eleição do meu sucessor. Quero partilhar com todos os que, comigo, aceitaram essas regras, a responsabilidade pela sua preservação.

A eleição direta não é remédio único para nossos males, nem constitui, por si só, fator de promoção das mudanças que todos almejamos.

Igualmente falso é apresentar a eleição indireta como empecilho para efetuar as transformações que a Nação deseja.

O verdadeiro obstáculo à mudança está na recusa ao diálogo, na resistência sistemática à negociação, na fixação apriorística de condições inarredáveis para o entendimento.

Para atingir o objetivo de fazer do País uma democracia, vencemos todos os obstáculos com firmeza e determinação. A abertura política não se fez sem riscos. Queremos que ela prossiga sem recuos. É dever do homem público olhar serenamente para o futuro e não capitular perante as paixões do presente.

Não podemos ceder ante a pressão da emocionalidade dos que se deixam embair por aqueles cujos inte-

resses políticos foram derrotados nas urnas. Assiste-nos o dever de lutar pela consolidação do futuro.

A proposta de revisão constitucional que hoje envie ao Congresso Nacional transcende o texto do projeto em que se acha concebida. Sua aprovação pelo Congresso exige o entendimento entre os partidos, já que nenhum deles detém a maioria qualificada requerida para alterar-se a Constituição.

A iniciativa que hoje tomei representa, portanto, um convite à negociação. Negociação não somente em torno do texto proposto, mas também de outros compromissos que, por consenso, possam ser assumidos neste momento político.

A negociação pressupõe estejam as partes interessadas dispostas a concessões mútuas que conciliem aspirações conflitantes e instaurem no universo político a concórdia que todos desejamos. Pela conciliação e o compromisso abriremos caminho para a solução dos problemas que inquietam o mundo político e afligem a sociedade. Conciliação e compromisso assim entre os adversários políticos como entre membros da mesma família partidária. Conciliação e compromisso que podem ser fonte das mudanças ou das transformações que o progresso social impõe.

Condutor do processo de abertura, responsável em alto grau pelas dimensões por ela alcançadas, tenho autoridade para reclamar dos políticos brasileiros que não me sonquem a sua colaboração para resolver os graves problemas que angustiam a Nação.

Muito Obrigado.



2 DE MAIO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO RECEBER OS MEMBROS DA DIRETORIA DA ADESG

Senhores Ministros,  
Senhores Membros da Diretoria da ADESG:

Ao Presidente da República é gratificante o momento e significativa a oportunidade de ver lançado este programa.

Se a hora é de dificuldades, mesmo de crise, não o é de derrotismo e de estagnação.

Por isso mesmo, sensibiliza-me sobremaneira esta iniciativa da ADESG ao concretizar o seu Programa Nacional de Estudos sobre Ciência e Tecnologia.

Ressalto a importância desta contribuição para o esforço de capacitação científica e tecnológica do País, permanente preocupação de meu governo. Preocupação esta que se estende desde a necessária base educacional até os setores de tecnologia de ponta, essenciais ao desenvolvimento e segurança nacionais.

Tenho a convicção de que participam da mesma preocupação e contribuem para o mesmo esforço todas

as instituições públicas e privadas dedicadas à ciência e à tecnologia.

Apoiar iniciativa de tal amplitude e profundidade, como esta que a ADESG me traz, é dever de todos e imperativo nacional.

De parabéns a Escola Superior de Guerra, causa principal.

De parabéns a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, sua consequência maior.

É excelente a iniciativa, meus parabéns.

24 DE MAIO  
PALÁCIO AKASAKA  
TÓQUIO — JAPÃO

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO ALMOÇO OFERECIDO PELO PRIMEIRO-MINISTRO DO JAPÃO, SENHOR NAKASONE

Senhor Primeiro-Ministro:

Atribuo significação especial a esta visita oficial ao Japão. Conhece Vossa Excelência o empenho que tive em realizá-la, em seguida às inesperadas circunstâncias que levaram ao seu adiamento. Confiro destacado valor à oportunidade de contribuir, graças à minha presença em Tóquio, para o estreitamento de nossas relações bilaterais, que o Brasil muito valoriza.

A densidade e constância dos vínculos humanos e materiais que aproximam nossos países tornaram os encontros periódicos entre seus governantes, mais que uma tradição, uma necessidade. Recordo com satisfação a visita que nos fez, em 1982, o Primeiro-Ministro Zenko Suzuki. Procedemos então, em atmosfera amistosa, a proveitoso exame das grandes linhas de nosso relacionamento bilateral e trocamos idéias sobre aspectos da conjuntura mundial relevantes para nossos países.

Acompanha o Brasil, com interesse, a atuação crescente do Japão no cenário internacional. Sob a liderança

de Vossa Excelência e apoiada na experiência e habilidade do Gaimusho, esta grande nação alcança um grau de participação política consentânea com sua projeção econômica.

São graves e desafiadores os problemas que enfrenta a comunidade internacional.

Temos buscado expor, em muitas oportunidades, de modo franco e objetivo, nossa avaliação da crise. Não são contraditórios os interesses do Sul e do Norte. Em verdade, não nos parece existir uma crise entre os dois grupos de nações, mas uma crise do próprio sistema econômico internacional.

Como país em desenvolvimento, não podemos deixar de saudar a disposição do governo de Vossa Excelência de participar ativamente do diálogo entre os países do Norte e do Sul.

Em mensagem que dirige a Vossa Excelência no ano passado, às vésperas da Conferência de Cúpula de Williamsburg, expus o pensamento do meu país sobre as questões que seriam ali discutidas pelos países industrializados. Ressaltei, então, a imperiosa necessidade de urgentes reajustes na estrutura econômica internacional.

Alegrou-me saber, na resposta com que me honrou Vossa Excelência, que o Japão assumira, junto a seus parceiros industrializados, uma atitude de condenação do protecionismo e identificara, no combate a essa tendência, uma das medidas essenciais à solução dos problemas mundiais de dívida externa. A declaração de Vossa Excelência, naquela oportunidade, de que «sem a prosperidade do Sul não pode haver prosperidade para o Norte» exprime verdade que deveria ser compreendida por todos os países desenvolvidos e incluída entre as premissas de suas políticas econômicas.

A lucidez e a capacidade de pensar os problemas numa perspectiva de longo prazo — traços da atuação política e econômica do Japão — revelaram-se mais uma vez nas ponderações de Vossa Excelência. Estas mesmas qualidades nos dão confiança de que poderemos contar, no futuro, com a palavra influente do Japão em favor de uma ordem econômica mundial mais justa e mais racional.

Ao fazer essas considerações, Senhor Primeiro-Ministro, anima-nos a convicção de que é amplo o terreno de convergência das políticas externas de nossos países. Como afinidade significativa, ressalto o compromisso com a causa da paz, princípio constitucional tanto no Japão quanto no Brasil. Concebemos a paz em sua acepção mais ampla, de promoção dos valores que levam ao convívio fraterno e profícuo: valores como desenvolvimento, cooperação, respeito mútuo e não-interferência.

Um mundo dominado por conflitos não pode nos interessar. A própria natureza de nossos sistemas políticos, a posição de nossas economias no plano internacional reclamam um clima de harmonia e condições materiais que conduzam à prosperidade de todos.

A história contemporânea do Japão fornece exemplos valiosos à nossa meditação. Como no Japão, o desenvolvimento econômico no Brasil é um processo consciente, um projeto nacional emanado da vontade coletiva. Conseqüentemente, a experiência japonesa não poderia deixar de nos interessar.

Vemos na modernização do Japão um esforço admirável de evolução programada, baseado na profunda consciência de sua história, de suas potencialidades e limitações. O alto nível de determinação e lucidez de seu povo, quanto a seus objetivos e quanto aos atos necessá-

rios à sua consecução, explica a capacidade sem igual de conciliar o tradicional com o moderno e de realizar o maior extremo progresso tecnológico sem abrir mão de sua autenticidade cultural.

Senhor Primeiro-Ministro,

As relações entre o Brasil e o Japão representam, em nossos dias, a soma de importantes valores humanos e materiais. Iniciadas sob a égide da amizade e da cooperação, conforme o Tratado Bilateral de 1895, foram elas, com o tempo, enriquecidas pela imigração. O vínculo humano ensejou o contato e o conhecimento recíprocos, aproximando, em termos concretos, os dois distantes países.

Mais recentemente, Brasil e Japão, engajados em seus respectivos processos de crescimento econômico, associaram recursos na implementação dos primeiros projetos industriais conjuntos.

Novos e mais promissores horizontes se abriram, há cerca de uma década, quando as associações entre empresas japonesas e brasileiras, refletindo a variada gama de interesse confluentes, estenderam-se aos campos da mineração, da siderurgia, da metalurgia, do reflorestamento e da fabricação de celulose.

Hoje, podemos dizer que esses empreendimentos, plenamente amadurecidos, oferecem o lastro de uma relação dinâmica, complexa e dotada de vida própria.

Essa linha ascendente de iniciativas em tantos domínios constitui, por si, um desafio aos governantes atuais. Não podem os responsáveis pelo presente e pelo futuro do entendimento entre o Brasil e o Japão contentar-se com as metas já realizadas. Os êxitos obtidos nos induzem a uma reflexão corajosa e criativa sobre o futuro.

Nosso encontro realiza-se sob o cenário da crise econômica. Crise que nos afeta desigualmente, atingindo meu país, no espaço de poucos anos, com os choques do petróleo, com a redução da liquidez internacional, com o aumento das taxas de juros no mercado financeiro mundial e com o estreitamento dos mercados, nos países desenvolvidos, para nossos produtos de exportação.

Pensamos que as dificuldades do momento não nos devem levar à paralisia, nem obstruir a visão do longo prazo. Deverão, sim, estimular-nos a manter a cooperação nos altos níveis alcançados e a delinear novas modalidades de ação concertada, capazes de enfrentar a recessão. Minha presença em Tóquio é uma reafirmação desses propósitos.

É vasto o terreno que se oferece ao nosso esforço comum. Nos últimos anos, o Brasil investiu intensamente no desenvolvimento de fontes alternativas de energia. Conta hoje com significativo excedente de energia hidrelétrica, a oferecer promissoras perspectivas de cooperação industrial em setores de elevado consumo energético. Tal colaboração já foi, na prática, iniciada, e poderá ser expandida, na medida em que a indústria nipônica, em seu natural processo de evolução, se concentre em setores de tecnologia avançada.

Estimo igualmente amplas as virtualidades do intercâmbio nipo-brasileiro no domínio da ciência e da tecnologia. A formalização, no âmbito da presente visita, de um quadro institucional para o incentivo e ordenamento das atividades conjuntas, é um sinal auspicioso do amadurecimento das relações bilaterais. Agrada-me, também, poder anunciar que o Brasil estará presente à Exposição Científica de Tsukuba, no próximo ano, onde se reunirão os mais avançados progressos da técnica aplicada à vida cotidiana.

No que diz respeito à agricultura, abrimos espaço para um esforço associado de perspectivas amplíssimas. A produção de alimentos em larga escala, nas extensões do cerrado brasileiro, é tarefa de notável magnitude. Estou seguro de que ela renderá abundantes frutos para as gerações futuras, no Brasil e no Japão.

São numerosos, em suma, os caminhos abertos à trajetória solidária dos nossos países, dotados de confiança no futuro e da aspiração de legar à posteridade um mundo mais próspero e fraterno. Anima-nos o propósito de estreitar cada vez mais os laços de amizade com o Japão e aprofundar os vínculos de associação com sua gente ativa e empreendedora.

Senhor Primeiro-Ministro,

Por intermédio de Vossa Excelência, agradeço a generosa hospitalidade com que fui acolhido em solo japonês. Desejo que esta visita do Chefe-de-Estado brasileiro seja recebida como penhor de uma disposição permanente de aproximação e cordialidade.

Convido todos os presentes a erguerem suas taças para um brinde à saúde de Vossa Excelência, à prosperidade crescente do Japão e aos sentimentos de amizade fraterna que unem nossos povos.

Muito Obrigado.

24 DE MAIO  
PALÁCIO AKASAKA  
TÓQUIO — JAPÃO

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, NO BANQUETE OFERECIDO PELO IMPERADOR HIROHITO

Majestade Imperial e Altezas Imperiais:

Muito agradeço as amáveis palavras de Vossa Majestade.

A viagem oficial que ora realizo constitui missão honrosa e motivo de grande satisfação pessoal. Venho renovar, em contato direto com os altos dirigentes do Japão, as amistosas e cordiais relações que unem nossos governos e nossos povos.

Estamos ligados ainda, de forma singular, por vínculos humanos de especial significado.

Nasceram nossas relações, há quase cem anos, sob o signo de Tratado que erigia a amizade e a cooperação como seus princípios condutores. Fomos a segunda nação latino-americana a trocar missões diplomáticas com o Japão.

A chegada do navio Kasato Maru ao Brasil, há setenta e seis anos, assinalava uma nova etapa em nosso relacionamento: iniciava-se o fluxo de migrantes japoneses. Prestaram, com pertinácia e labor, notável colabo-

ração ao desenvolvimento de importantes setores de nossa economia, enriquecendo, também, nossa cultura, tradicionalmente aberta às contribuições de outros povos.

Conta-se hoje, no Brasil, o maior núcleo populacional de sangue japonês fora deste arquipélago.

Em três gerações, os primeiros imigrantes e seus descendentes incorporaram-se à sociedade brasileira, contribuindo, nos mais diversos campos da atividade, para a prosperidade comum.

País de imigração, que soube sintetizar em uma nação multirracial elementos étnicos e culturais de variadas origens, o Brasil comprovou, no êxito da integração dos imigrantes japoneses, sua vocação pluralista, seu apego aos mais puros valores da Humanidade, sua capacidade de fazer coexistirem a unidade e a diversidade.

Minha presença testemunha a sincera disposição do Brasil de estreitar, ainda mais, nossas relações, que estimamos valiosas e que desejamos ver progressivamente realizadas em todas as suas potencialidades.

Sou portador de uma mensagem de fraternidade do povo brasileiro ao povo desta nobre nação. Habitamos a contemplar com respeito as numerosas realizações do Japão contemporâneo e as múltiplas facetas do seu passado histórico. Identificamos a fisionomia atual deste grande país na associação de tradição e modernidade, na combinação — harmoniosa em sua essência — de uma cultura milenar com as mais avançadas expressões da ciência e da técnica. A força e a serenidade da instituição imperial simbolizam, aos nossos olhos, a continuidade da Nação ancestral no Japão contemporâneo, tão decisivamente empenhado na construção do mundo de amanhã.

As visitas com que nos têm honrado os membros da Casa Imperial constituem eventos auspiciosos das rela-

ções bilaterais. Suas Altezas Imperiais o Príncipe Akihito e a Princesa Michiko estiveram entre nós em 1967, regressando, em 1978, para as comemorações do septuagésimo aniversário da imigração japonesa. Suas honrosas presenças muito contribuíram para estreitar os laços que unem Brasil e Japão. Também nos tocou de maneira especial a visita, em 1982, do Príncipe Naruhito, em sua primeira viagem oficial ao Exterior.

O Brasil vê na cooperação e na paz o único caminho digno da Humanidade. Mais do que nunca, tais valores sobressaem e se impõem à comunidade internacional. Compartilhamos com o Japão o respeito ao convívio harmônico, à justiça e à liberdade. Essas crenças comuns nos têm orientado com segurança e — assim espero — continuarão a nos guiar no rumo de um relacionamento igualitário, fraterno e mutuamente benéfico.

Peço a todos os presentes que se juntem a mim no brinde que ergo à saúde de Sua Majestade o Imperador e à prosperidade da Nação japonesa.

Muito Obrigado.



25 DE MAIO  
KEINDAIEN  
TÓQUIO — JAPÃO

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, NO ALMOÇO NO KEINDAIEN, OFERECIDO PELAS ORGANIZAÇÕES ECONÔMICAS JAPONESAS

Senhores:

Constitui tradição firmada neste país que os Chefes-de-Estado visitantes sejam homenageados pelas associações nacionais das lideranças empresariais. Este é, sem dúvida, um costume que espelha o espírito de hospitalidade e o desejo de bom-entendimento da comunidade econômica japonesa. É com prazer que compareço a este encontro, do qual participam tantas personalidades que dão esteio às relações econômicas entre o Japão e o Brasil.

A visita a este país constitui, para mim e para os que me acompanham, excelente oportunidade para reflexão. O Japão contemporâneo destaca-se pela estabilidade e funcionalismo das instituições, que tão bem conciliam as características profundas da Nação tradicional com os imperativos da vida moderna. Distingue-se, igualmente, por sua notável aptidão para sobrepor-se às vicissitudes de severa recessão mundial. Creditamos esses êxitos à capacidade de organização da sociedade nipôni-

ca, à operosidade e ao talento de sua gente, à sua concepção de trabalho solidário.

A participação do Japão na economia mundial é significativa e, segundo prognósticos confiáveis, deverá continuar crescendo ao longo dos próximos anos. Responsável no momento por cerca de dez por cento do Produto Bruto Mundial, o País, no final do século, alcançará cerca de doze por cento desse total. A importância do comércio para a economia nipônica, grande em nossos dias, tenderá a aumentar. Sabemos quão relevante é, para o Japão, a manutenção do intercâmbio e da cooperação com o resto do Mundo. Cabe lembrar que mais da metade das suas trocas são hoje efetuadas com os países em desenvolvimento.

Esses dados conferem responsabilidade especial ao Japão, tanto no contexto das discussões entre os países desenvolvidos, quanto no diálogo entre esses e seus parceiros em desenvolvimento. Com satisfação, tenho acompanhado a disposição crescente do Governo japonês de pronunciar-se a respeito de alguns grandes temas da agenda de discussões das nações do Norte e do Sul. Acolhi, prazerosamente, a declaração de Sua Excelência o Primeiro-Ministro Nakasone de que «sem a prosperidade do Sul não pode haver prosperidade para o Norte».

Essa afirmação converge, na sua essência, com a mensagem que o Brasil tem defendido, perante a comunidade das nações, sobre as políticas adequadas à recuperação da economia mundial.

Como já tive ocasião de afirmar no decurso desta visita, não vejo antagonismo essencial entre os mundos desenvolvidos e em desenvolvimento. Ocorre, isto sim, uma crise do próprio ordenamento econômico internacional, envolvendo, no mesmo quadro de incoerência e

ineficácia, o Norte e o Sul. Sem uma revisão corajosa desse quadro, parece-nos que será difícil encontrar uma solução duradoura para a crise.

Conhecem os Senhores o quanto foi o Brasil atingido pela recessão econômica mundial. Mal saídos dos dois choques do petróleo, afrontamos aguda crise internacional de liquidez e um aumento substancial das taxas de juros no mercado financeiro mundial. A redução do mercado, nos países desenvolvidos, para as nossas exportações, agrava o problema da dívida externa, dificultando — e por vezes impedindo — a geração de divisas para amortizar os empréstimos contraídos no Exterior.

Essas dificuldades não nos têm conduzido ao desânimo. Adotamos, com grandes sacrifícios, medidas necessárias ao reajuste da economia nos planos interno e externo. No setor energético, que tanto pesa sobre o balanço de pagamentos brasileiro, foram obtidos êxitos consideráveis. Mercê de tenaz e bem sucedido trabalho de prospecção e exploração, a produção nacional de petróleo triplicou. Esse notável resultado, associado a amplo programa de conservação e substituição, permitiu reduzir as importações de óleo cru. Merece destaque o programa de produção de álcool carburante, a partir de matéria-prima vegetal. Circulam hoje no Brasil cerca de um milhão de veículos movidos a álcool. Uma proporção cada vez maior da frota nacional de veículos consumirá exclusivamente esse combustível, obtido de fontes domésticas renováveis.

No que tange ao comércio exterior, logramos obter em 1983 — graças a esforço coordenado de promoção das exportações, diminuição de gastos com petróleo e programação das importações — um saldo positivo da ordem de 6 bilhões de dólares na balança comercial. Com base nos resultados alcançados nos primeiros me-

ses do ano em curso, confiamos em que a meta de um *superavit* da ordem de 9 milhões de dólares poderá ser atingida e, talvez, superada em 1984.

Paralelamente, a atividade industrial, depois de prolongado período de estagnação, evidencia os primeiros sintomas de recuperação.

Senhores,

O Japão desempenha papel de singular relevo no cenário internacional contemporâneo, graças à importância e ao peso crescente de sua economia e ao prestígio de sua ação diplomática. Os postulados pacifistas, consagrados em sua Constituição, exaltam os valores da paz, da estabilidade, da cooperação, do desenvolvimento e do respeito mútuo, que inspiram sua política.

O Brasil é, igualmente, nação de vocação pacífica e universalista. As características de nossa formação histórica dotam o Brasil de pontes naturais para os povos da América, da Europa, da Ásia e da África. Bem conhecem os Senhores o sólido vínculo criado, entre o Japão e o Brasil, pela migração. Conta a sociedade brasileira, como parte perfeitamente integrada da sua população, com um importante núcleo humano de sangue japonês. Os filhos, netos e bisnetos de imigrantes nipônicos contribuem em nossos dias, nos mais variados planos da vida nacional, e muitas vezes em posições de relevo, para construir a prosperidade do meu país. Creio desnecessário acentuar o quanto esse laço, de significado tão especial, foi decisivo na aproximação de nossos povos.

Apesar de vivermos hoje momento de crise, desejaria reiterar, perante os dirigentes econômicos do Japão, a disposição que já tive ocasião de expor perante sua Excelência o Primeiro-Ministro. Não podemos permitir que os obstáculos da hora presente obscureçam a visão

do futuro. Existem, a nosso ver, amplos espaços adicionais para a cooperação entre o Brasil e o Japão.

Dispomos hoje de excedentes de energia barata que viabilizam indústrias de alto consumo energético: campo novo, aberto à associação de nossas capacidades empresariais. Já existem casos dessa modalidade de colaboração, e acredito que eles poderão multiplicar-se, na medida em que o setor industrial japonês se encaminhe, como é de prever-se, para concentração em áreas de tecnologia avançada. Dessa forma, contribuiremos para a diversificação do padrão atual do intercâmbio bilateral, que exhibe excessiva concentração de produtos primários, do lado brasileiro, e de bens industrializados, do lado nipônico.

Constitui preocupação justificada e permanente do Japão a garantia de suprimentos constantes de alimentos e matérias-primas. Nessa perspectiva, somamos recursos técnicos e financeiros, brasileiros e japoneses, para a produção e a comercialização de minérios, insumos da indústria metalúrgica e celulose. Iniciaram-se, também, com êxito, trabalhos conjuntos no terreno da agricultura. É aí, precisamente, que se descortinam amplos horizontes à colaboração entre nossos países. Apresenta a extensa região do Cerrado brasileiro uma das últimas grandes fronteiras agrícolas do Planeta, e seu aproveitamento econômico, graças ao Programa do Desenvolvimento dos Cerrados, é meta prioritária do governo brasileiro.

Antevemos, a partir daí, a possibilidade da criação de um fluxo expressivo de cargas marítimas entre o Sudeste da América do Sul e o Japão. No que diz respeito à parte brasileira, já foram tomadas providências iniciais conducentes à organização dos transportes de grãos do interior para o litoral do País.

A formalização, no quadro desta minha visita oficial, de um instrumento de estímulo à cooperação científica e tecnológica enriquecerá qualitativamente as relações nipo-brasileiras. Acreditamos que as iniciativas nesse terreno desempenharão papel relevante na formação de um quadro de ações associativas, que se deverá estender à informática.

Distingo nesses fatos indício alvissareiro de que a amizade entre nossos países continua a frutificar em empreendimentos novos. Em meio às circunstâncias difíceis do presente, temos fomentado nosso intercâmbio e transformado suas promessas em realidades concretas.

Agradeço a homenagem que me é prestada pelas organizações econômicas do Japão, recebendo-a como preito de amizade ao meu país.

Peço a todos os presentes que ergam suas taças num brinde à prosperidade dos nossos países e ao constante estreitamento dos laços de amizade e cooperação entre o Brasil e o Japão.

25 DE MAIO  
PALÁCIO AKASAKA  
TÔQUIO — JAPÃO

DISCURSO NO BANQUETE DE RETRI-  
BUIÇÃO, OFERECIDO PELO PRESI-  
DENTE JOÃO FIGUEIREDO

Agradeço a hospitalidade com que fui honrado nesta visita oficial ao Japão. Considero as numerosas e tocantes expressões de simpatia com que fui distinguido como homenagem ao meu país e a reafirmação do ânimo fraterno, que inspira a Nação japonesa em relação à Nação brasileira.

Retorno ao meu país com a convicção de que fizemos algo em benefício dos nossos povos e de que contribuímos para a causa universal do bom-entendimento e da paz. Brasil e Japão, distantes no plano geográfico, continuam próximos pela vontade de sua gente e de seus governos. Assinalo, com satisfação, o grande número de pontos de convergência identificados durante as proveitosas conversações que mantive com Sua Excelência o Primeiro-Ministro Yasuhiro Nakasone. A conclusão, no decurso desta visita, de compromissos referentes à cooperação nipo-brasileira, nos domínios do comércio, da agricultura e da pesquisa científica e tecnológica, espelha a amplitude do nosso relacionamento e exprime o desígnio comum de continuarmos conjugando esforços

para a realização de empreendimentos mutuamente benéficos.

Desejo que a minha visita seja compreendida como significativa do propósito do Brasil de manter as melhores relações com o povo e o Governo do Japão.

Convido todos a que me acompanhem e ergam suas taças à prosperidade do Japão, à saúde e felicidade pessoal do Primeiro-Ministro Nakasone e demais dirigentes japoneses e ao perene estreitamento dos laços de amizade e cooperação entre os nossos povos. Com o mesmo espírito peço a todos que se juntem a mim num brinde a Sua Majestade o Imperador do Japão.

28 DE MAIO  
GRANDE PALÁCIO DO POVO  
PEQUIM — CHINA

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NUM BANQUETE OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA CHINA, SENHOR LI XIANNIAN

Senhor Presidente:

É esta ocasião especialmente adequada para que manifeste, em meu próprio nome, no de minha mulher e no da comitiva brasileira, o profundo sentimento de gratidão pela acolhida excepcional que nos foi dispensada nesta visita à República Popular da China.

A China, pela importância e irradiação de sua cultura, sempre exerceu fascínio sobre as nações americanas. A proverbial sabedoria do povo chinês, seu sentido de realidade, os tesouros de conhecimento humano e científico aqui acumulados, no transcurso dos séculos, o esforço de modernização da sociedade e da economia chinesa atraem o respeito e a admiração do povo brasileiro.

A abertura de amplos e insuspeitados horizontes de modernidade no seio de uma civilização cujas raízes se perdem na noite dos tempos tem particular significado para nações como o Brasil. Embora jovens, em perspectiva histórica, enfrentamos também o desafio de decidir,

com autonomia e independência, os rumos de nosso futuro, em busca de paz e prosperidade.

Senhor Presidente,

A distância geográfica e o fato de nossos países pertencerem a distintas matrizes culturais poderiam erigir-se em obstáculos intransponíveis ao entendimento entre os Governos e os povos do Brasil e da China. Felizmente tal não ocorre.

Já no século passado, quando o Brasil e a China ainda eram monarquias, nossos países mantinham amistoso relacionamento, refletido inclusive em tratado de amizade, navegação e comércio, hoje mais que centenário.

Presentemente, as relações entre a China e o Brasil se desenvolvem agilmente e se baseiam em convergências no plano mais alto da política internacional, bem como em projetos e realizações bilaterais de caráter econômico-comercial, de cooperação científico-tecnológica e de intercâmbio cultural.

Quero crer, Senhor Presidente, que o ano de 1984 é, a este respeito, de alto valor simbólico. Assinala um decênio de normal e profícuo relacionamento diplomático e está marcado, no histórico das vinculações bilaterais, pela primeira visita de um Presidente brasileiro à hospitaleira terra chinesa. É esta, com efeito, Senhor Presidente, a primeira visita de um Chefe-de-Estado e de Governo do Brasil não apenas à China, mas à Asia Continental.

Senhor Presidente,

A China e o Brasil inauguraram, nos últimos dez anos, a trilha da cooperação bilateral. Este caminho abre-se, em numerosas perspectivas, à nossa iniciativa. Cabe-nos explorar as faixas de convergência e as afinidades existentes entre os nossos povos.

O Brasil e a China, os dois mais extensos países em desenvolvimento, desejam assegurar, em grau máximo, a cooperação bilateral possível. Para tanto, requer-se a estrita observância dos princípios da autodeterminação e da não-interferência em assuntos internos e, bem assim, a plena aceitação das diferenças existentes na comunidade internacional, composta de países dotados de sistemas sociais diversos. Com base nestes princípios que partilham, Brasil e China estão ademais preparados para desempenhar o papel que lhes cabe no fortalecimento da paz e da segurança internacional.

Em certo sentido, chineses e brasileiros visam ao mesmo objetivo: alcançar, pelo esforço próprio, e com o suplementar apoio da comunidade das nações, novos e mais aperfeiçoados patamares de modernização econômica e desenvolvimento social.

Senhor Presidente,

Num mundo em crise, o Brasil está entre os países que rechaçam a fatalidade da estagnação e não se conformam com as atitudes passivas ou reflexas. Pensamos que a crise pode e deve ser vencida.

Acreditamos na necessidade da construção de nova ordem econômica internacional e reconhecemos que, a par de um diálogo franco e eficiente conduzido com os países do Norte, é essencial a cooperação entre os países do Sul.

Preocupa-nos a deterioração do ambiente político internacional. Os antagonismos globais multiplicam-se; enquanto as crises locais e regionais são atreladas à engrenagem da competição entre superpotências, que se desenvolve em detrimento e prejuízo dos países do Terceiro Mundo. Esta competição revela-se de forma particularmente aguda na corrida armamentista nuclear e na política de poder, cujos desdobramentos mais intensos

são hoje sentidos no Sudeste Asiático, no Campuchéia, no Oriente Médio, no Afeganistão, na África Austral e na América Central.

Diante de tão grave quadro, a cooperação internacional, fundada necessariamente na vontade soberana das partes, é um dever imposto à comunidade das nações. Tal cooperação não pode prestar-se para abrir caminho às pretensões de domínio ou hegemonia. Ao contrário, deve servir para fortalecer as regras de boa-condição e de respeito mútuo, o mais sólido alicerce de relações internacionais saudáveis.

Senhor Presidente,

A principal questão, hoje, de nosso relacionamento é, sem dúvida, a de saber o que devem fazer países como o Brasil e a China para reforçar os vínculos existentes.

Creio que a resposta a essa indagação não é teórica nem retórica. É prática, concreta e fundamentalmente construtiva. A resposta está nas ações e, no caso, as ações falam por si mesmas: muitas iniciativas, progressivamente concertadas, alcançaram seu pleno sentido aqui, em Pequim, durante minha estada. Minha visita deixa um saldo apreciável de acordos entre nossos países, nos mais variados campos: econômico, comercial, científico e de cooperação tecnológica. Brasil e China consolidaram, nesses dias, pelo diálogo e pelas realizações concretas, as áreas de convergência e ampla faixa de afinidades que nos unem.

Permita-me, Senhor Presidente, convidar todos os presentes a erguerem um brinde pela saúde de Vossa Excelência e da Senhora Li Xiannian, bem como pela prosperidade crescente do povo chinês.

29 DE MAIO  
GRANDE PALÁCIO DO POVO  
PEQUIM — CHINA

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO BANQUETE DE RETRIBUIÇÃO AO PRESIDENTE DA CHINA, SENHOR LI XIANNIAN

Senhor Presidente:

Muito agradeço a honrosa presença de Vossa Excelência e da Senhora Li Xiannian, assim como a dos demais convidados. Permita-me Vossa Excelência renovar a expressão de nossos mais vivos agradecimentos pelos gestos de delicadeza e atenção com os quais fomos cumulados no decorrer desta viagem.

A primeira visita de um Presidente da República Federativa do Brasil à República Popular da China revela o nível a que nossos países lograram elevar suas relações. Significa, ainda, nossa disposição de expandir e aprofundar nossos entendimentos, em benefício de brasileiros e chineses.

O aproveitamento de oportunidades de caráter econômico-comercial e científico-tecnológico tem sido realizado com dedicação e criatividade pelos Governos de Brasília e de Pequim, pelos responsáveis pela gestão econômica e pelas respectivas comunidades científicas.

Como resultado concreto, as relações sino-brasileiras se tornaram consideravelmente mais densas no decurso dos últimos dez anos e prometem novos frutos em tempo possível.

Embora separados por enorme distância geográfica, nossos países têm sabido vencer os mais variados obstáculos e estabeleceram, pelo denodo de seus nacionais, vínculos de sólida amizade.

Senhor Presidente,

Os interesses comuns, embora dotados de força própria, poderão ser ampliados à medida em que forem identificadas novas convergências de pontos-de-vista de nossos países com respeito a temas de política internacional.

O Brasil aprecia o maduro desempenho e o perfil próprio que a China ostenta nas Nações Unidas. A busca da paz, o respeito à independência, soberania e autodeterminação de todos os países, à igualdade jurídica dos membros da comunidade das nações e o rechaço de toda e qualquer política hegemônica de força são ideais que nossos países compartilham.

O Brasil considera que a paz e o desenvolvimento, aspirações máximas do Terceiro Mundo, só podem ser plenamente assegurados na medida em que problemas angustiantes e decisivos para o futuro da espécie sejam racionalmente equacionados e que se passe, sem demora, do equacionamento para medidas de caráter prático.

Nesse contexto, Senhor Presidente, as atuações chinesa e brasileira apresentam muitos pontos em comum e avaliações que se harmonizam: seja no que se refere a aspectos importantes da problemática do desarmamento, seja no que se refere aos temas não menos importantes da reforma da ordem econômica mundial, do diálogo

Norte-Sul e da necessidade de reverter a tendência de flagrante deterioração do ambiente político internacional, causada pelos antagonismos entre as superpotências. Preocupa-nos igualmente o transplante daqueles antagonismos para cenários regionais, tendência esta conducente à exacerbação de crises locais, em prejuízo do sistema político mundial e sobretudo da trajetória autônoma dos países em desenvolvimento.

Senhor Presidente,

As relações entre Brasília e Pequim fundam-se no aproveitamento das potencialidades da cooperação bilateral e em significativa faixa de percepções similares a respeito de vários dos mais importantes tópicos da grande agenda política internacional. Essas coincidências permitem antever, estou convencido, futuro satisfatório para o relacionamento sino-brasileiro.

Convido todos os presentes a erguerem um brinde à saúde de Vossa Excelência e da Senhora Li Xiannian, ao constante fortalecimento da amizade sino-brasileira e ao desenvolvimento e permanente prosperidade da generosa nação chinesa.



18 DE JUNHO  
PALÁCIO DO ITAMARATY  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO JANTAR EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU, SENHOR BELAÜNDE TERRY, POR OCASIÃO DE SUA VISITA AO BRASIL

Senhor Presidente:

Ao dar as boas-vindas a Vossa Excelência e à sua ilustre comitiva, desejo expressar a profunda satisfação com que acolhemos o Presidente da República do Peru.

A presença de Vossa Excelência em Brasília reafirma nossa disposição de dar continuidade ao processo de aproximação e troca de experiências entre o Peru e o Brasil.

Relembro com carinho minha visita a Lima, em 1981. Naqueles dias, fui objeto de calorosas demonstrações de hospitalidade. Tive em Vossa Excelência um interlocutor receptivo e aberto, confiante no potencial das relações entre nossos países.

Desde então, aumentou muito o nosso intercâmbio, aproximaram-se ainda mais nossos interesses. Novos e graves problemas da conjuntura internacional exigiram

de nossos governos atenção e ações que os identificam ainda mais em seus esforços e objetivos.

Senhor Presidente,

As variadas manifestações do espírito peruano refletem a riqueza e a multiplicidade das raízes de sua cultura, fruto da fusão de elementos incaicos e hispânicos. A literatura peruana encontra no Brasil um público entusiasta, que aprecia o valor universal de suas grandes obras.

Além dos laços culturais, ligam-nos a consciência de nosso compromisso com o desenvolvimento, a identidade de princípios e a semelhança de interesses na convivência regional e internacional.

Vossa Excelência tem sido um dos mais entusiastas promotores do esforço de aproximação entre nossos povos. Sua vivência pessoal dos problemas da Amazônia e suas iniciativas de integração física despertam atenção e interesse no Brasil. A Rodovia Marginal da Selva, que os peruanos devem à lúcida iniciativa de Vossa Excelência, exprime a similaridade de nossas preocupações e a promoção de iniciativas concretas de integração regional, que em muito beneficiam as populações amazônicas.

Senhor Presidente,

A coincidência de nossos interesses encoraja-me a expor a Vossa Excelência algumas reflexões acerca da atualidade internacional.

A virulência dos conflitos regionais e a desaceleração dos processos de desenvolvimento são os traços mais dolorosos do quadro de confrontação e instabilidade que caracteriza o mundo de hoje. Povos que há décadas procuram levar adiante projetos de desenvolvimento são

indistintamente afetados pelo flagelo da recessão ou de conflitos armados.

A América Latina está longe de permanecer imune a esse processo.

A América Central atravessa uma crise que bem demonstra a dupla vertente política e econômica dos entraves à paz. As origens da crise são de natureza estrutural, fundadas na história da sub-região. A transposição de elementos ideológicos do confronto Leste-Oeste, porém, acentua e aprofunda a crise, eleva o potencial de conflito e constitui um dos mais sérios obstáculos a que se alcancem soluções negociadas.

A vocação pacifista e negociadora da América Latina produziu considerável esforço político para a solução dos problemas centro-americanos, expresso na iniciativa de Contadora. Muito têm feito os países integrantes desse Grupo. A eles e aos avanços que inegavelmente têm conseguido emprestou sempre o Brasil o seu maior apoio e incentivo.

Não basta, contudo, o encorajamento da comunidade internacional. É preciso que as partes envolvidas, direta ou indiretamente, façam esforços mais concretos para transformar em realidade as propostas de pacificação e entendimento que já alcançam o nível dos pormenores técnicos.

É preciso desarmar os espíritos. A disposição ao diálogo, o exercício da negociação e o fortalecimento da democracia são elementos centrais para a solução de conflito cuja gravidade extravaza os limites sub-regionais.

Senhor Presidente,

A crise econômica internacional atinge nossos países de maneira profunda, que não nos permite considerá-la

sob a perspectiva de um simples problema conjuntural. Assume feições políticas que não podemos desconsiderar.

Os povos em desenvolvimento têm dado irrefutáveis provas de sua capacidade de sacrifício, aceitando severos programas de reajustamento de suas economias e de suas contas externas.

A resposta a esses pesados esforços, porém, nem sempre é alentadora; de um lado o protecionismo, que fecha os mercados a nossos produtos e reduz nossa capacidade de amealhar divisas; de outro, os reiterados aumentos das taxas de juros, que remuneram o capital acima da capacidade de pagamento de nossos países e dos índices reais de produtividade de nossas economias.

É preciso que a solidariedade internacional e o bom-senso prevaleçam sobre a visão parcial e imediatista, incapaz de discernir os problemas na sua complexidade e na sua magnitude.

Os países devedores necessitam de condições realistas para poder cumprir com suas obrigações e compromissos, a que, de resto, nunca se furtaram.

É imprescindível conciliar politicamente nossos compromissos internacionais, a necessidade de manter níveis de desenvolvimento e produtividade e a capacidade real de realizar desembolsos financeiros sem pôr em risco o equilíbrio e a paz social em nossos países.

Os países latino-americanos demos passos significativos na tentativa de sensibilizar os países credores para esses graves problemas e para a necessidade política de tornar mais propício o quadro em que se desenvolve a negociação de nossas dívidas. Não esmoreceremos nessa campanha porque estamos convictos de que ela é correta.

Senhor Presidente,

A confiança no diálogo e no entendimento, que sempre guiou a sensibilidade política latino-americana, leva-nos igualmente a refletir com atenção e esperança sobre a importância da Organização dos Estados Americanos para o presente e o futuro do Continente.

Sua revitalização é função da vontade política dos Estados-Membros. O papel da Organização dos Estados Americanos como foro diplomático regional pode ter utilidade crescente, pela fluidez de contatos que proporciona e pela autoridade moral que decorre dos princípios inscritos em sua Carta.

Senhor Presidente,

Vivemos momento difícil, que desafia nossa capacidade de análise e de criação.

As atuais dificuldades podem constranger-nos a maior seletividade na escolha das áreas de nossa colaboração. Teremos de fazer opções entre os muitos setores em que importaria incrementar a cooperação entre nossos países. Nosso esforço de hoje, contudo, é a garantia de realizações maiores no futuro.

O arcabouço jurídico que emoldura as relações entre o Brasil e o Peru é uma vantagem com que contamos nesse esforço.

Variadas são as áreas de coincidência e interesse recíproco.

No plano de nossa vocação amazônica, muito temos realizado, seja no âmbito bilateral, seja na esfera do Tratado de Cooperação Amazônica.

Foram positivos os resultados da Segunda Reunião da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Cooperação Amazônica, realizada em dezembro de 1983. Temos procurado incentivar iniciativas concretas, flexíveis e realis-

tas no campo das comunicações e dos transportes, entre outros.

Na área econômico-comercial, nossa maior preocupação é a nítida diminuição das correntes do comércio bilateral, reflexo da própria redução do ritmo de desenvolvimento de nossos países. Devemos, contudo, examinar fórmulas que permitam ultrapassar essas barreiras, apesar das dificuldades da conjuntura.

Finalmente, no plano político, a intensificação dos contatos bilaterais faculta a harmonização de posições sobre problemas de interesse comum.

Senhor Presidente,

Durante nossos governos, demos impulso à maior aproximação registrada na história das relações entre o Peru e o Brasil. Superamos barreiras que nos faziam caminhar lado a lado, quase sem olharmos um ao outro. No passado, a própria Amazônia, durante largo tempo, marcou de forma impressionante a realidade de um relacionamento distante.

Hoje, ao contrário, ela é o símbolo da sólida aproximação entre os povos peruano e brasileiro. A visita de vossa Excelência vem coroar essa determinação, fortalecendo ainda mais um processo que se tornou irreversível.

É com esse espírito que convido todos os presentes a comigo brindarem pelas relações brasileiro-peruanas, pela prosperidade do povo irmão do Peru e pela saúde e ventura pessoais de Vossa Excelência e da Senhora de Belaúnde.

Muito Obrigado.

19 DE JUNHO  
EMBAIXADA DO PERU  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO NO JANTAR OFERECIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PERU, SENHOR FERNANDO BELAÚNDE TERRY, POR OCASIÃO DE SUA VISITA AO BRASIL

Senhor Presidente:

Muito agradeço as palavras generosas e amigas que acaba de pronunciar. Traduzem os elevados sentimentos de Vossa Excelência e refletem o ânimo construtivo que sempre presidiu ao relacionamento entre o Peru e o Brasil.

A presença de Vossa Excelência entre nós contribuiu para ressaltar a sólida disposição para o diálogo e o entendimento, existente entre nossos países. Mais uma vez encontrei em Vossa Excelência o estadista ilustre de largo descortino, plenamente identificado com as aspirações de nosso tempo e com visão nítida das questões cruciais da atualidade. Nossas proveitosas conversações mais uma vez comprovaram as substanciais coincidências que nos aproximam e a percepção comum que temos dos grandes problemas latino-americanos e mundiais.

Em nossos contatos, tivemos ensejo de reafirmar a disposição de nossos dois governos de superar os obstá-

culos existentes, graças a um programa de ação, capaz de dar resposta adequada às questões fundamentais do desenvolvimento econômico e social de nossos povos.

Reiteramos, Senhor Presidente, nosso firme compromisso com a adoção de uma nova ordem econômica internacional, que assegure um progresso equitativo e uma cooperação mais justa entre as nações.

A colaboração entre o Brasil e o Peru nos mais variados setores possui alto significado e serve à causa da integração da América Latina. Conjugamos esforços na Amazônia para enfrentar o desafio de desenvolver tecnologia adaptada ao meio ambiente e implementar projetos de cooperação em várias áreas específicas.

Animado de propósito de fazer avançar cada vez mais a cooperação entre nossos povos, proponho um brinde à nobre nação peruana, aqui representada por seu mais alto dignitário, formulando votos pela fraterna amizade entre o Brasil e o Peru e pela saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência e da Senhora de Belaúnde.

Muito Obrigado.

25 DE JUNHO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO AO RECEBER, NO PALÁCIO DO PLANALTO, OS ESTAGIÁRIOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Excelentíssimo Senhor Ministro Brigadeiro  
Waldir Vasconcelos, Chefe do Estado-Maior  
das Forças Armadas,

Excelentíssimo Senhor General Euclides de  
Oliveira Figueiredo, Diretor da ESG,

Excelentíssimos Senhores Oficiais-Generais,  
Senhores Oficiais, Civis, integrantes da  
Turma Oswaldo Aranha,

Excelentíssimos Senhores Membros do Corpo  
Docente da Escola Superior de Guerra:

Eu muito agradeço a gentileza do gesto que tiveram em iniciar a viagem pelo interior do Brasil com uma visita ao Planalto e uma passagem aqui pelo Palácio para me cumprimentar. A gentileza vem junto com o gesto de camaradagem que, tenho certeza, trouxeram também os meus companheiros de farda, como também de todos não fardados, que trouxeram também o seu estímulo para que, nesse prazo curto que resta para terminar o meu

governo, eu persista naqueles rumos que me tracei quando iniciei o governo. E apesar de todas as dificuldades, dificuldades de toda a natureza, econômicas, sociais, eu ia persistir em manter o País na normalização democrática. E queria me afastar absolutamente do processo sucessório a fim de que o problema, tal como está na Constituição, estivesse entregue aos políticos. Com esta minha isenção eu quis dar uma demonstração à Nação de que este era o primeiro passo para que de fato o Palácio do Planalto não tivesse mais ingerência no problema político do País. Quis dar um exemplo de que o Executivo é o Executivo, e que o problema político cabe aos políticos resolver.

Eu espero que a viagem dos Senhores seja a mais proveitosa possível. E que os Senhores voltem com aquela mesma esperança com que partiram, a que se referiu o Brigadeiro Waldir, para que possam, no futuro, em várias funções e em vários cargos, auxiliar os futuros dirigentes deste País naquele futuro que, temos certeza, será brilhante.

Muito Obrigado.

2 DE JULHO  
PALÁCIO DO ITAMARATY  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO AO PRESIDENTE DA GUINÉ-BISSAU, SENHOR JOÃO BERNARDO VIEIRA

Senhor Presidente:

Com grande satisfação acolhemos a visita de Vossa Excelência e sua ilustre comitiva. Alcançamos um novo marco no relacionamento entre a Guiné-Bissau e o Brasil. Há alguns meses, estivemos juntos na capital de seu país, em momentos inesquecíveis de conagração entre nossas nações. Desejo que Vossa Excelência receba no Brasil equivalentes demonstrações de hospitalidade, afeto e amizade.

Nossos encontros, Senhor Presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, constituem oportunidade para reflexão sobre as circunstâncias internacionais que nos afetam e para o trabalho resolutivo em prol das aspirações e interesses comuns.

Fazemos parte de um mesmo mundo, cada vez mais interligado.

Somos representantes de nações jovens que aspiram ao desenvolvimento e a um ordenamento internacional

justo, seguro e dinâmico, que propicie a todos os países igualdade soberana e o exercício de seus direitos à participação plena na busca do bem-comum.

Nossos países são banhados pelo mesmo oceano, que há de ser, livre das tensões alheias, perene elo de paz e caminho aberto ao intercâmbio mutuamente proficuo. Unidos estamos por afinidade cultural que reforça nosso entendimento e nos irmana.

É natural, assim, que a fraternidade seja a tônica de nossos encontros.

Em Bissau, senti, em todos os contatos havidos, esse clima de conagração.

Cabe-me hoje receber Vossa Excelência. Não posso pretender mais que dar continuidade e aprofundar nosso relacionamento de união, trabalho, amizade e esperança, que Vossa Excelência soube tão bem promover naquela ocasião.

Senhor Presidente,

A crise econômica internacional permanece, com efeitos nefastos para a maioria esmagadora da Humanidade.

O protecionismo, as altas continuadas nas taxas de juros e os baixos preços das matérias-primas dificultam o planejamento e a execução dos projetos prioritários para o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo.

A corrida armamentista continua a ameaçar a paz; a exacerbação de tensões em diversas áreas continua a pôr em risco a estabilidade internacional.

Não impediram, contudo, esses fatores negativos que a solidariedade entre nossos países continuasse a estreitar-se.

O desejo de cooperar e de superar os entraves que se opõem ao desenvolvimento e à paz é objetivo essencial dos países da África e da América Latina.

Na esfera econômica, a recente Reunião de Cartagena fortaleceu o entendimento entre os países deste Continente no sentido de proporem ao mundo desenvolvido formas de diálogo e soluções para enfrentar os desequilíbrios econômicos e financeiros.

Na área política, os esforços latino-americanos e africanos de aperfeiçoamento das relações bilaterais e de atuação multilateral coesa constituem processo de longo alcance. Baseado na cooperação igualitária, este processo marcará nova etapa no relacionamento internacional.

A realização da Segunda Mesa-Redonda dos Parceiros Econômicos de Guiné-Bissau, reunindo países amigos e organizações internacionais, em maio último, é evidência concreta de que o diálogo construtivo pode, e deve, sobrepor-se às injunções do inadequado ordenamento econômico internacional existente. Como bem sabe Vossa Excelência, o Brasil participou da Mesa-Redonda de Maio, como o fizera em novembro, na qualidade de amigo solidário da Guiné-Bissau. Se carecemos de recursos financeiros abundantes, dispomos da vontade de cooperar e de alguma experiência no esforço para o desenvolvimento, que estamos prontos a dividir com a fraterna nação guineense.

Outro exemplo positivo de diálogo foi a IV Cimeira dos Estados Africanos de Expressão Portuguesa, realizada em Bissau, em dezembro passado. Acompanhamos este evento com vivo interesse.

Estamos certos de que, sob a Presidência de Vossa Excelência, a Conferência dos Chefes-de-Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé-e-Príncipe continuará a aumentar a solidariedade

dos países africanos de expressão comum, em benefício de todos.

Por outro lado, a Cimeira Extraordinária de Maputo demonstrou, de forma eloqüente, os esforços construtivos do Grupo pela Paz e a prosperidade da África Austral.

O Brasil observa com particular atenção o desenrolar dos acontecimentos daquela região africana. Tal como o governo de Vossa Excelência, estamos conscientes da necessidade de soluções urgentes e efetivas e desejamos que a justiça e a paz finalmente prevaleçam naquela tão sofrida parte do Continente.

Espera o Brasil que os países integrantes da Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral possam dedicar-se com segurança, sem ameaças externas, a seus projetos de desenvolvimento nacional e integração regional.

Desejamos, igualmente, guineenses e brasileiros, que a Namíbia consiga alcançar o mais breve possível sua independência, com base nas resoluções pertinentes da Organização das Nações Unidas. Observamos, com apreensão idêntica, a situação na África do Sul, cientes que somos da injustiça e dos perigos para a paz e a segurança que representa a segregação racial institucionalizada.

Senhor Presidente,

Com grande atenção acompanhamos os desenvolvimentos em seu país que culminaram na aprovação, pela Assembléia Nacional Popular, da nova Constituição e na eleição de Vossa Excelência para o cargo de Presidente do Conselho de Estado. Congratulamo-nos com Vossa Excelência, e com toda a nação guineense, pela consolidação de suas instituições.

Consideramos a cultura e a língua fatores essenciais de identidade nacional. Compreendemos a importância de afirmarmos os valores que nos são próprios e de desenvolver, com empenho permanente, as afinidades profundas que estão na base de nosso relacionamento.

Os fatores históricos e culturais que unem nossos povos fortalecem a vontade política empenhada pelo Brasil e pela Guiné-Bissau no estreitamento de seus laços de amizade e cooperação.

Munidos dessa vontade, o Brasil e a Guiné-Bissau podem e devem somar esforços em benefício mútuo. Se as limitações econômicas e financeiras de ambos os países impõem obstáculos a essa cooperação, estou certo de que, com criatividade própria e a colaboração das organizações internacionais competentes, saberemos transpor as dificuldades, como temos feito até o presente.

São muitos os exemplos de êxito em nossa cooperação técnica, econômica e cultural. Dedicamo-nos à nobre tarefa de torná-la ainda mais densa e significativa.

Senhor Presidente,

Minha visita à Guiné-Bissau, quando da primeira ida de um Presidente da República Federativa do Brasil à África, deixou-me recordações indeléveis. Vossa Excelência retribui agora aquela visita, selando, em seu mais alto nível, o elo de amizade entre nossos povos e governos.

É com satisfação que convido os presentes a erguerem suas taças em brinde à perene amizade brasileiro-guineense, ao progresso da Guiné-Bissau, à felicidade pessoal do insigne amigo, Presidente do Conselho de Estado, e da Excelentíssima Senhora João Bernardo Vieira.



10 DE JULHO  
ED. TOUFFIC  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, POR OCASIÃO DO 50º ANIVERSÁRIO DA EMPRESA BRASILEIRA DE NOTÍCIAS

## Brasileiros:

Nesta data, há cinqüenta anos, o Governo Federal criava o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, com a incumbência de levar, a toda a Nação, notícia oficial dos atos e decisões governamentais.

Nessas cinco décadas, aquela entidade transformou-se e modernizou-se. Ajustou-se à evolução política nacional, e constitui hoje a Empresa Brasileira de Notícias.

Durante esse meio século de trabalho, gerações de jornalistas e servidores públicos se sucederam no esforço quotidiano para informar milhões de brasileiros sobre os principais atos de governo.

Como órgão público, a EBN segue linha de estrita objetividade no seu trabalho informativo. Sem discriminações ou privilégios, serve indistintamente a todos os órgãos de imprensa.

E, com a colaboração das emissoras brasileiras de rádio, une o País, todas as noites, com a transmissão de a «Voz do Brasil».

O trabalho isento e factual da EBN configura exemplo do uso democrático dos meios oficiais na comunicação. Esse trabalho, com essa orientação, faz parte integrante do projeto de abertura democrática de meu governo.

Hoje, impera em nosso País a mais ampla liberdade de expressão, da qual sou fiador. Garantindo a todos o pleno exercício da livre manifestação da opinião, não pode o Poder Público deixar de contar com meios próprios para difundir o noticiário de suas iniciativas e de seus objetivos.

Desta forma, o Governo assegura a todos os cidadãos e a todos os veículos de comunicação igual oportunidade de acesso às notícias oficiais.

A boa organização, a eficiência e o fortalecimento da EBN constituem, por isso mesmo, objetivos do mais alto interesse público e democrático.

Neste cinquentenário da Agência Oficial de Notícias, desejo expressar, a todos os seus funcionários e dirigentes, em Brasília e nas capitais estaduais, o agradecimento do meu governo pela dedicação e espírito profissional com que têm exercido suas funções.

Faço votos para que continuem todos a prestar, ao povo e à imprensa do nosso País, com a isenção e a seriedade de sempre, os relevantes serviços com que têm contribuído para a melhor informação de nossa gente.

Muito Obrigado.

19 DE JULHO  
EMPRESA COBRA  
RIO DE JANEIRO — RJ

DISCURSO DO PRESIDENTE JOÃO FIGUEIREDO, POR OCASIÃO DO 10º ANIVERSÁRIO DA COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A. — COBRA

Dez anos após constituída para prover necessidades específicas de tratamento da informação, testemunha a COBRA, de forma definitiva, a capacidade da engenharia nacional de responder ao desafio do desenvolvimento e da aplicação diversificada das tecnologias de informática. Trata-se de uma contribuição relevante para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político da sociedade brasileira.

A informática, por sua natureza interdisciplinar, influencia fortemente todas as atividades produtivas, comerciais e de serviços do País. Ampliam-se por isso o interesse e a necessidade de fortalecimento das empresas nacionais do setor, com capacitação tecnológica e gerencial e sob poder decisório nacional, para que, em grau conveniente de acompanhamento da arte e da técnica, possam satisfazer aos usuários brasileiros.

Esta visão realça o papel estratégico da COBRA, e recomenda a sua manutenção como empresa estatal, com duas tarefas. A primeira, de precursora, para indi-

car e ocupar novos patamares de produtos e serviços a serem produzidos pela indústria nacional do setor. A segunda, de continuar servindo de centro formador e irradiador de recursos humanos de alta qualificação.

Tendo em vista as peculiaridades do presente momento, com as providências legislativas para a consolidação dos conceitos e políticas adotadas pelo Governo no setor de informática, julgo imprescindível o fortalecimento da COBRA e a formulação de sua estratégia de atuação a longo prazo. Isso pressupõe a adoção, pelas entidades governamentais participantes de seu capital, das medidas que conduzam à definição de um comando unitário. Esse comando deve ter poderes efetivos para dirigir as atividades sociais e para orientar o funcionamento dos órgãos da empresa, conforme os objetivos e as diretrizes da Política Nacional de Informática.

Neste passo, o meu governo dá seguimento à orientação adotada nas gestões presidenciais anteriores, desde a criação da extinta CAPRE. E demonstra o apreço de que são merecedores os dirigentes e servidores da COBRA, pelos esforços, dedicação e competência com que têm conduzido os destinos da empresa.

Muito Obrigado.

22 DE AGOSTO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

IMPROVISO AO DAR POSSE NO CAR-  
GO DE MINISTRO DA INDÚSTRIA E  
COMÉRCIO AO SENADOR MURILO BA-  
DARÓ

Excelentíssimo Senhor Presidente  
da Câmara dos Deputados,  
Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,  
Excelentíssimo Senhor Ministro-Presidente  
do Supremo Tribunal Federal,  
Senhores Ministros,  
Senhor Senador Murilo Badaró,  
Senhor Presidente do Partido Democrático Social,  
Senhor Governador do Distrito Federal, José Ornellas,  
Senhor Diretor-Geral do DASP,  
Senhor Procurador-Geral da República,  
Senhor Consultor-Geral da República:

Este é um momento de satisfação e de tristeza. De  
tristeza por ver afastada a colaboração eficiente da bri-  
lhante inteligência de Camilo Penna, que conseguiu, du-  
rante esses quase 6 anos de convivência comigo, trans-  
formar as nossas iniciais relações funcionais em amiza-

de. E de satisfação pela oportunidade que vejo, ou que tenho, colaborar comigo no final deste governo, colocando a sua experiência política e a sua reconhecida inteligência a serviço daquele programa de governo que me tracei de início e que tenho certeza que não será alterado pela atuação do Senador Murilo Badaró.

Tenho certeza que o Ministério da Indústria e do Comércio não sofrerá tropeços com a chegada do Ministro Murilo Badaró.

Muitas felicidades, Ministro.

12 DE SETEMBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DO DIA IN-  
TERNACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO  
— 14º ANIVERSÁRIO DO MOBREAL

Senhora Ministra,  
Senhor Presidente da Fundação MOBREAL,  
Dona Maria da Conceição Chagas  
e seus companheiros do MOBREAL,  
Meus Senhores e Minhas Senhoras:

Sinto grande prazer em associar-me à comemoração do décimo-quarto aniversário do MOBREAL, exatamente hoje no Dia Internacional da Alfabetização.

Esta notável iniciativa, cujo valor é reconhecido além-fronteiras, já trouxe benefícios a quase trinta milhões de brasileiros. Sua ação, originalmente limitada à alfabetização de adultos, ampliou-se para contemplar novas áreas, como educação para a saúde e a promoção cultural.

Voltado para as camadas mais carentes da população, o MOBREAL integra-se na malha de programas sociais do Governo, de caráter eminentemente modernizador e democrático.

Vejo com satisfação as testemunhas presentes dos resultados do MOBRAL: brasileiros a quem o programa abriu novos horizontes, aprimorando-os, habilitando-os a uma vida melhor e preparando-os para dar valiosa contribuição à comunidade em que vivem.

É com grande emoção que recebo este documento, que fixa a memória deste dia e de todos os dias dedicados pelo MOBRAL à alfabetização e à educação de nossos compatriotas. Muito obrigado a vocês e aos milhões de brasileiros que falam pela voz de Maria da Conceição.

Recebam ainda minha palavra de estímulo para que prossigam no seu aperfeiçoamento pessoal, pois do aperfeiçoamento de cada um de nós depende o progresso do nosso Brasil.

Muito Obrigado.

13 DE SETEMBRO

TRECHO BR-364

CUIABÁ — MT

DISCURSO POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA ABERTURA AO TRÁFEGO DA BR-364, QUE LIGA CUIABÁ A PORTO VELHO

Senhor Governador

Senhores Ministros e Parlamentares,

Meus Senhores,

Minhas Senhoras:

A abertura ao tráfego da BR-364, no trecho Cuiabá-Porto Velho, assinala a conclusão da mais importante rodoviária de meu governo.

Não preciso dizer do significado da rodovia para o desenvolvimento desta região, que hoje testemunha um dos mais rápidos surtos de crescimento de nossa história.

A construção da BR-364 obedeceu a uma visão nova do significado de uma rodovia. Não construímos apenas uma estrada. Criamos, no quadro do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil — POLONOROESTE — uma estrutura integrada de apoio ao desenvolvimento, de que a BR-364 é a espinha dor-

sal. Assentamento de agricultores, regularização fundiária, projetos de colonização, rede escolar e sanitária, assistência técnica rural, abastecimento de água e energia elétrica deverão complementar-se num conjunto harmônico, em que o desenvolvimento econômico e social assume seu pleno valor humanista. Não descuramos a perspectiva ecológica, ciosos de preservar os equilíbrios regionais, nem o respeito e o apoio às populações indígenas, seguindo uma tradição que honra a memória do grande Marechal Rondon.

A conclusão desta obra, em período de tantas restrições econômicas, demonstra o interesse prioritário de meu governo pelo desenvolvimento desta região e pela prosperidade e bem-estar dos seus habitantes. Revela igualmente, aos que ainda alimentassem dúvidas, nossa capacidade de lutar e de construir, valorizando as inesgotáveis potencialidades de nosso País.

A visão desta nova fronteira, a coragem e a tenacidade de seu povo, sua operosidade e sua dedicação exaltam o sentimento de orgulho de sermos brasileiros e confirmam nossa fé no grande futuro de nosso País.

Vemos aqui associadas a ação estatal e a iniciativa privada, complementando-se, de forma equilibrada, e criando condições para a formação de uma sociedade livre e democrática. Em alguns casos terá o Estado se antecipado aos desejos da coletividade; em outros, andou esta mais rápido e pressiona o Governo por novas iniciativas.

É normal que assim ocorra, no processo acelerado de desenvolvimento que vive esta região.

Este quadro de livre iniciativa e de democracia espelha fielmente os anseios da Nação. Preservá-lo e assegu-

rar seu amadurecimento, para conduzir o País a uma nova etapa de sua história, sempre foi e continua a ser o principal objetivo de meu governo.

Orgulho-me de honrar a palavra empenhada e de desmentir todas as especulações tendenciosas: O processo de consolidação democrática prossegue dentro do calendário constitucional. Meu sucessor será escolhido pelo jogo livre de eleições, renhidamente disputadas. Ao transferir-lhe a faixa presidencial, estarei coroando a obra de redemocratização do País. Se meus contemporâneos não me quiserem fazer justiça, o julgamento desapassionado da História o fará.

Estou certo de que conduzi o País pelo caminho da democracia e da preservação das liberdades individuais, da livre iniciativa e da justiça social.

Lutei pela instauração do livre jogo democrático e, assim fazendo, aceitei o sistema de partidos, essencial à tradução política das tendências e opiniões do povo. Acato a disciplina partidária, inerente ao bom funcionamento dos regimes democráticos. Creio que assim agindo, sigo linha coerente com os ideais democráticos que inspiraram meu governo e minha ação política. Prestígio a escolha de meu partido.

Quero aqui transmitir ao povo brasileiro a minha certeza de que Paulo Maluf, candidato que o Partido Democrático Social levará à vitória a 15 de janeiro de 1985, saberá usar todo o seu dinamismo, a sua acuidade política e a sua experiência administrativa para levar avante a defesa de todos os valores pelos quais tenho lutado.

Meus Senhores,

Vejo, com particular satisfação, concluída esta importante obra, realizada, como todas as outras, no inte-

resse do desenvolvimento de nosso País. Cumpre-se importante meta de meu governo, que se soma, com todas as grandes conquistas e projetos materiais, ao aperfeiçoamento institucional, nossa maior conquista no plano político.

Peço a todos os presentes e a todos os brasileiros um momento de meditação para que se possa ver, através da espessa cortina da paixão e do debate políticos, a objetiva e isenta avaliação dos propósitos, objetivos e realizações de meu governo. Estou certo de que, como esta estrada, ele está abrindo caminhos para o progresso e o bem-estar de nosso povo.

Muito Obrigado.

13 DE SETEMBRO  
PALANQUE RODOVIA CUIABÁ-PORTO  
VELHO  
PORTO VELHO — RO  
DISCURSO POR OCASIÃO DA INAUGU-  
RAÇÃO DA RODOVIA CUIABÁ-PORTO  
VELHO

Senhores Governadores,  
Senhores Ministros,  
Demais Autoridades,  
Meus Senhores e Minhas Senhoras,

Retorno, com especial prazer, a esta capital, para presidir à inauguração da Rodovia Cuiabá-Porto Velho, integrante da BR-364, pavimentada, hoje em quase toda sua extensão, desde o longínquo São Paulo.

A conclusão desta etapa representa vital contribuição para o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil — POLONOROESTE — a que meu governo atribui especial atenção e prioridade.

Imenso é o papel da BR-364 na integração de nosso Território e na aproximação com nações irmãs do Continente. Sua articulação com a Rede Rodoviária Nacional liga esta próspera região aos centros do sul do País e a Manaus, no coração da Amazônia, e, mais ao norte, às fronteiras com a Venezuela e a Guiana, contribuindo

para formar o Sistema Rodoviário Pan-Americano. A futura pavimentação do seu trecho final a levará, através do Acre, até os lindes com o Peru. O trecho Porto Velho-Rio Branco tem absoluta prioridade e caberá ainda a meu governo dar os passos decisivos para sua construção.

Cruzando uma das mais férteis e dinâmicas regiões do País, seu papel no desenvolvimento econômico desta nova fronteira é inestimável. Por ela chegam os novos bandeirantes, que vêm regar com seu suor as terras férteis de Mato Grosso e de Rondônia. Ela escoará a valiosa e crescente produção destes Estados, que presenciam, hoje, um dos mais dinâmicos processos de crescimento em nosso País, a demonstrar a vitalidade de nosso povo e as ilimitadas potencialidades do Brasil.

A abertura e pavimentação desta rodovia fizeram-se acompanhar de um pujante trabalho de regularização fundiária e assentamento de novos agricultores em toda a região.

Desde o início de meu governo, somente em Rondônia, mais de vinte e oito mil famílias receberam terras em projetos oficiais de colonização.

No mesmo período, foram entregues mais de sessenta e quatro mil títulos de propriedade neste Estado, correspondentes a quase sete milhões de hectares de terras.

Este amplo trabalho do INCRA complementa-se com a construção de estradas vicinais, escolas, ambulatórios, toda uma infra-estrutura que garante a Rondônia elevada taxa de crescimento e condições para um desenvolvimento social harmônico e equilibrado, que preserve o equilíbrio ecológico regional e respeite as comunidades indígenas. Este programa de desenvolvimento integrado,

que recebeu substancial apoio do Banco Mundial, constitui eloqüente exemplo do que somos capazes de realizar, em meio a todas as dificuldades do momento atual.

Deu-se à BR-364 nome evocativo da memória de um dos nossos maiores patriotas, desbravador de sertões e precursor na aproximação com as populações irmãs autóctones. O Marechal Rondon representa valores essenciais de nossa cultura. É justo e oportuno que, neste momento de tantas ambições e tantos egoísmos na vida nacional, lembremos e cultivemos seu nome pelo que representa de coragem, espírito criador, patriotismo e altruísmo. São estas qualidades que a Nação requer de todos os brasileiros para levar adiante nosso projeto coletivo.

A estrada que hoje inauguramos, o dinamismo destas terras, a coragem e pertinácia de seus habitantes, a determinação de todos os responsáveis por esta obra — Ministros, funcionários, engenheiros ou trabalhadores — demonstram nossa capacidade, como governo e como nação, de vencer dificuldades e atingir nossos objetivos.

Gostaria que todos os brasileiros — todos, sem exceção — estivessem aqui para partilhar conosco da alegria de ver a tarefa cumprida, o trabalho recompensado, o objetivo atingido; que pudessem, como nós, inspirar-se neste momento de festa para retomar, com novo ânimo e renovada vitalidade, a próxima etapa de nosso trabalho.

Não ignoro as dificuldades que temos de enfrentar. Não me atemoriza, entretanto, a perspectiva de luta e de trabalho, porque sei que os brasileiros tampouco se deixam intimidar pela tarefa que temos a cumprir. Somos

animados pela certeza de nosso futuro e pela segurança em nossa capacidade, como povo, de enfrentar o desafio de nosso grande projeto nacional.

Seja este momento símbolo de fé nas qualidades de nosso povo e de confiança em nosso futuro.

29 DE SETEMBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

IMPROVISO AO RECEBER O DEPUTA-  
DO SIQUEIRA CAMPOS (PDS-GO),  
ACOMPANHADO DE LIDERANÇAS PO-  
LÍTICAS DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor Deputado Federal  
Siqueira Campos,  
Excelentíssimo Senhor Deputado Federal  
Ibsen de Castro,  
Senhor Prefeito Cíntio de Freitas,  
Senhor Vereador Waldir do Prado,  
Senhor Deputado Estadual Sérgio Caiado,  
Senhor Dr. Rui Brasil Cavalcanti,  
Senhores Deputados Estaduais,  
Senhores Prefeitos, Vice-Prefeitos  
e Vereadores de Goiás:

Eu fico muito honrado e desvanecido com a presen-  
ça dos Senhores aqui em minha casa de trabalho com o  
simples motivo de me apresentar a solidariedade. A soli-  
diedade partidária e a solidariedade dos correligioná-  
rios.

Confesso aos Senhores que esta presença muito me estimula e me dá forças para prosseguir naquela trilha que eu acho que ainda é a certa para a implantação da democracia no nosso País.

E ao agradecer aos Senhores eu devo afirmar três coisas: a primeira, é que quando me transformaram de soldado em político eu disse à Nação que não transformariam a minha consciência. Que eu jamais iria mudar o que fui em 43 anos na vida militar. E que o povo brasileiro, eu me lembro bem das minhas palavras, procurasse compreender que eu não mudaria em nada. Expressão literal que eu usei: eu sou o que eu sou.

Nesta ocasião em que os Senhores estão aqui, eu reafirmo isto: não tenho porque mudar em nada aquilo que aprendi no Exército. E que tento em vão aplicar na política. Não aceitando, de maneira nenhuma, que se queira fazer uma política partidária; que se queira pertencer a um partido, fervorosamente, como eles dizem; que se queira defender um programa de partido como eles afirmam e reafirmam; até o momento em que os seus interesses particulares, ou do seu grupo, ou da sua região são afetados. Nunca olhei para interesses, para facções ou para religiões. Sempre procurei decidir como um todo para o Brasil. Daí porque estranho a atitude de alguns companheiros que não aceitam a democracia de princípios que eu venho pregando desde quando candidato à Presidência da República. E momentaneamente passam a adotar a democracia de nomes, uma democracia que para mim não existe e nunca deveria ter existido neste País. Finalmente, dizer aos Senhores que é muito fácil porque é gostoso receber só aplausos. Dizer que está ao lado dos anseios do povo. Quisera eu estar sempre ao lado dos anseios do povo. Mas, às vezes, os anseios do povo ou de determinada parte da sociedade não ex-

primem aquilo que realmente interessa ao País, porque parte da sociedade está emocionalmente conduzida para um determinado raciocínio.

Não tenho porque não sair de cabeça levantada e olhar o povo de frente. O povo sabe que eu tive a coragem de enfrentar aqueles que desejam o que eu não acho bom para o País. E assim hei de fazê-lo até o fim da minha vida. Não haverá nomes nem argumentos que me levem a sair dessa trilha. Enquanto a minha consciência disser que o caminho melhor é este para o País eu o seguirei.

E finalmente fazer uma outra afirmação aos Senhores: jamais tomei uma opção. Jamais entrei para um grupo. Jamais fiz parte de algum partido que não o fizesse por inteiro. Nunca o fiz em parte ou pela metade. Ou eu estou com esse grupo, ou não estou com esse grupo, estou contra ele.

Quando me fizeram membro do PDS, me deram a honra de ser seu Presidente Honorário. Eu assumi comigo mesmo, com a minha consciência, depois de ler o estatuto do Partido e o programa do Partido, assumi comigo mesmo essa idéia-força de que este era o programa que mais servia às minhas idéias, e que, portanto, eu iria defendê-lo, fosse com A, com B, ou com C ao meu lado. Fosse sem A, sem B, ou sem C ao meu lado. Ficasse eu até sozinho, mas este era o meu programa. Em resumo: não tenho na minha folha de serviços o mudar de lado. E quero morrer do lado de cá, do lado da minha consciência. Os que não me aceitarem assim eu faria feliz se não chegassem perto de mim.

Aos Senhores que espontaneamente vêm tão generosamente dar a sua solidariedade, eu agradeço, penhora-

damente, acrescentando que os Senhores merecem mais, muito mais do que eu, pelo sacrifício que estão fazendo em persistirem em ficar do meu lado.

Muito Obrigado.

29 DE SETEMBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DA SOLENI-  
DADE DE COMEMORAÇÃO DO ANI-  
VERSÁRIO DA SECRETARIA ESPECIAL  
DE INFORMÁTICA

Senhores Ministros de Estado,  
Ministro Saraiva Guerreiro,  
Ministro Danilo Venturini,  
Coronel Edison Dytz,  
Senhoras e Senhores:

Há cinco anos atrás, no início do meu governo, solicitei do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional que propusesse a atualização de uma Política Nacional de Informática e as normas para a sua execução.

Sabemos hoje, todos, que a Informática é a pedra angular do desenvolvimento econômico e social de um país. De nada adiantaria equacionar os problemas financeiros internos e externos que nos afligem se o nosso parque industrial não se modernizasse a ponto de competir no mercado internacional. O aumento da produtividade na indústria, a melhoria dos serviços, a racionalização

zação das atividades sócio-econômicas em geral não são hoje mais possíveis sem lançar mão dos recursos dessa tecnologia de ponta.

Em outubro de 1979, criei a Secretaria Especial de Informática, como órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional, com a finalidade de assessorar na formulação da Política Nacional de Informática (PNI) e coordenar sua execução, como órgão superior de orientação, planejamento, supervisão e fiscalização, tendo em vista, especialmente, o desenvolvimento científico e tecnológico no setor.

Tal política objetivava, primordialmente, o desenvolvimento econômico e social do País através da Informática. Este recurso, Senhoras e Senhores, resultado de pesquisas tecnológicas desenvolvidas nos países industrializados não nos pertencia. Surgiu um problema crucial: como informatizar a sociedade brasileira com tecnologias que não dominávamos? Percebemos cedo que somente alcançando a verdadeira capacitação tecnológica poderíamos torná-la acessível ao homem brasileiro, cujo bem-estar social era o objeto principal de nossa preocupação. Por essa razão, a Política Nacional de Informática visou à conquista da capacitação tecnológica dentro da medida de nossas possibilidades. Fomos bem sucedidos. De nove empresas, em 1977, temos, atualmente, mais de cento e cinquenta, parte considerável delas produzindo equipamentos e programas de computador inteiramente desenvolvidos por engenheiros brasileiros.

Meu governo, Senhoras e Senhores, se pautou pelo firme desejo que professei, desde o início, de fazer do Brasil uma democracia. Nessa empreitada, não hesitei em levar o povo brasileiro a tomar consciência dos problemas cuja solução deveria assumir. Hoje, aqui, com-

pleto mais uma etapa desse processo. Ao sancionar a Lei de Informática, entrego à Nação brasileira o instrumento fundamental de condução da Política Nacional de Informática — da construção desta lei participou o País inteiro.

Sobre o arcabouço enviado pelo Executivo ao Congresso Nacional centenas de emendas foram implantadas. Os representantes da Nação brasileira no Congresso Nacional acolheram as mais diversas correntes de opinião e produziram um texto que representa as aspirações da maioria dos brasileiros. É com orgulho que presido hoje a esta cerimônia. Ela comemora não só os cinco anos bem sucedidos de trabalho da Secretaria Especial de Informática mas a consagração do regime democrático no País.

Muito Obrigado.



29 DE SETEMBRO  
CLUBE DO EXÉRCITO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DO SIMPÓSIO «AÇUCAR — UMA ESTRATÉGIA PARA O FUTURO».

Presido, com grande satisfação, à abertura dos trabalhos desta reunião onde Governo e iniciativa privada se encontram para debater problemas de interesse da agroindústria açucareira. Desejo assinalar que minha preocupação ao aprovar sua convocação foi ressaltar a importância da economia do açúcar no amplo contexto dos mais legítimos interesses do desenvolvimento nacional.

Fundamente arraigada na vida nacional, a agroindústria canavieira tem sua história justaposta à de nossa formação nacional, lançando raízes no longínquo tempo em que a fé e a determinação dos brasileiros principiaram a arrancada pela construção de uma grande pátria.

Não seria demais repetir que o progresso e o desenvolvimento de diversas regiões brasileiras podem ser descritos como a história da cultura da cana-de-açúcar e sua indústria, gerando riquezas, propiciando empregos, estabelecendo novas relações de trabalho, promovendo, enfim, a criação de estruturas salutares para nosso desenvolvimento econômico.

Empregando diretamente mais de quinhentas mil pessoas e beneficiando, portanto, população de dois milhões e quinhentos mil dependentes da atividade, a agroindústria canavieira representa a principal produção em alguns Estados da Federação, com cerca de sessenta a setenta por cento da renda estadual. Justifica-se, pois, a atenção prioritária do Governo ao setor, procurando ampará-lo e protegê-lo dos fatores adversos de ordem interna ou externa.

Meu governo deu especial ênfase à agricultura cujo crescimento reflete-se na incorporação de novas áreas ao processo produtivo, no aumento da produção brasileira de grãos, na melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural.

Vigorosa política fundiária permitiu-nos atingir a marca de um milhão de títulos entregues a novos proprietários de terras, aos quais não falta a assistência dos diversos órgãos governamentais.

O PROÁLCOOL, a par de representar notável estímulo ao setor canavieiro, permitiu ao Brasil reduzir substancialmente sua dependência energética. Propiciou, ademais, a manutenção do ritmo de produção na indústria automobilística: mais de um milhão e meio de automóveis circulam hoje movidos a álcool.

O açúcar está enfrentando, nos últimos três anos, uma das piores crises de mercado. As cotações do produto na área internacional atravessaram novo período de depressão, descendo, desta vez, a níveis não verificados no curso dos últimos trinta anos.

Segundo dados disponíveis, tal situação não encontrará correção antes de dois anos, em virtude de fatores conjunturais, como a formação de grandes excedentes que hoje poderiam atender a quase quarenta por cento do consumo mundial.

Fatores estruturais dificultam, igualmente, a recuperação do setor. Dentre estes se destacam políticas protecionistas e produções residuais de alto custo, que estimulam o uso de sucedâneos em países desenvolvidos.

Consciente da amplitude da crise e da gravidade da situação, é ponto de honra do Governo superar as dificuldades enfrentadas pela economia açucareira. A iniciativa do Ministério da Indústria e do Comércio de convocar este simpósio tem por objetivo colocar, lado a lado, Governo e iniciativa privada para um amplo, franco e esclarecedor debate.

Estou convencido de que os Senhores, que tão bem conhecem o tema e possuem sobre ele larga experiência, proporcionarão ao Governo Federal elementos indispensáveis para elaboração de uma política, a prazo médio e longo, destinadas à proteção do desenvolvimento da agroindústria açucareira do Brasil.

Os problemas que afetam o setor só encontrarão solução através de ampla cooperação entre Governo e iniciativa privada na área interna. Urge buscar, também, no plano externo, a compreensão e a colaboração dos países exportadores e importadores no interesse do bem-comum.

Ao saudar os participantes deste simpósio, formulo votos pelo êxito de suas deliberações e agradeço-lhes, em nome do Governo, a contribuição que, estou certo, oferecerão ao País.

Muito Obrigado.



29 DE SETEMBRO  
DIRETORIA DA FIESP  
SÃO PAULO — SP  
DISCURSO POR OCASIÃO DA POSSE  
NA DIRETORIA DA FIESP

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,  
Excelentíssimo Senhores Ministros de Estado,  
Senhores Parlamentares,  
Autoridades presentes,  
Meus Senhores:

Reunidos em torno de Luiz Eulálio de Bueno Vidigal para homenageá-lo no início de um novo mandato à frente da FIESP estão as mais altas figuras das classes empresariais de São Paulo e do Brasil.

Aceitei com muito prazer o convite para comparecer a esta reunião, porque desejava, mais uma vez, manifestar pela minha presença a fé inabalável que deposito na livre iniciativa e no funcionamento da economia de mercado como pilares de sustentação do Brasil livre e democrático.

Não preciso aprofundar-me nos problemas enfrentados pela economia brasileira, nem nas causas externas e internas que deram origem à atual crise.

Não creio necessário, tampouco, enumerar os sintomas econômicos que afligem a todos os brasileiros, mas cujas manifestações mais dolorosas são certamente a alta do custo de vida e o desemprego.

Conhecemos os nossos males. O que importa é unir forças para enfrentá-los e para levar avante o programa de reajustamento da economia brasileira e o combate drástico à inflação.

A adesão da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo à campanha de mobilização da sociedade brasileira para apoiar o programa de recuperação de nossa economia é altamente estimulante. Demonstra a maturidade de nossa classe empresarial, capaz de bem avaliar a presente situação e de compreender a política econômica que devemos adotar: política difícil, porém inadiável.

A solução de nossos problemas, assinalou o presidente da FIESP, exige atitudes corajosas. Não foge o Governo à sua responsabilidade. Tem arrostado a incompreensão de muitos; alguns, ainda que bem intencionados, incapazes de perceber a gravidade da situação ou de compreender os mecanismos financeiros internacionais contemporâneos; outros, pescadores de águas turvas, interessados em propiciar o caos na esperança de ilusório ganho de prestígio ou de poder.

A hora não comporta hesitações. É hora de união em torno dos objetivos nacionais para consolidar a sociedade livre e democrática que a Nação deseja construir e preservar.

O programa econômico do Governo é coerente e não se lhe oferecem alternativas viáveis nas atuais circunstâncias. É preciso que todos os segmentos da sociedade o apoiem, aceitando sua parcela de sacrifício. É preciso que todos atentem para o alcance de sua respon-

sabilidade, porque a desunião e a falta de colaboração, neste grave momento, podem ter um custo por demais elevado para a Nação.

De minha parte, não fugirei à responsabilidade de meu mandato. Estou decidido a empenhar todas as energias para a recuperação de nossa economia, objetivo que diz respeito, hoje, à própria segurança da Nação.

Não pouparei esforços, nem hesitarei diante de qualquer sacrifício para cumprir meu dever. Não desejo arcar com o peso da consciência de haver abandonado o caminho correto, mas penoso, da austeridade por incursões aventureiras em trilhas aparentemente fáceis, que só nos levariam ao descrédito e à desarticulação da economia nacional.

Cioso da compreensão e do apoio que o povo brasileiro tem dado à minha luta pela consolidação democrática e pela recuperação de nossa economia, não admito a hipótese de sacrificar os mais altos objetivos do meu governo, que são os objetivos da Nação, às impressões passageiras de desânimo ou desencorajamento, fruto do período difícil que nos impõe o combate à inflação.

Agradeço a manifestação da tranqüilidade, da coragem e do equilíbrio que os dirigentes da indústria de São Paulo acabam de demonstrar, pela palavra autorizada de seu presidente.

Da colaboração dos Senhores depende a concretização do propósito de entregar a meu sucessor um país fundado em sólidas instituições democráticas e uma economia novamente em crescimento.

Muito Obrigado.



5 DE OUTUBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA, EM  
CADEIA NACIONAL DE RÁDIO E TE-  
LEVISÃO

Brasileiros:

As atenções das correntes políticas e da imprensa têm-se voltado, predominantemente, para a questão da sucessão presidencial. Embora relevante, e merecedora, por isso mesmo, de meus cuidados, tal questão deve, por ora, passar a segundo plano.

Vivemos momentos de grandes dificuldades econômicas. Precisamos concentrar nosso esforço criativo na identificação de soluções para os problemas que decorrem dessa crise econômica. O debate, e mesmo a controvérsia, que presenciamos diante das opções que se apresentam, são próprios da vivência democrática. Considero-os saudáveis e necessários. Provam o fortalecimento das instituições democráticas. Tenho tomado conhecimento de todas as alternativas e sugestões apresentadas. Diante desse quadro, e da necessidade de dar consequência prática a esse amplo processo de análise, determinei o reexame das medidas adotadas em julho passado.

Os objetivos da política adotada têm de permanecer porque o problema permanece: temos de reduzir o *deficit* público, combater o desemprego, controlar a inflação e restabelecer o crescimento econômico. As medidas exigidas para atingir esses objetivos impõem sacrifício a toda a sociedade. No debate, há um ponto de convergência: o combate à inflação. Existe consenso em torno dessa diretriz: É preciso reduzir a inflação. Não podemos continuar com a alta de preços, com a destruição do nosso poder aquisitivo, com o enfraquecimento da nossa atividade empresarial. Não podemos continuar com as expectativas negativas da inflação, tanto para os assalariados quanto para os empresários.

Em relação ao componente externo da questão, as soluções estão sendo equacionadas com árduo e paciente trabalho. Desde o meu pronunciamento nas Nações Unidas e os vários contatos que mantive com líderes de países industrializados, negociamos meios de fortalecer nossa posição financeira externa.

No *front* interno, chegamos à proposta adotada no Decreto-lei nº 2.045, que ataca três dos fatores que alimentam a inflação: a elevação do custo salarial, dos aluguéis e da prestação da casa própria.

Desde então, assisto à controvérsia instaurada na sociedade brasileira em torno das opções apresentadas nesse decreto-lei. Em todos os países que enfrentaram o mesmo problema, nos últimos anos, a sociedade começou o combate por medidas semelhantes e obteve sucesso. Isso ocorreu inclusive em países de governos socialistas ou trabalhistas.

Minha consciência democrática aponta o caminho do diálogo, da sensibilidade a sugestões, da busca do entendimento sobre as melhores opções. Cumprindo minha orientação, o Governo já iniciou esse processo de reexa-

me por uma consulta partidária. A distribuição mais equânime dos inevitáveis sacrifícios que a política de combate à inflação acarreta será mais adequadamente alcançada com a audiência da sociedade política.

Numerosas sugestões e alternativas estão sendo recolhidas pelo Governo, buscando identificar, no campo fiscal e trabalhista, medidas que reforcem os instrumentos de que dispõe a Nação para combater a inflação e o desemprego.

O País atravessa verdadeiro estado de necessidade. A situação exige medidas adequadas à gravidade do tempo em que vivemos.

Confio em que todas as forças políticas corresponderão ao desafio da hora. É imprescindível que se unam ao Governo na defesa do bem-comum e do interesse nacional.

Muito Obrigado.



9 DE OUTUBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO. EM CADEIA DE RÁDIO E  
TELEVISÃO, SOBRE A ATUAÇÃO GO-  
VERNAMENTAL NA ÁREA DO MINIS-  
TÉRIO DAS MINAS E ENERGIA.

**Brasileiros:**

O processo político democrático implica um intenso debate.

A predominância de posições emocionais conduz a uma visão parcial da realidade e muitas vezes impede que a opinião pública seja informada com equilíbrio.

Nessas circunstâncias, considero de meu dever apresentar à Nação uma visão de conjunto da obra do meu governo.

Na democracia, a sociedade exige dos que pretendem governá-la o conhecimento dos seus problemas e a formulação de planos de ação adequada para resolvê-los.

O Brasil já ultrapassou a era das promessas de ocasião. Não podemos aceitar o oportunismo simplista de frases de efeito para mobilizar a opinião pública. A sociedade brasileira precisa e exige programas e planos de trabalho daqueles que se dispõem a dirigi-la.

Consciente desse dever, ainda como candidato, percorri o País apresentando às nossas lideranças e ao nosso povo quais eram meus planos e meus objetivos no campo político, no campo econômico, no campo social. Quando assumi o Governo, fixei diretrizes de ação que foram amplamente divulgadas.

No plano político, meu grande objetivo foi realizar a abertura. Garantir as liberdades e direitos individuais. Fazer deste País uma democracia.

No plano social, ampliar o acesso de todas as camadas da população aos benefícios materiais do desenvolvimento: emprego, habitação, educação, alimentação, saúde, assistência médica.

No plano da economia, fortalecer a base interna, especialmente em setores ainda muito vulneráveis e dependentes do Exterior. Procurar, dessa forma, melhorar nossas condições para enfrentar a crise econômica mundial, assegurando meios para garantir os objetivos almejados no plano social.

No regime democrático, o povo deve saber o que faz e o que fez o Governo.

Fiel a esse postulado democrático, cumpre-me apresentar à Nação o que realizou o Governo Federal neste período em que me coube a honrosa missão de dirigir o País, com o auxílio de meu Partido, o PDS, e dos meus Ministros.

Passados quase seis anos, considero necessário lembrar ao maior número possível de meus concidadãos o caminho percorrido. Os sucessos alcançados e as dificuldades enfrentadas. Os planos e programas realizados, e seus benefícios para cada um de nós, para a nossa comunidade.

Virei à televisão e ao rádio e espero contar também com o apoio dos jornais e revistas, para que a sociedade brasileira possa avaliar o que fizemos neste período. Quero mostrar a todos o que foi feito, não só com palavras, mas também com imagens que atestam a realidade das obras e os seus benefícios para a Nação. Porque o que foi feito se deve ao esforço de todos os brasileiros e pertence a todos.

Quando assumi o Governo, o Mundo sofria os efeitos do primeiro choque do petróleo. Nos trinta anos anteriores, o Brasil, como todos os países, viveu a euforia do desenvolvimento acelerado, possibilitado pela energia dos preços baixos do petróleo.

Mas isso acabou. Nos anos setenta, o petróleo passou de dois para doze dólares o barril. Foi o primeiro choque do petróleo. Logo no início do meu governo, veio o segundo choque, elevando o preço para trinta dólares por barril.

Isso afetou o desenvolvimento econômico e a situação financeira do mundo todo. Para o Brasil, o choque do petróleo foi grave. No começo de minha gestão, há cinco anos atrás, o Brasil consumia mais de um milhão de barris de petróleo por dia, e só produzia cerca de 160 mil barris. O Brasil dependia do petróleo importado para mais de oitenta por cento de nossas necessidades. Com o aumento do preço, era impossível continuar a importar petróleo nas mesmas quantidades. E, sem petróleo ou seja, sem essa fonte de energia, a economia brasileira corria o risco de parar de vez.

Por isso, determinei prioridade absoluta para o programa de aproveitamento energético. Era preciso aumentar a produção nacional de petróleo, terminar as obras hidrelétricas e tornar realidade o uso de fontes al-

ternativas para substituir o petróleo, como o álcool. E é também por isso que quero falar, em primeiro lugar, sobre o petróleo.

Vale assinalar que, em 1979, nossa receita global de exportação foi de 15 bilhões de dólares. Deste total, o País gastou 6 bilhões e setecentos milhões de dólares com a importação de combustível.

Em 1981, a exportação global cresceu para 23 bilhões e 300 milhões, e as importações de combustível subiram para 11 bilhões e 300 milhões de dólares. Gastamos, naquele ano, portanto, quase metade de nossa receita de exportação para comprar petróleo.

Já em 83, conseguimos reduzir os gastos com a importação de petróleo para 6 bilhões e 800 milhões.

É isso que quero expor a toda a Nação. O que fizemos. E como fizemos para enfrentar o problema da energia.

A vida de cada um de nós, o nosso dia-a-dia, tudo o que queremos e o que podemos fazer depende dos recursos energéticos que temos ao nosso alcance. A energia está presente em tudo: a lâmpada que se acende; no veículo que nos leva ao trabalho ou ao passeio; nas fazendas, nas fábricas que nos dão trabalho, nas escolas, nos hospitais.

A falta de energia paralisa um país, impede o progresso, mantém a miséria. Em qualquer país, as regiões com energia abundante são ricas. As regiões sem energia não conseguem vencer a pobreza.

O Brasil possuía jazidas de petróleo e potencial hidrelétrico. A maior parte do nosso petróleo explorável está na plataforma submarina, a grandes profundidades. Sem organização, sem tecnologia, sem infra-estrutura e

sem investimentos para utilizar esses recursos, continuávamos um país pobre e dependente da importação de energia, sob a forma de petróleo.

Nos últimos vinte anos, fizemos um esforço nacional gigantesco e conseguimos superar essa condição. A PETROBRÁS, a ELETROBRÁS e o PROÁLCOOL foram os principais instrumentos acionados pelo Governo Federal para essa tarefa. Sem resolver o problema do petróleo, não adiantava sequer pensar em aumentar empregos ou a produção de alimentos.

A PETROBRÁS multiplicou seus esforços de pesquisa e extração. Instalou diversas plataformas submarinas de grande sucesso produtivo. Criou e desenvolveu um sistema próprio de antecipação da produção dos novos poços, de forma que pudemos usar, muito mais cedo do que normalmente é possível, o petróleo dos novos poços encontrados na plataforma continental.

De 79 para 84, a PETROBRÁS conseguiu elevar a produção nacional de petróleo de cento e quarenta mil barris por dia para o nível de mais de quinhentos mil barris por dia. Hoje, já produzimos mais petróleo do que importamos.

Esse esforço continua e estamos descobrindo e explorando jazidas em ritmo crescente. Com esses resultados, a PETROBRÁS já é hoje a sexta maior empresa de petróleo do Mundo. E garante o suprimento de combustível para todos os municípios do Brasil em mais de vinte mil postos espalhados por todo o território brasileiro.

Com o mesmo objetivo de garantir energia para a manutenção das atividades econômicas e diminuir a nossa dependência do petróleo importado, foi desenvolvido o programa nacional do álcool. Em pouco mais de cinco anos, o PROÁLCOOL já elevou a produção nacional

de álcool para mais de nove bilhões de litros por ano. Isso equivale a mais de cento e trinta e oito mil barris de petróleo por dia. Quer dizer, hoje em dia nós já produzimos uma quantidade de álcool igual à quantidade total de petróleo que o Brasil produzia em 1979.

Para usar o álcool como combustível criamos uma tecnologia nacional aplicada na produção de novos motores de automóveis, caminhões e tratores.

O PROÁLCOOL permitiu importar menos petróleo e criou milhares de novos empregos, sobretudo na área rural. Juntos, o petróleo nacional e o álcool mantiveram funcionando nossas indústrias automobilísticas, de tratores, de motores e de autopeças, garantindo o emprego para centenas de milhares de trabalhadores metalúrgicos.

Em muitos países, a energia elétrica indispensável para as casas e indústrias, para as escolas e hospitais, para os comércios e as fazendas é produzida com petróleo. Nós temos a felicidade de dispor de rios com imenso potencial energético. Determinei a continuação das obras e investimentos hidrelétricos.

Itumbiara, Salto Santiago, Sobradinho, Paulo Afonso e Nova Avanhadava, todas usinas hidrelétricas produtoras de energia para os brasileiros de todas as regiões.

Agora, em outubro, juntamente com o Presidente do Paraguai, vou inaugurar a segunda etapa da usina de Itaipu. São mais de 700 mil quilovátios de energia para a produção industrial e agrícola do Centro-Sul. Outras etapas vão se seguir, com a entrada em uso de novas turbinas até atingir o total previsto para 12 milhões de quilovátios.

Em novembro, vou inaugurar a hidrelétrica de Tucuruí, que vai gerar, nesta primeira fase, quatro milhões de quilovátios para o Nordeste e o Norte. Com a energia de Tucuruí, poderemos afinal criar um parque industrial na área, para aproveitar as imensas riquezas minerais da Serra de Carajás e oferecer oportunidades de emprego de melhor qualificação e de melhor remuneração para as populações do Nordeste e do Norte.

Se Tucuruí não ficasse pronta agora, possivelmente o Nordeste já enfrentaria problemas de falta de energia. Um país moderno não pode prescindir de qualquer fonte de energia e não pode deixar de dominar o uso pacífico da energia nuclear sob pena de comprometer o seu desenvolvimento tecnológico.

Portanto, mantive o programa de utilização da energia nuclear. Enfrentamos, no caso, como outros países, problemas sérios para levar avante esse programa. Trata-se de tecnologia ainda em fase recente de exploração, e seus custos são altos. Mas não podíamos e nem podemos deixar de denominá-la.

As dificuldades econômicas, junto com nosso potencial hidrelétrico, aconselharam a redução do ritmo do programa nuclear, sem comprometer os investimentos já feitos.

Ampliamos o setor de carvão mineral pela modernização das lavras. E também avançamos no processo do aproveitamento do xisto, uma rocha da qual se pode extrair petróleo.

Novas fontes de energia, novas alternativas. O aproveitamento de rejeitos e dejetos da biomassa, a racionalização do uso do carvão vegetal, a lenha, o bagaço de cana, os resíduos, tudo contribuindo para substituir os derivados de petróleo e assegurar a oferta interna de energia. Só com a substituição de óleo combustível

por energia elétrica, em caldeiras para a produção de calor, vamos deixar de importar 40 mil barris de petróleo por dia.

Graças a esse esforço diversificado, mas integrado, o Brasil não parou. As indústrias continuaram produzindo. O Brasil continuou exportando. Pudemos continuar trabalhando. Contivemos o aumento das importações e, em consequência, evitamos o crescimento da dívida externa além do essencialmente necessário para manter investimentos indispensáveis.

Neste mesmo período, realizamos uma fantástica multiplicação dos nossos recursos minerais. Expandimos, em grande escala, a produção de ouro, de alumínio, de cobre e de estanho.

É o ouro de Serra Pelada e dezenas de outros garimpos. Em quatro anos, a produção de ouro passou de quatro para mais de cinquenta toneladas por ano. Já somos o terceiro produtor mundial.

O alumínio, que antes importávamos, passamos a exportar. Novos projetos foram implantados, aproveitando a energia de Tucuruí: ALBRÁS, ALUNORTE, ALUMAR.

Chegamos também à posição de grande produtor e exportador de estanho.

Novas unidades de produção de cobre entraram em operação, e hoje estamos caminhando para a auto-suficiência da produção do cobre, metal que o Brasil sempre importou em grandes quantidades. Com os planos estabelecidos para o setor, em uma década as compras no Exterior estarão reduzidas ao mínimo.

E dispomos ainda de mais zinco, chumbo e titânio. Alcançamos a auto-suficiência em níquel e fosfatos.

A PETROBRÁS, através da FOSFÉRTIL, de Uberaba, e da PETROMISA, em Sergipe, está suprindo o País de fertilizantes fosfatados, essenciais para a expansão da produção de alimentos.

Este ano, pela primeira vez, a indústria petroquímica vai produzir um *superavit* comercial de 200 milhões de dólares. Em 1979, no setor petroquímico, o Brasil importava um bilhão e trezentos e sessenta milhões de dólares e exportava apenas duzentos milhões. Em 84, estamos exportando um bilhão de dólares e importando oitocentos milhões.

Ainda neste setor, deve ser assinalado que, a partir de 1979, o capital nacional passou a controlar setenta e um por cento da produção total do País. Antes só tínhamos controle sobre 38%.

Foi Tucuruí, essencialmente, que viabilizou o programa Grande Carajás, que constitui um capítulo especial na área de recursos minerais. Em plena Região Amazônica, confiado à Companhia Vale do Rio Doce, é o primeiro programa brasileiro de desenvolvimento integrado. Abrange atividades metalúrgicas, agropecuárias e florestais, apoiadas na instalação de uma infra-estrutura básica de ferrovias, porto marítimo e a hidrelétrica de Tucuruí. Ali surgirão novas oportunidades empresariais, milhares de novos empregos, produtos para o mercado interno e para a exportação, prosperidade para milhares de brasileiros do Norte e Nordeste. Nestes últimos cinco anos, mudamos o perfil brasileiro nos setores da energia e da mineração. Estabelecemos bases para que o País alcance, nos próximos anos, a meta da independência energética com autonomia tecnológica. Um país mais forte, livre de uma excessiva dependência externa de fontes de energia.

Coube ao Ministério das Minas e Energia, com as empresas que o integram, como a PETROBRÁS, a ELETROBRÁS, a Vale do Rio Doce e outras, coordenar o esforço para chegar a esses resultados.

Com o Governo estiveram integrados incontáveis empresários e trabalhadores que confiaram e confiam, que acreditaram e acreditam, não somente no Brasil, mas sobretudo em si mesmos, que não se deixam abater por dificuldades momentâneas, e sabem que os obstáculos só podem ser superados com trabalho e tenacidade. Eu gostaria que tivéssemos petróleo, gasolina, óleo e álcool baratos. Mas temos de enfrentar a realidade. Infelizmente, acabou a energia barata. Aqui e no mundo todo.

O petróleo é um produto caro e vai continuar caro. Mas em nenhum momento faltou combustível no Brasil. Em nenhum momento faltou energia elétrica.

Enfrentamos uma crise. Mas as indústrias continuam a funcionar. Os caminhões, ônibus e automóveis continuam a ser fabricados, a encontrar compradores e sobretudo a circular por nossas cidades e estradas.

E hoje, à vista de tudo, recapitulando o esforço desses quase seis anos de trabalho, eu peço a todos — eu peço a você, que me está ouvindo, que pense e reflita com isenção.

Teria sido possível seguir um caminho melhor?

Teria sido possível fazer mais?

Os resultados vieram confirmar que a opção que fizemos estava certa. Que tomamos a decisão correta.

A pior fase da crise de energia já passou. Conseguimos superá-la com a compreensão, com o esforço e o trabalho do Governo e de todos os brasileiros.

Muito Obrigado, e boa noite.

25 DE OUTUBRO

ITAIPU

FOZ DO IGUAÇU — PR

DISCURSO POR OCASIÃO DO ENCONTRO COM O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO PARAGUAI, ALFREDO STROESSNER, QUANDO DA ABERTURA DAS COMPORTAS DO VERTEDOURO CENTRAL DE ITAIPU

Excelentíssimo Senhor  
General-de-Exército Alfredo Stroessner,  
Presidente da República do Paraguai:

O encontro de hoje vem somar-se, muito expressivamente, ao magnífico e inesquecível momento em que Vossa Excelência e eu, há quase dois anos, procedemos à abertura das comportas do vertedouro central de Itaipu. Novamente estamos reunidos numa ocasião de fundamental importância na vida deste empreendimento de nossos países. Brasil e Paraguai começam agora a receber, de forma contínua e permanente, os benefícios de um trabalho de quase duas décadas, cujas origens remontam à assinatura, em 1966, da Ata de Iguaçu. Foram anos de labor fecundo e competente, realizado num clima de particular entusiasmo, harmonia e confiança.

A partir de hoje, a energia gerada nestas possantes turbinas, de dimensões sem paralelo, começará a movimentar indústrias, a iluminar e dar vida a cidades no Brasil e no Paraguai. Levará progresso e conforto ao

homem que trabalha no campo e será o testemunho diário e ininterrupto da amizade e da capacidade realizada de nossos dois povos.

Na verdade, os benefícios de Itaipu, já os vimos recebendo há muito tempo, desde o início dos entendimentos entre os governos brasileiro e paraguaio, com realização dos estudos sobre o Rio Paraná e com a instalação da entidade binacional Itaipu. Refletem-se eles no acrescido conhecimento recíproco das realidades de um e outro país, no mais íntimo entrelaçamento entre suas populações, no ganho de tecnologia e experiência para nossos técnicos, operários e fábricas, no progresso e na dinamização de toda esta importante região da fronteira.

A mais alta importância conferida à implantação desta hidrelétrica no contexto das relações bilaterais entre o Brasil e o Paraguai tem sido evidenciada pela seriedade, determinação, firmeza e continuidade da ação com que nossos governos vêm cumprindo as cláusulas, mútua e livremente acordadas, do Tratado de 26 de abril de 1973.

Já em 17 de maio de 1974, meu antecessor aqui presidia com Vossa Excelência à cerimônia de instalação da entidade brasileiro-paraguaia criada por aquele Tratado. Em 20 de outubro de 1978, ambos voltavam a encontrar-se a fim de presenciarem a operação do desvio do Rio Paraná. A conclusão dessa etapa preliminar verificou-se num prazo de brevidade não igualada em obras de engenharia dessa natureza.

Após a formação do reservatório, coube-nos abrir oficialmente as comportas de Itaipu, no dia 5 de novembro de 1982, voltando então o fluxo das águas do Rio Paraná a correr naturalmente.

Hoje, 25 de outubro de 1984, tenho novamente a especial satisfação de reunir-me com Vossa Excelência para a inauguração oficial desta central hidrelétrica, com duas unidades geradoras em pleno funcionamento e concluídas as interconexões iniciais com os sistemas brasileiro de «Furnas Centrais Elétricas» e paraguaio da «Administración Nacional de Electricidad».

Efetiva-se, assim, simultaneamente, o abastecimento, com a energia gerada em Itaipu, dos mercados consumidores de eletricidade do Brasil e do Paraguai, o que constitui novo marco histórico desta grandiosa obra. A importante etapa hoje cumprida aproxima-nos significativamente do momento em que estarão instaladas e em funcionamento as dezoito unidades geradoras.

Itaipu ergue-se como realização de efeitos profundos e duradouros em nossas economias. Podemos orgulhar-nos da posição de relevo mundial deste empreendimento, porquanto, além de suas características materiais, sobressai como fruto de uma cooperação internacional exemplar, destinada a inspirar e estimular gerações presentes e futuras.

Senhor Presidente,

Sinto-me amplamente recompensado e gratificado, pelos admiráveis progressos registrados nesta obra binacional durante meu governo.

Dei o mais firme e decidido apoio ao projeto, a despeito das agudas dificuldades econômico-financeiras.

Itaipu teve sempre prioridade e, ainda que à custa dos maiores esforços, não faltaram recursos para o prosseguimento de sua construção.

O acerto dessa decisão decorreu dos progressos já alcançados na implantação do projeto e das permanentes perspectivas de crescimento rápido da demanda de

energia elétrica. Tal avanço não teria sido possível não fossem as medidas anteriormente adotadas, em boa hora, pelos que me antecederam. É de justiça manifestar o reconhecimento de que são credores aqueles que deram impulso, em seus primórdios, a esta notável obra. No Brasil, os nomes dos Presidentes Castello Branco, Costa e Silva, Emílio Médici e Ernesto Geisel ficarão perenemente ligados a Itaipu.

Itaipu não é apenas um empreendimento de governos: é também uma vitória de nossos povos.

Itaipu foi uma opção clara e consciente de nossos países. Milhares de pessoas, no Brasil e no Paraguai, contribuíram para que a idéia se transformasse numa realidade impressionante. A elas presto minhas homenagens. Assiste-me o dever de destacar, pelos seus méritos e eficiência, os dirigentes da entidade binacional Itaipu, e a participação decisiva do Diretor-Geral, General José Costa Cavalcanti, e do Diretor-Geral-Adjunto, Engenheiro Enzo Debernardi. Cabe lembrar a relevante contribuição das empresas privadas e dos múltiplos escalões profissionais, segmentos ativos na consecução do êxito que ora testemunhamos. Não poderia esquecer, neste momento, a habilidade e competência com que as chancelarias dos dois países cuidaram de delicados aspectos internacionais desta obra.

Senhor Presidente,

O Brasil esforça-se para superar dificuldades econômicas, escassez de recursos e restrições orçamentárias. Mesmo assim, tem sido dada continuidade à cooperação bilateral com o Paraguai. Mudam as formas, modifica-se um pouco o ritmo dos projetos, mas permanece a vontade que nos anima, qual seja, a de manter e cultivar os laços estreitos de amizade que nos unem.

Desenrolam-se de modo exemplar as relações entre nossos países, dentro do mútuo respeito, da boa-vontade, do espírito de cooperação e do desejo sincero de entendimento. Ao longo dos anos, essa disposição dos dois lados resultou em inúmeras realizações que muito beneficiaram brasileiros e paraguaios.

Soubemos construir um patrimônio bilateral de valor incalculável, modelo para todos os que desejam a paz e o progresso, cuja preservação merece o cuidado e o empenho dos nossos governos e povos.

Senhor Presidente,

Tangidos por tradições, interesses e aspirações comuns, brasileiros e paraguaios movem-se no mesmo rumo. As dimensões e o grau de complexidade técnica que hoje caracterizam Itaipu simbolizam a ampliação e o nível de aperfeiçoamento atingidos no quadro das relações globais entre o Brasil e o Paraguai. Dilatando-o e aprimorando-o estaremos correspondendo aos mais nobres e fraternos ideais de calorosa convivência, prosperidade e bem-estar para nossos povos.

Muito Obrigado.



29 DE OUTUBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF  
DISCURSO AO RECEBER OS  
OPERÁRIOS-PADRÃO DO ANO ESCO-  
LHIDOS PELO «O GLOBO»

Senhor Ministro do Trabalho,  
Senhor Senador Albano Franco,  
Presidente da Confederação Nacional da Indústria,  
Senhor Arnaldo Nogueira,  
Meus Senhores e minhas Senhoras:

Renova-se hoje a grata oportunidade de receber os operários-padrão do ano, escolhidos pelo «O GLOBO» e o Serviço Social da Indústria.

O prêmio Tradição que se aproxima dos vinte anos — externa o reconhecimento da coletividade ao trabalhador brasileiro e às suas qualidades, que são as qualidades que construíram o Brasil e o levarão a realizar seu destino: operosidade, desejo constante de aperfeiçoamento e de melhoria dos padrões materiais e intelectuais, responsabilidade no âmbito da família e da sociedade.

Associo-me com especial prazer a esta homenagem e o faço em meu nome e em nome de toda a Nação.

Renovo minhas congratulações aos promotores desta nobre iniciativa.

A Floro Firmino Alves, operário-padrão do ano, meus cumprimentos muito sinceros pelo merecido prêmio que conquistou.

Ao abraçá-lo estou saudando a todos os operários do Brasil e, de forma especial, os operários do Nordeste, cujas virtudes — laboriosidade, seriedade, apego ao trabalho e pertinácia — representa de forma exemplar.

30 DE OUTUBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO, EM CADEIA DE RÁDIO E  
TELEVISÃO, SOBRE AS REALIZAÇÕES  
DO GOVERNO NA ÁREA DOS TRANS-  
PORTES

**Brasileiros:**

Como anunciei dias atrás, decidi apresentar a toda a Nação um balanço do trabalho que realizamos durante meu governo.

Expus, em primeiro lugar, o que fizemos no setor de energia e de mineração.

As reações e comentários de diversas pessoas me convenceram de que tomei decisão oportuna ao promover esta série de avaliações setoriais da obra do meu governo.

Durante todo o meu mandato, assegurei à sociedade plena liberdade de opinião. Ninguém foi tolhido em seu direito de expressão. Garanti, nos termos da lei, total liberdade de imprensa. Graças a essas garantias, o debate político em meu governo tem sido exercido em clima democrático de indispensável liberdade.

Ávidos de captar as simpatias do eleitorado, os partidos de oposição assumiram postura de crítica apaixonada.

nada e sistemática a tudo o que faz ou fez o Governo. Aproveitando as circunstâncias desfavoráveis da crise econômica mundial, trataram de responsabilizar o Governo por suas conseqüências. Pela alta do petróleo; pela elevação das taxas de juros internacionais; pela retração dos mercados externos; pela escassez de recursos financeiros; até pela seca e pela chuva.

Tomados pela ambição do poder e pela paixão política, meus adversários pretendem contestar e negar até os resultados mais palpáveis e evidentes do trabalho que realizamos, não só no meu governo, mas nesses últimos vinte anos de transformação e de modernização do Brasil.

Custa-me acreditar no que ouço e vejo, quando os vejo ou ouço reclamar e propor até mesmo medidas que, ou já foram há muito adotadas, ou já se comprovaram inviáveis e insustentáveis.

Essa atitude empobrece o debate, ao conduzi-lo para o facciosismo meramente demagógico. Preocupa-me, sobretudo, que de tanto repisar sua retórica, esses profissionais do negativismo contagiem o País com sua mentalidade derrotista. Preocupa-me, também, a injustiça que cometem quando assim negam o que tem sido feito. Essa injustiça me preocupa, não por mim, mas pelos milhares de compatriotas que trabalharam e trabalham nesta vasta obra de construção nacional.

Nós, brasileiros, não somos um povo desamparado e incapaz. Nós estamos construindo, em nosso Território, uma nação moderna, de gente livre e trabalhadora.

Nos últimos vinte anos realizamos um extraordinário avanço qualitativo. E, no meu governo, continuamos transformando as estruturas do País, apesar de termos enfrentado a pior crise econômica que o mundo moderno já atravessou.

Mas eles insistem em negar essa verdade. E eles só podem fazer isso conf confiando em que você desconheça a realidade. Achando que você está mal informado. Por isso é que quero relembrar o quanto fizemos nas diversas áreas de ação do Governo.

Não viso, com isso, a vangloriar-me de iniciativas do meu governo.

Quero, sim, que você reflita sobre o quanto crescemos, o quanto progredimos. E que, consciente desta nossa realidade, renove e reacenda a confiança e a esperança em nosso País, e reafirme a certeza de que o Brasil oferece as melhores oportunidades para quem deseja trabalhar o progredir.

Em meu pronunciamento anterior, mostrei os resultados que já obtivemos, na luta para aumentar nossa autonomia energética, elevando nossa produção de petróleo, de eletricidade, de álcool, de carvão, e de minerais.

Atribuí prioridade à questão da energia porque sua solução, hoje em dia, é condição essencial para manter o desenvolvimento econômico do País. E, sem o desenvolvimento, não há empregos, não há negócios, não há prosperidade.

O processo de desenvolvimento brasileiro ainda se baseia grandemente do aproveitamento de nossos recursos naturais. Desenvolver a economia do Brasil requer, portanto, expandir e aprofundar a ocupação de nosso Território; abrir acessos às novas regiões ainda desocupadas; organizar a exploração econômica dessas regiões; implantar meios de transportes para que todos os núcleos populacionais do País possam ligar-se, entre si e com o Mundo.

Esse é um imperativo de nossa realidade. Por isso, construímos, de 1964 para cá, uma gigantesca malha de rodovias; instalamos e modernizamos portos e aeroportos; recuperamos ferrovias em uso e fizemos outras novas; expandimos nossas linhas aéreas e começamos a produzir, com alto índice de nacionalização, aviões, navios, caminhões, automóveis, trens e ônibus.

Essa realidade é incontestável. Mas parece que muitas vezes esquecemos a dimensão do trabalho e do esforço que tiveram de ser feitos para chegarmos ao nível atual. Frequentemente somos levados a considerar como um fato muito natural poder usar o metrô ou um moderno ônibus, trafegando no asfalto interestadual. Muita gente não se surpreende quando o suprimento de gêneros e de combustível é feito em todo o País, sem falhas. Essa atitude se explica, principalmente, quando não conhecemos o outro lado da questão, a outra situação — isto é, quando não vivemos, pessoalmente, naquela época em que só alguns privilegiados podiam viajar, e em que, mesmo para esses privilegiados, uma viagem mais longa de automóvel era uma aventura ou uma impossibilidade.

Os brasileiros de mais de quarenta anos conheceram esse tempo. Acontece, entretanto, que setenta por cento de nossa população tem menos de quarenta anos. Quer dizer, somente uma minoria muito reduzida conheceu a realidade anterior. Mesmo aqueles nascidos na década de 1950 talvez não mais se lembrem da precariedade em que o Brasil ainda vivia, antes de 1964, em matéria de transporte.

Você possivelmente estará entre esta maioria de meus jovens compatriotas que ainda não completaram 40 anos. Se for assim, peço-lhe que me acompanhe na

análise de alguns números que lhe quero expor, e que, tenho a certeza, lhe vão trazer a imagem clara de quanto nós realmente progredimos neste período.

Eu sei que você — trabalhador, estudante, dona-de-casa, comerciante, industrial, profissional liberal — enfim, eu sei que você compreende, e saberá perceber, o que representa este progresso em matéria de aumento de empregos, de expansão de comércio, de melhor padrão de vida para milhões de pessoas, entre as quais estão incluídos seus parentes, seus amigos, seus colegas e, certamente, você mesmo.

Para descrever-lhe esta realidade, vou tomar como referência os anos de 1964, de 1978/1979 e de 1984 — quer dizer, o início da modernização da administração pública brasileira, começada a partir da Revolução de março de 1964, e o ano anterior ao começo do meu governo. Nesta noite, vou resumir o que fizemos na área de transportes.

Em 1964, a extensão global de rodovias brasileiras somava 545 mil quilômetros, aí incluídas todas as rodovias, com qualquer tipo de acabamento. Desse total, 34 mil quilômetros estavam então pavimentadas. A maioria dessas rodovias pavimentadas constituía-se ainda de vias simples, de apenas duas pistas de rolamento.

Em 1979, já havíamos atingido uma extensão total de um milhão trezentos e oitenta e quatro mil quilômetros de rodovias, dos quais oitenta e dois mil quilômetros pavimentados. No fim do ano passado, já tínhamos 1 milhão e quatrocentos mil quilômetros de rodovias, sendo mais de cem mil pavimentados. Isto quer dizer que, em 20 anos, construímos aproximadamente mais 850 mil quilômetros de rodovias, dos quais 66 mil pavimentados. Portanto, foram construídos mais de quarenta mil quilômetros de rodovias por ano, sendo mais de

três mil pavimentados. No meu governo, nos primeiros quatro anos, pavimentamos mais de dezenove mil quilômetros de estradas. Ou seja, quase cinco mil por ano.

O grau de importância econômica e social que as rodovias adquiriram no Brasil foi crescente. Basta dizer que o tráfego de passageiros aumentou 12 vezes, nos últimos 20 anos. Somente no meu período de governo, o aumento foi de 30%. Esse incrível aumento da circulação de pessoas no País só foi possível graças, obviamente, a grande melhoria do padrão de qualidade de nossas estradas.

É uma rede construída com esforço, enfrentando escassez de recursos e crise econômica, para criar empregos, para movimentar riquezas, para abrir acessos às regiões pioneiras, para possibilitar a todos oportunidades econômicas e melhores condições de vida em todo Território Nacional. Basta ver, por exemplo, que em 1964, tínhamos no País 450 mil caminhões, 36 mil ônibus e 900 mil automóveis. Hoje, já são mais de 2 milhões de caminhões, 133 mil ônibus e mais de 9 milhões de automóveis.

Quero, agora, mostrar-lhes em que pontos e em que regiões do Brasil concentramos fundamentalmente esse esforço de construção. Todo esse trabalho beneficiou regiões importantes. Colocou ao alcance de cada cidadão brasileiro a possibilidade de mudar para onde quisesse, de buscar novas oportunidades de vida em novas fronteiras da ocupação econômica do nosso Território. São obras que tornaram mais efetivo o direito constitucional de ir e vir.

A primeira fase do esforço de construção dos governos da Revolução dedicou prioridade ao sistema rodoviário de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio

Grande do Sul. A segunda fase, a partir de 1967, iniciou o programa de ampliação do sistema rodoviário para o País.

Assim, quando assumi o Governo, a malha rodoviária já cobria satisfatoriamente a Região Sudeste. Dedicamos grande esforço e muitos recursos para manutenção das rodovias dessa região. Melhoramos e duplicamos as principais vias que já atingiam níveis de saturação. Melhoramos o policiamento. Destinamos recursos para assistência e sinalização das estradas, para torná-las mais seguras e mais confortáveis.

Quando as inundações recentes destruíram centenas de quilômetros de rodovias, concentramos bilhões de cruzeiros em sua reconstrução. Ainda hoje continuamos lutando para recuperar muitos trechos.

Ao lado do bom sistema rodoviário do Cento-Sul, tínhamos ainda no País, em 1979, regiões de acesso difícil e precário. Dessas, as mais importantes eram o oeste e o noroeste do País. Para chegar a Mato Grosso, Rondônia e Acre era preciso passar por estradas precárias, que as chuvas tornavam intransitáveis.

Apesar da escassez de recursos e da crise econômica, decidi que aquelas regiões, aquelas estradas, não poderiam continuar a sofrer tal isolamento.

Determinei ao Ministério dos Transportes a pavimentação da rodovia que inaugurei há poucos dias, ligando Cuiabá a Porto Velho. Com ela, o Noroeste brasileiro fica ligado por asfalto ao Centro-Sul.

Abre-se um novo ciclo histórico para essa região que desde o descobrimento sofria o isolamento do resto do País. Supera-se um estrangulamento que, durante quatro séculos, só permitia atingir o extremo ocidental do País com grandes sacrifícios.

Por isso mesmo, num preito de justiça ao grande pioneiro e desbravador do Centro-Oeste, essa rodovia foi denominada Marechal Rondon. São 1.442 quilômetros de asfalto, de imenso benefício para grande parte do Estado de Mato Grosso e especialmente para o povo do Estado de Rondônia, que é hoje um dos pólos de maior desenvolvimento do País.

Até há pouco, uma viagem de Cuiabá a Porto Velho levava trinta dias, e sem garantia de chegar. Estão ainda na memória de todos as imagens dos inúmeros caminhões e ônibus atolados no barro, impossibilitados de prosseguir viagem.

Hoje, a viagem de Cuiabá a Porto Velho se faz em menos de 24 horas. A economia foi de tal ordem que os concessionários das linhas de ônibus já podem até mesmo diminuir o preço das tarifas, devido à redução de custos trazidas com a via asfaltada. E a extensão do asfalto da Rodovia Marechal Rondon até Rio Branco, no Acre, já é questão decidida. A obra já está sendo objeto de licitação pública. Muito breve teremos assim a chegada do asfalto à capital do Acre. E aí então, se você quiser, poderá ir, sobre asfalto, a qualquer capital estadual brasileira:

Há vinte anos atrás, isso era sonho,

Há cinco anos, isso era impossível;

Hoje, é realidade.

O Nordeste recebeu também atenção especial do meu governo, no setor transporte. Multipliquei as estradas na região para facilitar os acessos do Interior com as Capitais e para aproximá-las de Brasília. Com as obras que realizamos, a distância por asfalto entre São Luís e Brasília diminuiu em 642 quilômetros. De Brasília a Recife, o percurso asfaltado é hoje 604 quilômetros

menor do que era há cinco anos. De Fortaleza a Brasília são menos 720 quilômetros. De Salvador se chega a Brasília percorrendo a via asfaltada que passa pela cidade de Barreiras, com economia de 604 quilômetros no percurso, em relação ao trajeto anterior. No total, somente no Nordeste, construí quase cinco mil quilômetros de novas rodovias asfaltadas, acessos e retificações.

Neste momento, existem frentes de trabalho operando em diversos trechos de estradas, em todo o País. Somados, esses trechos em construção perfazem um total de mais de mil e quinhentos quilômetros de novas estradas em fase de pavimentação acelerada. Quer dizer que, é como se estivéssemos construindo uma nova rodovia Marechal Rondon, parcelada em todo o País.

Não descurei, dentro das possibilidades, apesar da escassez de recursos orçamentários, de fazer a manutenção da malha rodoviária básica de responsabilidade do Governo Federal. No meu governo, conservamos anualmente mais de mil quilômetros de rodovia. Repassei todos os recursos disponíveis para que os Estados e Municípios pudessem complementar esta malha federal de rodovias com estradas de sua responsabilidade. E, neste aspecto, quero ressaltar, determinei o repasse de recursos da União a governos estaduais pertencentes, tanto ao meu Partido quanto a partidos de oposição, sem qualquer forma de discriminação. Analisamos, exclusivamente, a prioridade e a viabilidade econômica do respectivo projeto.

À vista da carência de recursos, que não permite atender simultaneamente todas as necessidades, somos obrigados a adotar critérios rígidos de análise de prioridade e de viabilidade econômica de cada projeto.

É uma injustiça, que não aceito calado, ver que nem sempre as expressões políticas do País reconhecem esta posição de isenção que inflexivelmente tenho seguido.

O transporte ferroviário no Brasil tem merecido tradicionalmente a atenção e a discussão dos especialistas do setor. Muitos dizem que seria operacionalmente mais econômico, e deveria por isso receber prioridade.

Entretanto, a implantação de uma ferrovia exige investimentos iniciais muito mais elevados do que para implantação de uma rodovia. O Brasil sempre enfrentou carência de recursos para investimentos e sempre teve pressa e necessidade de expandir com rapidez a rede de transporte de passageiros e de carga. Por isso, somente em regiões de escoamento de minérios e de outros grãos em larga escala se considerou justificado o empreendimento ferroviário. Esse critério foi aplicado nos casos da Ferrovia do Aço, em Minas Gerais; da Ferrovia da Soja, no Paraná e em Santa Catarina e, agora, na Ferrovia de Carajás, no Pará e Maranhão.

A crise econômica e financeira nos impediu de desenvolver, como inicialmente previstos, os planos de construção das Ferrovias do Aço e da Soja. A Ferrovia do Aço tinha por objetivo transportar, a partir de 1985, 100 milhões de toneladas de carga anual, de minério de ferro e produtos industriais, na região de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

A retração dos mercados mundiais e a descoberta de Carajás fizeram com que se justificassem o prolongamento do cronograma de sua execução.

Atento à necessidade de conciliar os interesses de curto e longo prazos do País, determinei a redução do seu ritmo de construção, preservando, entretanto, todo

o investimento já feito, para o término da obra, no futuro. Dela provirão riqueza e novas oportunidades econômicas para uma vasta região do cerrado brasileiro, especialmente em Minas Gerais, demandando os terminais de granéis sólidos dos portos do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A extraordinária potencialidade econômica da região de Carajás, por outro lado, justificou e viabilizou a construção acelerada da ferrovia que possibilitará o escoamento da produção do projeto integrado que lá estamos implantando.

Com 890 km de extensão, ligará a Serra de Carajás ao Terminal marítimo de Ponta da Madeira, perto de São Luís do Maranhão. Com essa ferrovia, que em breve estará em plena operação, poderão ser transportadas anualmente trinta e cinco milhões de toneladas de minério de ferro, além de todos os demais produtos daquela província mineral.

Decidi ainda, desde os primeiros dias de governo, continuar a fortalecer os sistemas de transporte público nas grandes cidades. Coerente com a prioridade de economizar combustível, direcionei os investimentos para a melhoria dos sistemas de trens urbanos e suburbanos. Mobilizei todos os recursos disponíveis para acelerar a construção dos metrô de São Paulo e Rio de Janeiro e para implantar os novos sistemas suburbanos de Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Hoje, os sistemas do Rio e São Paulo já atendem a um milhão e meio de passageiros por dia, em boas condições de conforto e de segurança. Os sistemas de Porto Alegre e Recife deverão entrar em operação em 1985, com capacidade de transportar 300 a 400 mil passageiros por dia. Estou certo de que tomei decisão correta ao concentrar recursos nessas linhas. Esses investimentos possibilitaram diminuir o

tempo gasto por tanta gente trabalhadora, no percurso de todos os dias, de casa para o trabalho e do trabalho para casa, ou entre a casa e a escola.

O mais importante é que, inquestionavelmente, melhoramos muito a qualidade dos trens, que hoje estão cada vez mais limpos e confortáveis.

Sempre teremos muito que fazer nessa área. Nós sabemos disso. Você, que usa o trem suburbano, pode estar certo de que essa é uma preocupação constante nas reuniões que tenho com o Ministro dos Transportes. Você pode confiar no esforço que continuamos a fazer para melhorar cada vez mais nossos trens suburbanos.

Vejamos o transporte marítimo. A frota mercante nacional, que era virtualmente inexpressiva em 1964, atingiu, em 1978, 6 milhões de toneladas de porte bruto e 1.013 embarcações. Hoje, em 1984, já alcançamos mais de 9 milhões de toneladas de porte bruto e mais de 1.400 embarcações.

Assim, durante o meu governo, nossa frota aumentou a capacidade de carga em quase cinquenta por cento e em quarenta por cento o seu número de embarcações. O Brasil tornou-se o segundo construtor naval em 1982, ficando apenas atrás do Japão. Já construímos anualmente mais navios mercantes do que os Estados Unidos, a União Soviética e a Grã-Bretanha. O índice de nacionalização já chega a oitenta e cinco por cento. Hoje, já se pode dizer que o Brasil é uma potência mundial em termos de marinha mercante e de construção naval.

Antes de 1964, a precariedade e a desorganização dos nossos portos estrangulava nosso comércio. Naquela época, a movimentação de cargas nos principais portos brasileiros atingia apenas 47 milhões de toneladas. Com a reorganização, o reaparelhamento e a construção de

novos portos, em 1979, esse movimento de carga cresceu cinco vezes, chegando a 233 milhões de toneladas. Em 1984, devemos superar os 260 milhões de toneladas.

Para você ter uma idéia do que esse movimento representa, pense no seguinte: seriam necessários 26 milhões de caminhões médios para transportar essa carga.

As realizações mais importantes na área de portos são o terminal de trigo e soja no Rio Grande do Sul, o terminal de Sepetiba no Rio de Janeiro, o porto de Praia Mole, em construção, no Espírito Santo, o porto de Vila do Conde, em construção, no Estado do Pará.

No transporte aéreo, concentrei a ação do meu governo, através do Ministério da Aeronáutica, em aperfeiçoar os níveis de segurança e de economia, em vista do crescimento do tráfego.

Promovi a expansão do sistema de radar para proteção ao vôo, em substituição ao antigo apoio pelo rádio. O controle dos vôos pelo radar, com computador, hoje permite identificar o avião, a sua altura, a velocidade e a direção. Isso reduz a margem de risco de acidente e evita esperas inúteis, além de economizar combustível. Em janeiro próximo vou inaugurar a segunda etapa desse sistema. Vamos passar a ter uma área equivalente a toda a Europa sob proteção do radar: o Centro-Sul, o Sul-Sudeste, o Nordeste e as capitais do Norte. Trata-se da nossa área mais densamente povoada e onde se concentra o maior movimento de aviões.

Em 1964, as estatísticas indicavam 91 milhões de quilômetros voados por ano. Em 1979, havíamos passado para 194 milhões de quilômetros e em 83 estamos em 198 milhões de quilômetros voados por nossas aeronaves.

A carga transportada em 79 era 10 vezes maior do que em 64, e, até 83 cresceu mais 20%. O número de passageiros creceu de 4 vezes. Em 64, tínhamos 28 mil passageiros por mil quilômetros. Em 79, estávamos com 76 mil passageiros por mil quilômetros. Em 83, chegamos a 87 mil passageiros por mil quilômetros.

Esses números representam não só o aumento da demanda de transporte aéreo pelos brasileiros. Eles comprovam que estamos conseguindo uma utilização cada vez mais racional dos recursos disponíveis. Dobramos a quilomegragem e multiplicamos várias vezes o número de passageiros e o volume de carga.

Isso foi conseguido pela organização, a partir de 64, de um sistema integrado, que levou ao entrosamento e à melhoria dos serviços de aeroportos e das linhas aéreas e no qual o transporte aéreo regional atende a demanda local e alimenta as linhas-troncos de grandes jatos.

Hoje, além dos grandes aeroportos internacionais, temos aeroportos modernos, servidos por aviões a jato, em todas as Capitais. Estão na mesma situação as cidades situadas em pontos vitais para a nossa economia. Em todo o Brasil, já temos 164 aeroportos com linhas regulares. O número total de aeroportos e pistas de pouso no País já chega a 1.700 instalações. Entre as obras do meu governo, destaco o novo aeroporto de Confins, em Belo Horizonte, e o remodelamento do aeroporto de Salvador.

Quero mencionar também o desempenho da EMBRAER no desenvolvimento da nossa indústria aeronáutica. Em 15 anos, tornou-se a 6ª indústria do Mundo em produção de aviões. Os brasileiros já estão familiarizados com vários tipos de aviões ajustados às nossas necessidades, criados pela EMBRAER — Bandeirante, o

Xingu, o Ipanema e vários outros. Os últimos êxitos são o Tucano, para treinamento militar, e o Brasília, um avião de transporte médio, que ainda em sua fase final de aprovação, já tem mais de 80 unidades contratadas por empresas estrangeiras.

Aí está, de maneira muito resumida, o que eu lhe desejava mostrar hoje: — asfaltamento de perto de vinte mil quilômetros de rodovias, melhorando os sistemas rodoviários do Sudeste e do Nordeste do País, e levando o asfalto ao Noroeste do Brasil

— construção da ferrovia de Carajás a São Luís, que abre para a ocupação uma região inteiramente nova do País

— melhoramento e a modernização dos sistemas de metrô e de trens suburbanos de São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife

— imensa expansão de nossos transportes aéreos, de nossa frota de navios mercantes e o aparelhamento de nossos portos marítimos

Isto é o que fizemos nesse setor, apenas. No passado, muito governante apresentaria essas obras como realizações dignas de governo inteiro. No entanto, para muitas vozes de oposição, essas obras não existem. Já outras vozes, menos atrevidas, inventam uma nova forma de crítica: dizem que fazemos obras, mas esquecemos o homem.

Eu lhe pergunto: isso faz sentido? Para quem se destina a estrada, o trem, o metrô, o aeroporto, senão ao homem?

Graças ao asfalto, o alimento pôde chegar com regularidade e um pouco mais barato na feira e no supermercado onde você faz suas compras.

Graças à estrada, você, que quis mudar-se, pôde tentar vida nova, em nova região.

Graças ao trem, ao avião e ao metrô, você pode circular mais rápido e por isso aumentar suas possibilidades de emprego e de trabalho.

Graças a novos navios, a novos portos, à ferrovia de Carajás, estamos produzindo mais, exportando mais e com isso dando mais oportunidade de uma vida melhor, com maior bem-estar, para milhões de brasileiros.

Eu não tenho dúvidas de que você compreende isso e que fará justiça ao trabalho de tanta gente que batalhou para construir essa obra imensa.

Muito Obrigado e boa noite.

12 DE NOVEMBRO  
PALÁCIO ITAMARATY  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DA ABERTURA DA XIV ASSEMBLÉIA-GERAL DA OEA

Senhores Chanceleres,  
Senhores Delegados,  
Senhor Secretário-Geral:

Em nome do Governo e do povo brasileiro, saúdo cordialmente os eminentes representantes das nações americanas que se congregam em Brasília, para o Décimo-Quarto Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos.

É especialmente grato e significativo para todos os brasileiros que a Assembléia-Geral da OEA, principal instância política da região, esteja reunida em nossa Capital, erguida sob o signo da esperança.

Ao oferecer Brasília como sede para a presente reunião, desejávamos simbolizar a prioridade que meu governo tem dado às suas relações com os países do Continente, a que nos unem laços indestrutíveis de amizade.

Desejávamos ainda reafirmar nossa comum dedicação aos ideais de progresso e de paz que irmanam os povos americanos, assim como nossa confiança em que a Organização regional saberá encontrar caminhos que a habilitem a enfrentar os desafios hoje antepostos ao nosso Continente.

Há quase um século, lançaram as nações americanas as sementes do que veio a ser esta Organização. Davam, assim, expressão a sonhos que vinham do Libertador Simón Bolívar e de outros próceres do alvorecer da vida independente de tantos Estados-Membros. Ao longo dos tempos, não esmoreceram nossos povos e governos na luta pela concretização dos ideais pan-americanos.

Referimo-me especificamente à busca da paz e da segurança internacional; à observância do direito, ao respeito à soberania e independência dos Estados e aos princípios da boa-fé, cooperação e solidariedade entre as nações.

Refiro-me ainda ao compromisso com o exercício efetivo da democracia representativa, compromisso que se origina na história de cada um de nossos países e que a cada um de nossos povos cabe interpretar e expressar.

Penso também na observância dos direitos fundamentais da pessoa humana, bem como no respeito à personalidade cultural de cada uma das nações americanas.

Esses ideais, desenvolvidos em sucessivas conferências interamericanas, influenciaram, de forma notável, a criação das Nações Unidas e moldaram, em 1948, a Carta da OEA.

O Brasil participou ativamente de todas as fases desse processo de construção normativa com vistas ao convívio harmonioso e equitativo entre Estados ricos e

pobres, fortes e fracos, mas todos igualmente soberanos. Orgulhamo-nos de que esse processo tenha culminado na aceitação unânime e inequívoca do princípio da não-intervenção e do dispositivo que, em nossa Carta, veda quaisquer atos de agressão, abertos ou sub-reptícios.

Sob essa inspiração a política exterior do Brasil sempre cuidou de contribuir para a convergência dos interesses dos países americanos, impulsionando iniciativas destinadas a superar problemas e a permitir o estreitamento dos laços que unem o Continente.

Estamos convencidos de que os ideais de cooperação devem e podem prevalecer no Hemisfério, sem que se confira a qualquer governo ou à própria Organização regional o direito de atuar na esfera exclusiva da soberania nacional de cada Estado-Membro. O Brasil recusa-se a admitir a ingerência nos assuntos internos de qualquer Estado. Acreditamos que o diálogo entre os governos, com base na adesão aos princípios compartilhados, serve eficazmente aos anseios de progresso social e material dos povos e produz os melhores frutos.

Dispomos de instrumentos dirigidos à solução pacífica das controvérsias. Depende de nós a utilização apropriada e oportuna desses mecanismos, respeitadas as regras de justiça e de direito sobre as quais se alicerça a convivência internacional.

É com inteira propriedade que a Carta de nossa Organização institui para os Estados-Membros o compromisso de convir em procedimentos pacíficos para a solução de qualquer controvérsia e arrola os mecanismos consagrados pelo Direito Internacional.

Estão em curso sérios esforços de mediação e pacificação para pôr fim à presente crise na América Central. Tais iniciativas, conduzidas principalmente pelos

países do Grupo de Contadora, encontram respaldo na letra e no espírito da Carta e merecem o decidido apoio da comunidade interamericana. Ao utilizarmos os mecanismos de solução pacífica de controvérsias previstos em nossa Carta estamos demonstrando confiança na vitalidade e na importância do sistema interamericano e da própria OEA.

O Governo brasileiro estima que esses esforços devam prosseguir com o apoio de todas as nações americanas, e confia em que suas perspectivas de êxito tornem desnecessário encaminhá-los às instâncias formais de nossa Organização. Para que possa alcançar resultados duradouros, esse processo político não deve comportar automatismos. Os esforços de negociação devem continuar e dirigir-se aos focos de intranquilidade e às suas causas mais profundas, originárias de desequilíbrios estruturais nos planos interno e externo. Na opinião do Brasil, o êxito dessas negociações dependerá da integral observância dos princípios da autodeterminação dos povos, soberania dos Estados, respeito mútuo e convivência democrática.

Por mais prementes, no entanto, que sejam os problemas da conjuntura, não podemos poupar esforços para estimular o exame e a solução de questões vitais para os países do Continente, como a da promoção do desenvolvimento e a do estabelecimento de uma ordem econômica mais justa e estável.

Nossa Organização revelou extraordinária lucidez histórica ao fazer com que o relacionamento interamericano incluísse formas efetivas de cooperação no campo econômico-social. Ganham, assim, nova e valiosa dimensão as tradicionais preocupações do sistema interamericano com a justiça, a liberdade e a paz. A reforma da Carta, materializada no Protocolo de Buenos Aires,

refletiu a consciência dos governos deste Hemisfério de que as desigualdades e os desequilíbrios de nossas estruturas sócio-econômicas são responsáveis principais pela instabilidade política, e de que as insatisfações e inquietações das nações americanas traduzem a necessidade do estabelecimento de uma sociedade mais justa e humana.

Nos últimos anos, os problemas econômicos da região acumularam-se e deterioraram-se perigosamente, causando a reversão dos níveis de desenvolvimento que alcançávamos com grande esforço. Considero insustentável a exacerbação do custo da dívida externa dos países em desenvolvimento, membros desta Organização. Até agora não foram adotadas, no plano internacional, soluções adequadas a longo prazo, para um problema que põe em risco as mais lúdimas aspirações de nossos povos. Em que pesem nossos esforços, não temos recebido, dos países credores, propostas capazes de absorver a complexidade desses problemas e de atender o mal maior do subdesenvolvimento.

Há que reiterar nosso compromisso com a luta pelo desenvolvimento, não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento de promoção da justiça social e do bem-estar de nossas populações.

Este é o desafio que a época nos coloca; para enfrentá-lo, contamos com a capacidade criadora de nossos povos e confiamos na cooperação internacional como instrumento para acelerar a superação das dificuldades que nos afligem.

O momento exige maiores e mais claras responsabilidades no plano da cooperação econômico-social, acima e além de critérios estreitos ou indefinidos que obstam, travam ou impedem o cumprimento de ideais com os quais nossas nações se comprometeram, de forma inequívoca e entusiástica.

Não pode nem deve ser subestimado o papel da OEA no cumprimento dos objetivos políticos e econômicos dos povos do Hemisfério. A cooperação regional deve servir de estímulo para que cada um de nossos países encontre sua maneira própria e independente de afirmação nacional.

Outro não tem sido o ânimo da política externa do Brasil, com projeção do esforço interno de democratização e desenvolvimento. No meu governo, empreendemos ação permanente para intensificar e aprofundar os contactos com as nações do Hemisfério. Realizei visitas oficiais a muitas das nações aqui representadas, assim como tive a honra de receber muitos Chefes-de-Estado americanos.

Estimulamos os encontros regionais sobre dívida externa, tema que a justo título ganhou prioridade em nossa agenda diplomática.

Apesar da modéstia de nossos meios, incentivamos todas as formas de cooperação pacífica. Demonstramos, com a construção da usina de ITAIPU e a celebração do Acordo Tripartite sobre ITAIPU e CORPUS, que o potencial econômico de nossos países pode ser utilizado plenamente para o desenvolvimento de nossos povos.

A diplomacia brasileira procura gerar confiança recíproca e estimula consulta freqüente e informal. Favorecemos um diálogo interamericano mais maduro e consciente, por que fundado nas novas realidades do Hemisfério e do Mundo.

A assimetria desse diálogo — no qual cabem a uma das Partes os ônus e as vantagens de seu *status* de superpotência — não diminui sua validade, sobretudo nos momentos em que o sistema interamericano sofre graves fraturas.

Senhores Chanceleres,

Senhores Delegados,

O sistema interamericano, malgrado as insuficiências e as crises, guarda sua capacidade potencial de harmonizar posições, conciliar interesses, aplainar obstáculos e superar impasses, no intuito de manter relações que afastem as manifestações de poder, hegemonia e confronto.

Permanece inalterável nossa disposição de responder às crises fazendo uso do patrimônio jurídico-político que esta Organização representa. A História e as gerações futuras fariam de nós julgamento severo se, em razão de circunstâncias momentâneas, olvidássemos os preceitos basilares desta Organização e as normas de direito que moldam seus vários instrumentos.

Em meio às apreensões que as crises recentes suscitaram, a comunidade interamericana conduziu, com expressiva unanimidade, um brasileiro, o Embaixador João Clemente Baena Soares, às altas funções de Secretário-Geral da Organização. Desejo expressar nosso profundo reconhecimento pelo gesto da comunidade regional a que pertencemos.

Senhores Chanceleres,

Senhores Delegados,

O momento que vivemos requer constância, fidelidade e inabalável adesão às causas da paz, desenvolvimento e cooperação no Continente. Juntos, com ânimo construtivo, nos dedicamos ao progresso e bem-estar de nossos povos. Em condições de justiça social, igualdade soberana e respeito mútuo, cada um de nossos países deve contribuir, com a riqueza e variedade de sua experiência, para afastar tensões e conflitos e para enfrentar de forma solidária os problemas do Continente.

Declaro abertos os trabalhos do XIV Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos.

15 DE NOVEMBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO, EM CADEIA NACIONAL DE  
RÁDIO E TELEVISÃO, SOBRE AS REA-  
LIZAÇÕES DO GOVERNO NA ÁREA  
DAS COMUNICAÇÕES

**Brasileiros:**

Procurei descrever e mostrar, nos meus pronuncia-  
mentos anteriores, o esforço nacional para superar a es-  
cassez de energia e para vencer as dificuldades de trans-  
porte, tanto nas grandes cidades como nas distâncias do  
nosso Território.

Você, dona-de-casa; você, estudante; você, traba-  
lhador; vocês todos sabem que as comunidades brasilei-  
ras, antes de 1964, não estavam só isoladas pela falta de  
transporte. Estavam também isoladas pela ausência de  
meios de comunicação. Tudo era muito precário. Hoje,  
as cartas, o telefone, o rádio, a televisão são laços diá-  
rios que nos envolvem a todos.

Em fevereiro próximo será lançado em órbita o  
nosso primeiro satélite doméstico para telecomunicações.  
Ele vai se chamar BRASILSAT. E representa o extraor-  
dinário progresso que fizemos, ao longo destes vinte  
anos, no campo das comunicações.

Poucos países do Mundo alcançaram o nível de organização e de eficiência que temos hoje nos diversos campos das comunicações. Isso, devemos ao trabalho persistente de milhares de técnicos brasileiros; à sua responsabilidade para apresentar serviços de melhor qualidade. A consciência da importância crescente da comunicação tanto para as relações de pessoa como para as relações comunitárias para a educação, para a identidade cultural, para o pensamento político da Nação.

O aprimoramento da democracia passa pelo intercâmbio de idéias, pelo diálogo, pela troca de opiniões, pelo debate de programas. Meios de comunicação modernos, abrangentes, livres, são indispensáveis ao avanço democrático.

O rádio e a televisão transmitem fatos e opiniões entre todos os pontos do nosso Território. Informam, criticam, orientam. Participam ativamente em tudo. Desenvolvem um trabalho constante, desdobrado em ações imediatas a respeito de cada acontecimento, de cada atitude, de cada declaração.

A história dos acontecimentos assume as feições descritas pela narração imediata, pelas próprias imagens transmitidas.

A política do Governo está orientada para a ampliação dos sistemas de radiodifusão. Outros países escolheram a estatização das redes de televisão e de rádio, preocupadas em evitar que a opinião pública fosse facciosamente conduzida, até mesmo em sentido contrário aos interesses majoritários da sociedade.

A opção brasileira firmou-se pela convivência harmoniosa entre o Estado e a iniciativa privada. O sistema de concessões que adotamos permitiu a formação e o crescimento saudável de numerosas empresas de comuni-

cação, que prestam grande contribuição ao progresso da sociedade brasileira. Essas empresas têm consciência de sua alta responsabilidade para com a Nação. Responsabilidade no campo do respeito ao nosso sistema de valores políticos, econômicos e sociais. Responsabilidade no campo da informação correta e isenta, da fiel apresentação dos acontecimentos de influência sobre a opinião pública. Responsabilidade que implica o respeito às normas legais e o respeito às pessoas.

O Governo tem a obrigação de zelar pela liberdade de informação e de opinião. Tem, igualmente, o dever de exigir uma atitude responsável para com a Nação.

Essa atitude exclui o desequilíbrio das críticas apaixonadas e o facciosismo da manipulação das notícias. Exige, ao contrário, a estrita adesão à veracidade dos fatos e a fidelidade aos acontecimentos.

A informação é matéria delicada. Não se pode tratá-la como mercadoria qualquer. Ela exige responsabilidade e, sem prejuízo da opinião ou tendência, expressa no momento adequado, deve ser apresentada com isenção.

No começo dos anos sessenta, a infra-estrutura brasileira no setor de comunicações era muito precária. Havia mais de oitocentas companhias telefônicas e, no entanto, os setenta e quatro milhões de brasileiros da época contavam com 1.300.000 telefones. Quem quisesse fazer uma chamada interurbana tinha de esperar várias horas; só havia três troncos de microondas, muito congestionadas, entre o Rio-São Paulo, Rio-Belo Horizonte e Rio-Brasília. A rede de telex tinha apenas mil terminais. O telégrafo e os Correios, sem recursos, com rotinas arcaicas, eram serviços obsoletos e ineficientes. As ligações internacionais eram escassas e precárias, rea-

lizadas através de ondas curtas ou por um cabo submarino inaugurado em 1874, por D. Pedro II. A radiodifusão era local ou, quando muito, regional.

Estão na lembrança de muita gente as horas perdidas para se conseguir uma ligação telefônica no Rio de Janeiro, ou as cartas que nunca chegavam. E tudo isso acontecia, porque imperavam, no Brasil, a desorganização e a ineficiência. Os sistemas de microondas, os equipamentos postais e telegráficos, e mesmo o satélite, já estavam em operação em grande número de países. A administração pública brasileira, entretanto, não conseguia organizar-se para implantá-los entre nós.

Essa situação não podia continuar. A ausência de meios de comunicação modernos, adequados à extensão do nosso País e ao tamanho das grandes cidades era fator de frustração na vida pessoal e fator de estagnação na vida econômica, social e política da Nação. Era mesmo um fator de risco para a segurança da nossa integridade territorial. Estava tudo por fazer.

A partir de 1964, os governos da Revolução tiveram de estruturar, também no setor das comunicações, um sistema capaz de atender às nossas necessidades na gigantesca dimensão do Brasil; capaz de auto-sustentação financeira; capaz de acompanhar o desenvolvimento tecnológico próprio desse setor.

Era preciso criar uma organização administrativa moderna e competente, e isso foi feito. Era preciso montar um sistema básico de microondas de alta capacidade e confiabilidade, interligando todo o País. Era preciso lançar cabos submarinos do Brasil para a Europa e para a América do Norte. Era preciso organizar um sistema de comunicações via satélite e instalar as estações próprias. Era preciso cobrir as nossas cidades com redes

telefônicas de baixo custo, com capacidade para servir a cinco, dez milhões de pessoas. Era preciso que o Correio se tornasse rápido e confiável.

Era preciso criar uma série de indústrias de alta sofisticação tecnológica para suprir todos esses sistemas de telefones, de rádio e televisão. E tudo isso foi feito. Porque tudo isso foi feito, você pode, neste momento, assistir à televisão em qualquer lugar do Brasil e você pode também falar por telefone, em ligação imediata, com outra pessoa em qualquer lugar do Brasil. Foi para isso, foi para você ver televisão, falar pelo telefone, escrever cartas, para que os brasileiros se comuniquem intensamente entre si, que foi feito tudo isso que eu lhe vou mostrar agora.

Montar um sistema eficiente de comunicações, com telefones, correios e telégrafos, rádio e televisão para 100 milhões de pessoas tinha de ser um projeto gigantesco, multiplicado em centenas de projetos específicos.

Para administrar esse projeto, para executá-lo e para mantê-lo em funcionamento foi criado o Ministério das Comunicações, com a EMBRATEL, com a TELEBRÁS, com todas as empresas estaduais de telefones e a RADIOBRÁS. E o velho Departamento de Correios e Telégrafos foi transformado em empresa pública.

A nova empresa de Correios e Telégrafos efetivou transformações drásticas em seus serviços para racionalizá-los e modernizá-los. O Código de Endereçamento Postal, o CEP, foi criado e implantado em todos os municípios brasileiros. Foram instalados 5 centros de triagem eletrônica de cartas e encomendas, com máquinas de leitura ótica que distribuem 30.000 unidades por hora.

Dos grandes centros, através da rede postal noturna, com aviões fretados, a correspondência postal chega às mais distantes fronteiras.

Os serviços de Correios são hoje modernos, ágeis e dignos de confiança de toda a população. Esse grau de eficiência decorre da responsabilidade do pessoal que trabalha na empresa, cuja formação profissional é feita em 5 centros de treinamento postal. Graças a isso, o serviço que em 1970 ainda precisava de um subsídio equivalente a 67 bilhões de cruzeiros, hoje tem uma vida financeira saudável. Em 1983, o tráfego postal alcançou 4 bilhões de objetos e cartas distribuídos em todo o País por 20.000 carteiros. Mil vezes mais do que em 1964, quando movimentava somente 5 milhões de objetos e cartas. Em meu governo, a ECT vem diversificando, com grande sucesso, as modalidades e formas de envio dos mais variados tipos de correspondências. Bastaria citar o correio eletrônico, com equipamentos de *fac-símile* que garantem a recepção de cópias de qualquer documento, 90 minutos após o envio, ou o aerograma internacional para qualquer cidade do Exterior. É o caso, também, do serviço especial de entrega de documentos, que fez chegar ao seu destino 200 milhões de documentos, em 1983.

Na área das telecomunicações, constituímos a EMBRATEL e a TELEBRÁS, que atua como empresas telefônicas estaduais. Dessa forma, criamos um conjunto de empresas que mantêm a uniformidade, o nível de eficiência e a integração necessários para apresentar bons serviços em todas as cidades brasileiras. É o sistema TELEBRÁS.

Através dos troncos da EMBRATEL formam-se as grandes cadeias nacionais de radiodifusão e televisão. Via satélite, recebemos e transmitimos som e imagens para todo Mundo, com invejável eficiência.

Integrando o sistema TELEBRÁS, a EMBRATEL tem posição de realce na moderna história das comunicações brasileiras, pois foi após sua criação — em 1965 — que o País assistiu à grande revolução do setor. Com a constituição da EMBRATEL — Empresa Brasileira de Telecomunicações — a engenharia brasileira enfrentou, pela primeira vez, o desafio de dotar o País de um eficiente sistema de telecomunicações.

Coube à EMBRATEL a tarefa de implantar a rede de microondas com estações transmissoras e receptoras por todo o nosso Território. Ingressamos na INTEL-SAT, o consórcio para transmissões internacionais via satélite. E a estação terrena de Tanguá, da EMBRATEL, foi inaugurada em 1969. Passamos a utilizar canais da INTELSAT para comunicações domésticas e implantamos estações terrenas, principalmente na Amazônia, com esse propósito. Cabos submarinos nos ligaram aos Estados Unidos e à Europa. A excelência de nossa engenharia venceu o desafio das grandes distâncias, rompeu a barreira do tempo e tornou instantânea a comunicação entre brasileiros de norte a sul, de leste a oeste.

Em 1975, entrou em operação a rede nacional de estações costeiras, em apoio às comunicações marítimas; no mesmo ano, inauguramos a rede nacional de telex.

Em 1977, entraram em operação os serviços DDD (Discagem Direta à Distância) e DDI (Discagem Direta Internacional).

No meu governo, adotei como diretriz popularizar e interiorizar as telecomunicações. Hoje, todos os municípios brasileiros e mais de quatro mil outras localidades se comunicam entre si. Cidades que viviam praticamente isoladas na Amazônia já dispõem de serviços de comunicações rápidos e eficientes. Telecomunicações,

correios e radiodifusão ampliaram sua eficácia, colocando seus serviços ao alcance de todas as camadas da população.

O telefone público, tanto o interurbano quanto o comunitário, são conquistas que facilitam a vida dos brasileiros, pelo seu baixo custo.

O telefone público também alcançou o meio rural. O rádio comunitário e o serviço de informações agrícolas simplificam e ajudam o homem do campo a ter as informações especializadas para suporte de seus negócios.

O sistema TELEBRÁS vem procurando intensificar a telefonia rural, facultando ao agricultor o acesso à rede pública de telecomunicações.

O cotidiano brasileiro se tornou mais simples com uma série de outros serviços e facilidades colocados à disposição de todos nós. Você hoje pode ter acesso a informações de utilidade pública e de diversões, mediante a discagem de um simples código: hora certa, farmácia de plantão, telegrama fonado e teledespertador.

Criamos muitos outros serviços destinados a apressar o funcionamento da administração, utilizando as telecomunicações. Entre estes serviços estão as centrais de informação (INAMPS, DETRAN, Receita Federal), que fornecem, a quem precisa, orientação para marcar consultas na Previdência Social; para tirar licenças e documentos de veículos; ou esclarecimento sobre questões tributárias.

Intensificaram-se também outros serviços que evitam deslocamentos, proporcionando economia de tempo e combustível. Exemplo disso são a central de frete e o telefone do produtor.

Vou indicar alguns números para informar sobre o nosso avanço no meu período de governo.

Em 1978, já tínhamos instalados cinco milhões e quinhentos e cinquenta mil telefones. Em 1983, atingimos dez milhões e cento e trinta mil aparelhos. O número de telefones aumentou assim 100%, no meu governo. O número de aparelhos por 100 habitantes passou, de 4,9, em 1979, para 7,9, em 1983. Hoje, oito mil e duzentas localidades são atendidas pelo serviço telefônico, enquanto em 1978, eram apenas 2.800. Os telefones públicos, em 1978, os chamados orelhões, eram 37.000 unidades. Hoje, já contamos com mais de setenta e seis mil unidades.

No setor de telefones, registram-se crescentes índices de demanda, que passou de 985 mil inscrições, em 1982, para cerca de 1.300.000, em 1983. O número de pretendentes ao serviço é cada vez maior devido ao esforço que o meu governo vem fazendo para tornar o preço do telefone mais acessível a maiores parcelas da população.

Há pouco tempo, aprovei a associação da EMBRA-TEL ao sistema INMARSAT para que o Brasil tivesse acesso às comunicações marítimas via satélite. Isso foi necessário porque o Brasil se tornou, nestes últimos anos, uma potência marítima, como acentuei no meu pronunciamento sobre transportes.

Os serviços do sistema INMARSAT incluem o de telefonia, telex, *fac-símile*, telegrama, transmissão de dados em baixa e alta velocidade. As comunicações via INMARSAT são livres de perturbações ionosféricas e do tempo. Os usuários, nos navios, discam diretamente aos assinantes de telefone ou de telex para qualquer um dos países participantes do sistema. O sistema prevê também

prioridade para os serviços de socorro, permitindo assim uma melhoria substancial na segurança da vida no mar, bem como nas comunicações de busca e salvamento.

Agora, quando estamos ingressando na era da informática, a EMBRATEL passou a oferecer a seus usuários uma diversificada gama de serviços de comunicação de dados. Esses serviços triplicaram de 1982 para 83, o que indica o interesse, a utilização efetiva, as vantagens da informática para as nossas atividades.

Já temos serviços de interesse internacional como o FINDATA, o INTERDATA e o INTERBANK. Na área doméstica, a maior utilização ocorre no setor bancário. A utilização dos circuitos TRANSDATA ao sistema TELEBRÁS cresceu 8 vezes entre 1981 e 84.

São siglas da moderna linguagem da informática, que indicam desde a simples comunicação de dados, a nível nacional e internacional, até o acesso às informações do mercado financeiro internacional.

Em São Paulo, a TELESP realiza o projeto piloto de videotexto, que consiste em utilizar as linhas telefônicas domésticas e um adaptador para ligar o vídeo da TV a um banco de dados, que dá ao usuário uma enorme soma de informações sobre os mais variados assuntos.

Todo o sistema TELEBRÁS, tanto nos custos operacionais como nos investimentos para modernização, é custeado pela receita da exploração dos serviços, sem qualquer subvenção.

Há dois anos, decidi aprovar o projeto de lançamento, em fevereiro do próximo ano, do primeiro satélite doméstico brasileiro, o BRASILSAT. Nosso satélite permitirá a implantação, em larga escala, de programas nacionais de educação, de saúde, de agricultura e de

qualquer outro setor, além de estender a abrangência da radiodifusão, sobretudo da televisão, às áreas mais remotas do Território Nacional.

Vinte anos depois de ter assinado seu primeiro contrato para utilização do INTELSAT, o Brasil deixará assim de pagar aluguéis de canais do satélite internacional para serviços domésticos. Essa autonomia representará uma economia de divisas da ordem de US\$ 10 milhões de dólares, já em 1985. Os gastos com aluguel de canais estavam crescendo anualmente e poderiam chegar, segundo estimativa da EMBRATEL, a US\$ 22 milhões de dólares, em 1990.

O BRASILSAT terá inestimável aplicação na Região Amazônica, com seus onze mil quilômetros de fronteiras, seus grandes projetos de extração de minérios, em meio à floresta, e seus incontáveis núcleos agrícolas.

Mantendo-se sobre o Equador, a trinta e cinco mil e oitocentos quilômetros de altura e acompanhando o movimento de rotação da terra, o BRASILSAT permanecerá voltado para o País, recebendo e transmitindo, por meio de uma antena, sinais de comunicação que alcançarão todo o nosso Território.

O sistema terrestre do satélite brasileiro já conta com 21 estações terrenas de pequeno porte, que agora funcionam utilizando canais alugados aos satélites de comunicação do consórcio INTELSAT. Destas, 17 ficam na Região Amazônica. Existe, ainda, o serviço de TV-SAT, destinado à formação de redes nacionais de televisão, que conta com 40 estações exclusivas de recepção de televisão.

Quando o BRASILSAT passar a operar, o número de estações terrestres será ampliado e novos serviços po-

derão ser oferecidos, tanto de cunho comercial como de fundo social. As pequenas antenas para comunicação via satélite são de baixo custo. E são produzidas pela indústria nacional, o que representa grande economia para o País.

Não preciso estender considerações sobre o extraordinário progresso que realizamos, nestes 20 anos, no campo da televisão e do rádio.

Milhões de brasileiros assistem televisão e ouvem rádio todos os dias. Gostaria que todos se lembrassem sempre de que podem ter esse prazer, essa distração, porque o nosso esforço no setor das comunicações teve um sucesso extraordinário. Poucos países têm, em quantidade e qualidade, as redes de rádio e televisão que temos no Brasil.

Quero deixar aqui o registro do meu elogio ao impecável nível de qualidade técnica dos programas e noticiários das nossas empresas de rádio e televisão.

Quando vejo certas pessoas, na televisão e no rádio, fazendo considerações negativas, declarações pessimistas, destrutivas, dizendo que não conseguimos realizar, que nada construímos, eu gostaria que essas pessoas abrissem os olhos e pudessem ver toda a gigantesca infra-estrutura de equipamentos, de tecnologia avançada, de recursos financeiros que tivemos de construir, de comprar e de organizar para que aqueles pessimistas possam apresentar suas opiniões ao grande público, através de uma câmera de televisão ou um microfone de rádio. Quando vejo, na televisão, ou ouço, no rádio, essa mesmas pessoas menosprezando tudo o que fizemos no Brasil, chego a pensar que elas não se dão conta de que estão ofendendo os próprios operadores e técnicos que estão operando naquele momento, de maneira tão perfeita, aquela televisão ou aquela rádio.

Além do nível técnico, quero elogiar também o sentimento comunitário, a pronta participação, a contribuição inestimável com que sempre as nossas televisões e rádios se lançam na defesa e na proteção dos nossos irmãos mais necessitados ou ameaçados por calamidades. Essa orientação constante é uma demonstração clara de que nelas a consciência do serviço público prevalece e ultrapassa os simples interesses comerciais.

A manutenção permanente do nosso esforço nas telecomunicações, nos níveis tecnológicos alcançados, precisa de três fatores essenciais: a formação constante de técnicos; a montagem da produção nacional dos equipamentos necessários; a consciência de que bons serviços custam caro.

Com vistas à formação técnica, o Governo incentivou a orientação de cursos universitários e do financiamento de bolsas de estudo de pós-graduação no Exterior para a especialização em eletrônica e telecomunicações.

O Ministério das Comunicações criou centros de treinamento em vários níveis. Nossa Escola Superior de Administração Postal recebe dezenas de alunos por ano, de países da América Latina e da África, que vem absorver nossos avanços nesse campo vital para a integração de qualquer país.

O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da TELEBRÁS cumpre papel proeminente em relação à pesquisa. Agindo em conjunto com as universidades e a indústria, o centro vem obtendo importantes conquistas no campo científico e tecnológico, com trabalhos nas áreas de comutação eletrônica, transmissão digital, comunicações óticas, comunicações por satélites, comunicações de dados, componentes e materiais, estudos e desenvolvimento de redes, e muitas outras dessa especialidade.

Grande número de patentes já foram registradas pelo centro que, simultaneamente, vem transferindo à indústria inúmeros projetos gerados em seus laboratórios, como é o caso da fibra ótica, cuja primeira indústria, genuinamente brasileira, acaba de ser inaugurada em Campinas.

A fibra ótica é um dos produtos mais revolucionários na tecnologia das comunicações. É um meio condutor capaz de transportar sinais de frequência muito alta, modulados com grande quantidade de informação. Anteriormente, os sinais de faixa larga só podiam ser conduzidos através de cabos coaxiais ou guias de ondas de difícil e custosa instalação.

A fibra ótica supera, em todos os aspectos, e está substituindo os tradicionais cabos telefônicos de condutores de cobre para interligar os entroncamentos. Quando seus custos de fabricação baixarem, poderá também ser empregada nos ramais que vão até as casas dos assinantes, permitindo-lhes receber sinais de vídeo e dados em alta velocidade.

Apontam-se muitas vantagens para as fibras óticas. Tem alta capacidade de transmissão de informação. Uma única fibra é capaz de permitir que se efetuem, por quilômetro, cerca de 2.000 ligações telefônicas simultâneas. É imune à umidade e insensível às influências de campos eletromagnéticos externos. Seu diâmetro e baixo peso permitem grupá-la em cabos extremamente leves.

Em caráter experimental e com pleno êxito, encontra-se em operação um sistema de fibra ótica interligando duas centrais telefônicas no Rio de Janeiro.

No campo empresarial e no campo industrial, incentivei a nacionalização. O controle acionário e o po-

der de decisão devem estar nas mãos de brasileiros. As decisões devem ser tomadas aqui, dentro do País, e voltadas para os nossos interesses.

Assim, durante o meu governo foram tomadas medidas para a nacionalização do capital das filiais das grandes multinacionais presentes no Brasil. Dessa forma, garanti a consolidação de uma indústria nacional de telecomunicações, que hoje fornece a quase totalidade dos equipamentos necessários ao setor, com grau de nacionalização média superior a 90%. As 70 maiores indústrias do setor garantiram, em 1983, cerca de 36.400 empregos, a brasileiros, dos quais 2.500 de nível superior. Esta transformação do perfil técnico-gerencial da área industrial foi importante para adquirirmos real capacitação tecnológica nacional. Esta mesma política estabeleceu também bases para indústrias de capital integralmente brasileiro que hoje produzem, com reserva de mercado, equipamentos e materiais utilizados no sistema nacional de telecomunicações.

O Ministério das Comunicações, através do Grupo Executivo Interministerial de Componentes e Materiais, o GEICOM, incentiva o desenvolvimento e a produção nacional de equipamentos para as áreas de eletrônica e comunicações, e fomenta a criação de novos pólos industriais no País.

O GEICOM conta com a participação da ABINEE, entidade de classe das indústrias elétrica e eletrônica, diretamente interessadas na produção de equipamentos de telecomunicações.

Atualmente, a transferência das tecnologias desenvolvidas em outros países se realiza de forma satisfatória para nossas indústrias que, por sua vez, ficam engajadas, não só no processo produtivo mas também na sua evolução tecnológica posterior.

Quero apresentar dois resultados que considero muito importantes, não só neste setor, mas que são indicativos para todos os campos. O primeiro se refere à produção industrial. Quando iniciei o meu governo, a nossa indústria de telecomunicações exportava US\$ 30 milhões. No corrente ano, já está na casa dos US\$ 300 milhões, além de abastecer o mercado interno. Nos 5 anos de meu governo, crescemos e passamos a exportar dez vezes mais.

Outro indicador muito importante para o conhecimento de todos os brasileiros. O Sistema TELEBRÁS, que abrange a EMBRATEL e todas as empresas estaduais, adotou um reajuste tarifário 3% menor do que o reajuste do INPC, o que significa preços baixos para todos nós usuários. Mesmo assim, a situação econômico-financeira de todo o sistema é excelente. Não recebe qualquer subsídio e, em 84, as despesas de custeio do sistema representam 43,4% de sua receita corrente. E vamos aplicar 38% dessa receita na expansão dos serviços. Tudo isso, apesar da crise econômica e das dificuldades financeiras que atravessa a nossa economia.

Meu amigo,

Você, que me acompanhou nessa descrição desse imenso e complexo universo das comunicações, que nós organizamos e criamos no Brasil. Você há de convir comigo: somente os muito céticos e descrentes não reconhecem a qualidade do trabalho que conseguimos fazer no setor das comunicações no Brasil. Não devemos esquecer que é um setor imprescindível à integração nacional. Associado à energia e ao transporte, constitui uma alavanca poderosa para o desenvolvimento econômico. Tudo isso para fazer a sua vida um pouco melhor.

O BRASILSAT, que em breve será lançado, é a síntese do imenso caminho percorrido. Ele culmina um

processo que, ao mesmo tempo que aproximou o Brasil do resto do Mundo, trouxe intimidade para todos os brasileiros, dentro do nosso País. Os 4.000 municípios poderão com facilidade falar entre si e com o resto do Mundo. Qualquer imagem ou som, em qualquer ponto do Território, poderá ser vista ou ouvido em todo o País. Nossa identidade cultural será mais nítida aos nossos olhos. As idéias circularão com mais facilidade e maior fidelidade.

A tarefa de informar assume maior abrangência e deverá envolver, por parte de todos, maior responsabilidade.

Os avanços da tecnologia de telecomunicações, informática e eletrônica vem introduzindo transformações estruturais em atividades consagradas há longos anos. Tudo isso foi conseguido porque, desde 1964, mantivemos a continuidade administrativa do setor. Preservamos o princípio e a doutrina administrativa. Para que possamos assegurar o desenvolvimento permanente dos serviços de comunicações sempre com padrões elevados. É essencial garantir essa continuidade administrativa, no seu interesse no interesse de todos.

Boa noite, e muito obrigado.



21 DE NOVEMBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO, EM CADEIA NACIONAL DE  
RÁDIO E TELEVISÃO, SOBRE AS REA-  
LIZAÇÕES DO GOVERNO NA ÁREA DO  
MINISTÉRIO DO INTERIOR

**Brasileiros:**

Em meus pronunciamentos anteriores, mostrei-lhes o esforço que fizemos para superar a escassez de energia e integrar as nossas comunidades. Conseguimos muito e hoje temos uma base sólida de recursos energéticos, de transportes e de comunicações. Quero que você, dona-de-casa, trabalhador, estudante, conheça a verdade sobre tudo o que fez não só o Governo, mas nós todos, nestes 20 anos.

As novas gerações que ingressam no mercado de trabalho, você, rapaz ou moça, que pretende vencer na vida, realizar-se pela profissão que escolheu, você tem o apoio valioso dessa infra-estrutura que os seus pais não tiveram.

As obras que fizemos foram feitas para você, principalmente para as novas gerações. Sem as usinas hidrelétricas do Paraná, você, que mora em São Paulo hoje, possivelmente não teria sequer luz elétrica em casa. Fo-

ram obras grandes. Grandes pelo tamanho da nossa população, pela dimensão de nossas necessidades e, principalmente, pela grandiosidade de nossa geografia. As obras são proporcionais ao tamanho do País. Como aproveitar o potencial de rios gigantescos como o Paraná ou o Tocantins, a não ser com obras também gigantescas? Aproveitá-los é nosso dever. Usá-los em benefício de nossa gente é nossa obrigação.

Tudo o que foi feito teve como objetivo melhorar a sua condição de vida. Hoje quero mostrar não um setor, mas um conjunto imenso de atividades, um caleidoscópio de projetos, programas, obras, esforços, todos diretamente voltados para a condição humana, para melhorar a situação econômica e social das pessoas, dos nossos irmãos brasileiros em luta com fatores adversos.

Esse conjunto de atividades foi reunido no Ministério do Interior. É um Ministério de competências múltiplas. É o Ministério da integração inter-regional. Por isso, no meu governo, o Ministério do Interior foi também o Ministério que enfrentou as adversidades regionais.

O Ministro do Interior foi o meu agente direto para enfrentar crises prolongadas como a seca do Nordeste, emergências como as inundações em Santa Catarina, para resgatar as condições sub-humanas de moradia a gente dos alagados. E ao mesmo tempo construímos sem parar, por todo o Território, em todos os municípios, a casa própria, os sistemas de água e esgotos para saneamento, os açudes, os sistemas de irrigação e em toda parte zelando pela preservação do meio-ambiente, pela fixação do homem na sua região, pela manutenção de níveis necessários de empregos.

No meu governo, suportamos cinco anos de seca no Nordeste. O Ministério do Interior coordenou recursos e ações para ajudar o povo nordestino a suportar esse fla-

gelo. Agora, a seca passou, mas quero registrar dois fatos incontestáveis: primeiro, nestes cinco anos conseguindo manter e sustentar o nordestino na sua terra. Não houve migrações em massa, não houve abandono nem fuga de populações em busca de víveres e de mercados de trabalho de outras áreas, como em secas anteriores. Desta vez, o nordestino sobreviveu graças a sua fibra e graças ao apoio federal, que levou ao nordestino alimento e dinheiro nas frentes-de-trabalho. O segundo fato: nestes cinco anos duplicamos a capacidade de armazenamento de água do Nordeste. Mobilizamos todos os recursos para minorar os sacrifícios impostos pela seca. De 79 a 83, aplicamos mais de novecentos e cinquenta bilhões de cruzeiros, em valores de 1983, em obras e em frentes-de-trabalho que alistaram três milhões e cem mil trabalhadores. Aplicamos, portanto, mais de quinhentos milhões de cruzeiros por dia. Nenhum esforço foi poupado. Os resultados foram expressivos. Em cinco anos, contruímos mais barragens do que em todo o período anterior da história da região. De 1979, a capacidade de armazenamento de água no Nordeste era de doze bilhões de metros cúbicos. Hoje, a região dispõe de uma reserva de vinte e cinco bilhões de metros cúbicos de água.

A preocupação do Governo com o Nordeste e a atenção traduzida em obras realizadas são de conhecimento geral.

A melhor prova de reconhecimento público por tudo o que foi feito, eu a recebi do povo nordestino, que votou em massa nos candidatos do meu Partido, que elegeu os governadores que eu prestigiei e apoiei. Os tempos mudaram. As pessoas, também. Mas ninguém muda o que aconteceu. Juntos, no PDS, prefeitos e vereadores, deputados e senadores, os governadores, os

meus Ministros e eu, juntos, unidos, ganhamos os votos do povo de todos os Estados do Nordeste. Ganhamos apesar da demagogia da Oposição, ganhamos apesar das campanhas jornalísticas contra nós. Ganhamos porque estávamos unidos pelos nossos objetivos, pelos nossos ideais, pelos nossos interesses comuns, e colocamos a união e o partido acima das dissensões pessoais. Ganhamos sem egoísmos e sem traições. E ganhamos o voto popular; ganhamos a vontade do povo para o nosso lado. Sou profundamente grato por este apoio explícito que, livremente, me prestou tão importante parcela do nosso povo.

O Ministério do Interior nasceu da necessidade de propor soluções e programas nacionais a problemas que não podiam ser resolvidos, nem no âmbito setorial, nem no âmbito estadual. O combate à seca, a defesa do meio-ambiente, a preservação ecológica, a defesa civil, são alguns dos mais importantes desses programas. Eles não teriam solução adequada sem a SUDENE, sem a Secretaria do Meio-Ambiente, sem os programas de saneamento ambiental, sem a Secretaria da Defesa Civil.

Além disso, o desenvolvimento econômico do nosso País vinha se caracterizando por flagrantes desequilíbrios regionais.

Era preciso coordenar medidas para eliminar esses desequilíbrios.

Antes de 1964, registraram-se algumas iniciativas a respeito, mas isoladas, dispersivas, sem um sentido de ação integrada, sem um sentido prático de execução de programas. Para os governos da Revolução, a correção dos desequilíbrios regionais só podia ser atingida com um esforço intenso, sistemático e abrangente. Era preciso também estabelecer a estratégia e as prioridades para essa correção. As prioridades foram a redução do

desnível econômico e social do Nordeste em relação ao resto do País; e a ocupação produtiva do Centro-Oeste e da Amazônia.

E, a estratégia fundamental, promover a integração das nossas regiões pela formação de um amplo mercado interno, capaz de assegurar um crescimento regional auto-sustentado e capaz de permitir uma descentralização econômica progressiva.

Logo, em junho de 1964, foi criado o Ministério Extraordinário para Coordenação de Organismos Regionais, para tratar do desenvolvimento regional e dos grandes problemas estruturais sócio-econômicos do País, de maneira integrada e com a continuidade necessária. Esse Ministério foi, em seguida, transformado no Ministério do Interior, ao qual ficaram subordinados os bancos e os órgãos regionais de planejamento e coordenação.

Dessa forma, foi possível construir o sistema de incentivos fiscais em favor de projetos industriais, agrícolas e pecuários. Essas regiões de menor renda receberam recursos imensos. E o Governo Federal passou a transferir recursos para Estados e Municípios e a desenvolver programas em benefício das mesmas regiões de menor renda.

Já em meu governo, prossegui no esforço de aperfeiçoar a máquina administrativa. Concentrei no Ministério do Interior atividades que antes estavam dispersas em outros órgãos.

As ações do Ministério do Interior não se esgotaram no Nordeste. Estenderam-se a todo o País por intermédio de suas superintendências, fundações e bancos. No Nordeste, a SUDENE; na Amazônia, a SUDAM e a SUFRAMA, no Centro-Oeste, a SUCECO; no Sul, a SUDESUL.

Suas atividades foram reforçadas por programas de alcance regional ou localizado, como o PROTERRA, para redistribuição de terras e de estímulo à agroindústria do Norte e Nordeste. Ou o PROVALE, para o Vale do São Francisco, ou o PRODOESTE, para o Centro-Oeste. Todos esses programas estavam articulados com o Programa de Integração Nacional.

No plano de atividades nacionais, distinguem-se as ações urbanas como as desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e o Programa de Assistência aos Municípios — PAM, e outras ações não menos importantes ligadas à habitação, saneamento, proteção e assistência ao índio, defesa civil, integração do estudante universitário e meio-ambiente.

Gostaria, inicialmente, de relatar a ação do Ministério do Interior em cada uma das regiões do País.

O Nordeste foi a região que mais recursos e atenções recebeu do Governo. Não poderia ser de outra maneira. Ao atraso relativo com que contava, se comparado às demais regiões, somou-se, nos últimos cinco anos, uma das mais graves secas de que se tem notícia em sua história. Os governos de antes de 1964 deram muito pouca atenção ao Nordeste. Falava-se muito, agia-se pouco. Passamos, depois, a contar com várias entidades que eficazmente vêm contribuindo para o seu progresso.

A SUDENE, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, entre 1959 e 64, pretendeu corrigir as deficiências de infra-estrutura, principalmente de energia, transportes e saneamento básico. Mas não foi muito além da criação de alguns órgãos administrativos para isso, como a Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança, Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste. Compa-

nhia de Água e Esgoto do Nordeste. Em relação à seca, promoveu a criação de um fundo de emergência para o abastecimento do Nordeste.

A partir de 1964, conforme a estratégia que indiquei, de integração econômica auto-sustentada da região, dirigimos esforços e recursos para os setores diretamente produtivos da economia nordestina.

Foram criados programas especiais de desenvolvimento rural e urbano como o PROTERRA, o POLONORDESTE, o Projeto Sertanejo, o Programa de Irrigação e o Programa de Investimentos em Capitais e Cidades de Porte Médio. O sistema de incentivos fiscais e financeiros foi aprimorado através do FINOR, o Fundo de Investimento do Nordeste.

Firmou-se uma política de desenvolvimento industrial da região, com a instalação de grandes complexos industriais, aproveitando as potencialidades locais: o complexo industrial cloroquímico de Alagoas, que utiliza as ricas jazidas de sal-gema existentes perto de Maceió, para produzir soda cáustica, cloro e produtos derivados. O Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, que produz matérias-primas utilizadas pela indústria química na fabricação dos mais variados produtos. O complexo têxtil e de confecções na produção de tecidos e o complexo do couro para ampliação da indústria de curtumes, calçados e artefatos de couro.

Na minha gestão, criei o programa de aproveitamento de recursos hídricos do Nordeste — PROHIDRO, para assegurar a utilização racional da água, que é o recurso natural mais escasso na região. Com outros programas da SUDENE e do DNOCS foi possível acelerar as obras para aumento da capacidade de armazenamento de água. É com orgulho que repito que, no meu governo, foi dobrada a capacidade de armazenamento de água da

região, que passou de doze bilhões de metros cúbicos a vinte e cinco bilhões. Em cinco anos, foram construídas mais barragens no Nordeste que em todo o período anterior de sua história. O Rio Jaguaribe, no Ceará, até há pouco considerado o maior rio seco do Mundo, tornou-se perene. No auge da crise, noventa e cinco por cento da região sofria o flagelo da seca. A seca atingiu até o Território de Fernando de Noronha, por um lado, e por outro, penetrou na Amazônia maranhense. Mais de vinte milhões de pessoas sofreram seus efeitos. Para ajudar o nordestino nessa emergência, o Governo criou as frentes-de-trabalho, alistando mais de três milhões e cem mil trabalhadores em mil trezentos e vinte e oito municípios. Eu gostaria que todos refletissem no que representou, em gastos, a manutenção, em média, de mais de um milhão de empregados por um período de cinco anos. Eu estou seguro de que você compreende que estes gastos não foram em vão, porque milhares de pessoas solidárias contribuíram enviando alimentos, roupas e remédios.

De 1979 a 1983, o programa de assistência às populações e áreas atingidas pelas secas do Nordeste aplicou mais de novecentos e cinquenta bilhões de cruzeiros em obras e serviços em áreas rurais, perfuração de poços, produção de alimentos e abastecimento de água. As frentes construíram ou melhoraram mais de cento e vinte mil pontos de água, restauraram noventa e dois mil quilômetros de estradas, trezentos e quarenta e cinco quilômetros de adutoras e prepararam para a produção agrícola um milhão e meio de hectares. O armazenamento de água tornou possível trinta e três projetos de irrigação; dezoito já em operação na área do São Francisco, nos Estados de Minas, Bahia, Pernambuco, Sergipe e Alagoas.

O apoio federal aos nordestinos mobilizou outros recursos e programas. O agricultor pôde contar com o Projeto Sertanejo voltado para produtores rurais pequenos e médios, com o objetivo de elevar sua capacidade de resistência às secas em quinhentos e seis municípios do Nordeste. Foram elaborados mais de vinte e seis mil projetos de investimentos dos quais dezessete mil já contratados, abrangendo duzentos e vinte e cinco mil hectares em pequenas propriedades rurais.

Criei também o Programa de Apoio Especial às Populações Pobres das Zonas Canavieiras, o PROCANOR, para beneficiar o homem sem recursos, por meio da reforma e construção de obras e saneamento, salas de aula, hospitais e alimentos.

No âmbito da Região Nordeste, quero também destacar o apoio à iniciativa privada. O Banco do Nordeste do Brasil aplicou um trilhão e seiscentos bilhões de cruzeiros no fomento às atividades produtivas da Região. Em cinco anos, o volume de empréstimos do BNB cresceu cinquenta vezes.

Com recursos do FINOR, a SUDENE aprovou seiscentos e oito projetos industriais, agroindustriais e agropecuários, da iniciativa privada, possibilitando a criação de cerca de cento e doze mil empregos diretos.

A seca e todas as calamidades dela decorrentes são um problema secular do Nordeste. Por isso mesmo, sua solução depende da continuidade do esforço de todos, durante muitos anos. E é preciso reavaliar periodicamente os rumos e os resultados dos projetos.

Há dois anos criei o Projeto Nordeste para reavaliar a nossa estratégia na Região. Já definimos um programa de apoio ao pequeno produtor rural, que vai apli-

car doze bilhões de dólares, num prazo de quinze anos, para beneficiar dois milhões de famílias de pequenos produtores e trabalhadores rurais.

A ação do Governo no Nordeste propiciou a melhoria efetiva das condições de bem-estar do nordestino e os recursos ali despendidos estão ajudando a reduzir suas diferenças em relação às zonas mais desenvolvidas do País.

Até algumas décadas atrás, a Amazônia era conhecida apenas como «inferno verde», um mundo desconhecido e fantasioso de matas e rios.

Não havia ação consistente do Governo para ocupar efetivamente a Região. Alguns se lembram da SPVEA — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Poucos lembram do que foi feito naquela imensa região antes de 64. Desde o término do ciclo da borracha, a Amazônia vivia estagnada, sem perspectivas.

No governo Castello Branco foi definida, afinal, uma política para dar suporte financeiro ao desenvolvimento da Região. Criou-se a SUDAM, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, órgão de coordenação e promoção do desenvolvimento regional. Foi criada, igualmente, a SUDHEVEA, Superintendência da Borracha, e a Superintendência da Zona Franca de Manaus, a SUFRAMA. A Zona Franca, contando com incentivos fiscais, visava a criar um pólo de atração de população, de criação de empregos, de negócios e de investimentos para ocupar o imenso vazio econômico e demográfico da Amazônia.

A população da região dobrou. De dois milhões e oitocentos mil habitantes, em 1963, a população da Amazônia alcançou quatro milhões e quinhentos mil habitantes em 1978.

Cidades como Manaus e Belém transformaram-se em grandes pólos de desenvolvimento regional com mais de um milhão de habitantes.

No âmbito da SUDAM já foram investidos um trilhão e quatrocentos bilhões na implantação de novecentos e onze projetos agrícolas e industriais. Desse total, quatrocentos e dezessete foram aprovados pelo meu governo e criaram quarenta e seis mil empregos diretos. A isso somam-se oitenta e um mil empregos criados pela aprovação da SUFRAMA, de duzentos e vinte e quatro projetos industriais e cento e oito projetos agrícolas e pecuários.

Com a colaboração do projeto RADAM, o solo amazônico foi inteiramente identificado, bem como localizadas grandes reservas de minérios, que todos agora conhecem.

Programas especiais foram criados.

O POLAMAZÔNIA, com recursos específicos, permitiu a implantação da infra-estrutura rodoviária, portuária, aeroviária e a execução dos mais variados projetos.

Através do POLAMAZÔNIA, o Governo Federal implantou seiscentos e quarenta e dois quilômetros de estradas-tronco, dois mil e seiscentos quilômetros de estradas vicinais, construiu dez portos fluviais e vinte e dois campos de pouso e implantou quinze usinas termelétricas nos últimos quatro anos.

O POLAMAZÔNIA vem executando cerca de dois mil projetos na região. Construiu ou ampliou trezentos e oitenta e uma escolas e treinou doze mil professores. Construiu oitenta e oito unidades mistas de saúde e atendeu três milhões de pessoas com programas de ação social. Em apoio ao homem do campo, mais de sessenta

e um mil produtores foram treinados, e concedidos seis mil e setecentos títulos definitivos de terra. Levamos adiante outros projetos significativos como o Projeto de Mineração da Bauxita, no Rio Trombetas, o Complexo de Alumínio (ALBRÁS — ALUNORTE), o Projeto Carajás, a construção das Hidrelétricas de Tucuruí, no Pará, que começa a funcionar esta semana e de Balbina, no Amazonas, já em fase adiantada de construção.

Estes dados mostram que a Amazônia deixou de ser um «inferno verde». Ela está ocupada pelos brasileiros, integrada no Brasil e em nosso processo de desenvolvimento.

A Região Centro-Oeste, que abrange mais de vinte por cento do território brasileiro, tem sido tradicionalmente identificada como um grande celeiro do Brasil no futuro. A extensão de seus campos e topografia favorável definem sua inegável vocação agrícola.

Para dar apoio ao desenvolvimento da Região foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO.

Como na Amazônia, no período 64-78, a população da Região dobrou. Passou de três milhões e meio para seis milhões, e ultrapassa, hoje, os sete milhões de habitantes.

Para apoiar essa ocupação, o Governo criou alguns programas de desenvolvimento como o POLOCENTRO, o Programa dos Cerrados e o Programa do Pantanal.

Os cerrados, que abrangem 1/4 do Território Nacional, eram até há pouco considerados improdutivos, destinados apenas às atividades de pecuária extensiva.

Hoje, graças à tecnologia desenvolvida pelas pesquisas apoiadas pelo Governo, inclusive com recursos do POLOCENTRO, os cerrados estão produzindo grãos com os mais altos índices de produtividade:

— A soja: 2.100 kg por hectare, quando a média nacional é de 1.700 quilos.

— O trigo: 2.200 kg por hectare; a média nacional é de 900 quilos.

— O milho: 3.500 kg por hectare. A média nacional é de 1.700 quilos.

Com tais índices de produtividade, superiores até a índices alcançados em regiões tradicionais de produção de grãos, os cerrados estarão brevemente integrados com áreas altamente produtivas.

Novos investimentos são necessários. A marcha para o Oeste assim o exige. A criação do Estado de Rondônia, hoje ligado ao País pela BR-364, acelera o processo migratório e a circulação de riquezas. Atento às necessidades da região, determinei em 1981 a criação de um novo programa, o POLONORDESTE, cuja atuação se estende por quatrocentos e um mil quilômetros quadrados e vinte e nove municípios.

O Sul e o Sudeste, mesmo sendo as regiões mais desenvolvidas do País, têm áreas carentes de apoio federal e não foram esquecidos. Por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul e da Secretaria de Desenvolvimento da Região Sudeste, inúmeros projetos foram efetivados. Vou citar o controle de erosão do solo no noroeste do Paraná e o cadastramento de propriedades rurais.

Em 1980, criei o Programa Especial da Lagoa-Mirim, no extremo Sul, para promover a diversificação da produção agrícola, a construção de estradas, controle e enchentes e atendimento comunitário de populações de baixa renda.

No meu governo, dei especial atenção aos trabalhos de drenagem e retificação do Rio Tubarão, em Santa

Catarina, uma das maiores obras já realizadas no País. São importantes também as obras de construção de barragens de contenção do Rio Itajaí, em Santa Catarina, e no Rio Guaíba, no Rio Grande do Sul.

A SUDESUL teve expressiva participação no socorro às vítimas das enchentes que castigam o sul do País e nos trabalhos de reconstrução de cidades e equipamentos de infra-estrutura destruídos.

Ao lado deste trabalho regional, o Ministério do Interior realizou programas de âmbito nacional.

Quero destacar a assistência às áreas urbanas de concentração de pobreza. Para isso, instituí, em 1979, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

É preciso modificar a tendência das grandes cidades ao crescimento desordenado. Não se trata de frear o crescimento, mas distribuir a ocupação do espaço para evitar a excessiva concentração industrial, a queda do bem-estar e os danos ao meio-ambiente.

É preciso orientar os investimentos para o maior crescimento das cidades de porte médio e dos núcleos urbanos no Interior.

Já temos programas especiais para os problemas das grandes aglomerações de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. As cidades pequenas e de porte médio também contam com programas para antecipar e resolver problemas futuros gerados por seu crescimento.

Em 1981, instituí o Programa de Assistência aos Municípios — PAM, para assistência a projetos de urbanização, saneamento geral e melhoria de infra-estrutura de escolas e postos de saúde. Em dois anos, o PAM transferiu dezessete bilhões de cruzeiros a três mil duzentos e quarenta municípios.

De todos os programas ou projetos de alcance nacional, há um que se destaca pelo que realizou e pelo que representa para cada pessoa. É a obra realizada pelo Banco Nacional da Habitação. A crítica contra o BNH caracteriza-se pelo vigor e pela paixão. Não a descarto integralmente. Assim é que determinei que ele fosse adaptado às exigências do momento econômico-social.

Alguns números mostram o crescimento urbano esmagador que sofremos. Em apenas quarenta anos, o perfil demográfico brasileiro se inverteu. Em 1940, o censo demográfico registrava trinta por cento de habitantes urbanos contra setenta por cento de moradores no campo. Em 1980, os resultados do Censo mostram que a situação se inverteu — os urbanos cresceram para setenta por cento e os rurais diminuíram para trinta por cento. Em 1940, o Brasil tinha duas cidades com população entre quinhentos mil e um milhão de habitantes: Rio de Janeiro e São Paulo.

Hoje são cidades com mais de 1 milhão de habitantes: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Dessas, duas têm mais de 5 milhões de habitantes: São Paulo e Rio.

Pela primeira vez o crescimento da população urbana, no período 1970/1980, foi maior do que o crescimento da população total do País, no mesmo período. Enquanto a população total cresceu vinte e seis milhões, a população urbana aumentou vinte e nove milhões, atingindo oitenta e dois milhões de habitantes. O ritmo de crescimento da população urbana, no mesmo período, foi de 4,5% ao ano, enquanto o da população total foi de 2,4%.

Dois em cada três brasileiros vivem hoje nas cidades.

Considerando uma taxa de crescimento de 3,5% ao ano, inferior, portanto, à registrada no decênio passado, a população urbana duplicará em vinte anos. Isto é, por volta do ano dois mil, a população das cidades brasileiras será de cento e sessenta milhões de habitantes.

Para se ter uma idéia da amplitude do desafio que representa para a sociedade brasileira esse acelerado processo de urbanização, basta lembrar que para acolher esta população será necessário construir uma área urbana: casas, ruas, redes de abastecimento d'água, rede de esgotos, de energia e iluminação pública, edifícios para comércio, indústria e administração pública — equivalente a tudo o que se construiu até hoje no País desde o seu descobrimento. Significará construir cem Brasília. Um aspecto mais grave: essa urbanização acelerada foi marcada pela pobreza. Por isso, nas cidades brasileiras aglomera-se uma alta porcentagem de pessoas pobres que ocupam as favelas, os cortiços e suas áreas periféricas.

Fundado em 1964, o Banco Nacional da Habitação instituiu uma política voltada para o atendimento global das necessidades da população em termos de casa própria. Antes de 1964, iniciativas esparsas resultaram na construção de somente cento e vinte mil comparado à dimensão do problema.

Depois de 64, o Banco da Habitação implantou nova modalidade de construção e novos critérios de justiça e equidade para a aquisição de imóveis. Os que hoje criticam o banco devem lembrar-se que ele já efetuou financiamentos para a construção de mais de quatro milhões de moradias. Deste total, dois milhões e cem mil no meu governo.

Eu tenho consciência dos problemas ora enfrentados pelos mutuários da casa própria. A imprensa vem dando

realce aos insatisfeitos e às dificuldades de pagamento de alguns mutuários. Peço a sua atenção, meu caro telespectador, para o seguinte: o BNH já tornou possível a casa própria para quatro milhões e duzentas mil famílias. Um milhão de famílias já terminaram de pagar sua dívida, e três milhões e cento e vinte e sete mil pagam sem problema. Somente sessenta e cinco mil mutuários foram à justiça contra o BNH. Na primeira instância, o BNH ganhou mil e quinhentas causas e perdeu outras mil e quinhentas. Este é o retrato real.

Tenho procurado, com o Ministro do Interior, o Ministro do Planejamento e o Presidente do BNH, encontrar formas de aliviar as dificuldades de quem está pagando a moradia comprada pelo sistema financeiro de habitação. Foi instituído o bônus e aprovado o plano de equivalência salarial para reduzir as prestações da casa própria e permitir a reprogramação dos contratos de financiamento.

Há quatro anos atrás, ao passar pelos alagados de Belém, não me contive e disse ao Ministro do Interior que eu queria acabar com aquela miséria no Brasil, antes do fim do meu governo. Fizemos, para isso, o PROMORAR — Programa de Erradicação da Sub-Habitação, que já beneficiou dois milhões e trezentas mil pessoas, urbanizando, construindo casas e escolas, centros de saúde e núcleos de lazer para populações de baixa renda. No Rio de Janeiro erradicamos as favelas da Maré, Nova Holanda e Morro do Tibau, com saneamento, ruas e praças, escolas, unidades de assistência materno-infantil e quadras de esportes. O PROMORAR erradicou ainda a Favela de Alagados, na Bahia, Favela China-Japão, em Natal, a Favela Coroados, em Manaus, Favela Santa Terezinha, em Fortaleza, Favela Angelim, em Teresina e várias outras. O PROMORAR já

fez novas experiências, como o mutirão, que culminaram na criação do Projeto João-de-Barro, que já atendeu cento e duas mil pessoas carentes em diversas regiões do País.

Habitação e saneamento básico são ações conjuntas. O Plano Nacional de Saneamento — PLANASA implantou sistemas de abastecimento de água em 1.198 localidades, sendo 593 novas cidades e 605 distritos. Modernizou e ampliou os sistemas de abastecimento em outras 1.422 localidades. Mais de dezenove milhões de brasileiros passaram a ser beneficiados com o abastecimento de água potável, no período de 1979 a 1983.

Entre as ações de natureza social do Ministério do Interior, quero citar também a criação, em 1979, da Secretaria Especial da Defesa Civil, que orienta em todo o País as atividades de prevenção, assistência e recuperação em caso de calamidades. O povo e o Governo atuam conjuntamente com um único objetivo: proteger a vida e resguardar o patrimônio. A atuação da defesa civil é crescente no trabalho de conscientizar as autoridades e a população, e no atendimento às comunidades sujeitas a emergências.

Ainda na área social, o Projeto Rondon vem cumprindo um importante programa de ação comunitária, que envolveu, nos últimos cinco anos, seiscentos e oito mil universitários. Eles levaram seu trabalho à população de quase 2.000 municípios. Desenvolveram ações de saúde, educação, pesquisas e estudos.

Com a ocupação econômica de novas áreas no Centro-Oeste e na Amazônia, o problema das comunidades indígenas adquiriu dimensão de maior cuidado. A FUNAI desenvolve um trabalho muito amplo e com ênfase na regularização e demarcação de terras, saúde, educação e valorização da cultura indígena.

Da mesma forma, a ocupação de novas áreas exigiu atenção especial do Governo com a preservação dos nossos recursos naturais, da nossa fauna e flora. A Secretaria Especial do Meio-Ambiente, a SEMA já protege 10 estações ecológicas criadas no meu governo e está implantando outras 14 novas estações.

Em 1981, sancionei a Lei nº 6.938, que institucionalizou a política nacional de meio-ambiente, considerada uma das mais avançadas em todo o Mundo. O Brasil ocupará a Amazônia preservando seu vasto patrimônio natural.

Meus amigos,

Peço que reflitam sobre a transformação social e econômica que resultou do esforço do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Interior e os órgãos a ele vinculados. É uma transformação muito grande, porque o Brasil é grande e nós sabemos crescer conforme a nossa dimensão. A melhor prova disso está no que fizemos. Vou repetir.

No Nordeste, duplicamos o armazenamento de água, instalamos conjuntos industriais possantes e expandimos a produção agropecuária, onde antes só havia a seca, a miséria e o atraso econômico.

Na Amazônia, em cinco milhões de quilômetros quadrados, mapeamos tudo e identificamos incontáveis jazidas de minérios e terras propícias que já atraem e fixam populações inteiras, onde antes só havia o vazio e a selva.

No Centro-Oeste, hoje, a soja, o arroz, a pecuária e novas cidades cobrem as extensões antes abandonadas dos campos e do pantanal.

Graças ao sistema financeiro de habitação, o BNH construiu quatro milhões de residências, estendeu redes

de água e esgoto e melhorou as condições de vida em quase todos os quatro mil municípios da nossa terra. São vinte milhões de brasileiros que, sem o BNH, não teriam sua casa própria.

Tenho certeza que todos os brasileiros de alguma forma colheram os benefícios de tudo isto. Você, meu caro, telespectador, veja, no seu próprio caso, se eu não tenho razão, esteja você na Amazônia, no Nordeste, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, no Centro-Oeste ou no Sul. Foi para isso, é para isso que o Governo criou e realizou esses projetos.

Através da ocupação racional e ordenada dos imensos espaços vazios do território brasileiro, apoiando o homem rural e o homem urbano, num esforço enorme para transformar a desoladora imagem dos bolsões de pobreza, o Ministério do Interior realizou uma obra gigantesca para uma sociedade mais justa, mais integrada, mais humana.

Muito Obrigado, e boa noite.

22 DE NOVEMBRO  
HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ  
TUCURUÍ — PA

DISCURSO POR OCASIÃO DA INAUGURAÇÃO DA PRIMEIRA ETAPA DA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ

Meus Senhores:

A obra que hoje inauguramos prescinde de apresentações. Trata-se da primeira etapa da grande hidrelétrica que, concluída, colocará oito milhões de quilovátios a serviço do progresso desta região. Plantada no coração da Amazônia, não somente fornecerá energia a cidades como Tucuruí, Marabá, Belém, Vila do Conde, Imperatriz, como viabilizarão os grandes projetos desta nova fronteira do nosso desenvolvimento: Grande Carajás e a indústria do alumínio na ALUMAR, ALUNORTE e ALBRÁS. A estes, outros projetos seguirão, transformando substancialmente vastos espaços antes desocupados, abrindo novas perspectivas aos brasileiros que, afluindo de todos os quadrantes, vêm contribuindo com seu esforço para o desenvolvimento da Amazônia, obtendo, ao mesmo tempo, novas oportunidades de trabalho e de aperfeiçoamento e melhores condições de vida e de bem-estar.

Paralelamente à construção, progressos de toda a natureza foram sendo introduzidos na área. A telefonia, com discagem direta para a rede nacional e internacional, telégrafo, telex e radiofonia, estrutura básica de assistência à saúde, criação de nova rede escolar. Deu a ELETRONORTE exemplo de compreensão das responsabilidades empresariais e de visão do papel que deve desempenhar um projeto desta magnitude como pólo de desenvolvimento econômico e cultural.

Refletiu, assim agindo, nossa filosofia de governo, que vê no desenvolvimento não um fim em si mesmo, mas um meio para o aperfeiçoamento da Nação e para o bem-estar de nosso povo.

Tal como outras fronteiras de progresso, esta região viverá profundas mutações, graças à abundância de energia, às novas fontes de riqueza mineral, ligadas agora aos seus mercados consumidores, aos meios de transporte, rodoviário, ferroviário e fluvial.

Completada com as eclusas, a barragem facilitará a navegação do Tocantins, cuja vazão poderá doravante ser regularizada. Um dia, novas barragens serão elevadas a montante e o grande rio se transformará numa hidrovia de 2.500 quilômetros, ligando o Planalto Central Brasileiro à foz do Amazonas.

Meus Senhores,

É com grande satisfação que presido a esta cerimônia, marco de uma etapa do grande processo de desenvolvimento em que se empenha o povo brasileiro, ao qual, como Chefe da Nação e responsável pelo seu governo, dei meu irrestrito apoio.

Cumpro mais um de meus compromissos. Só a avalanche da crise internacional me terá impedido de realizar todos os propósitos, que me animavam.

Concluindo meu mandato, terei a certeza de que o possível foi feito. Terei, também, o orgulho de haver restaurado plenamente os instrumentos da democracia. Prometi. Jurei. Aí está.

Esfriadas as paixões partidárias, que submetem nossos contemporâneos, a História dirá o que foi o esforço que realizei para preservar a Nação durante os mais duros embates da crise econômica.

Este é um belo momento, momento de afirmação, momento de construção. O tempo da abertura desta vasta área ao progresso e à modernização. Obra desta importância só poderia ser realizada com a integração de muitas inteligências, e muito trabalho, de muita vontade.

Tucuruí, mais do que uma hidrelétrica, é um monumento à capacidade e à coragem do homem brasileiro. Um testemunho de maturidade tecnológica, de competência organizacional. Marco efetivo, concreto, das grandes realizações do presente, voltadas para o futuro. Seja esta festa dedicada a todos que, neste País, fizeram e fazem: a administradores, empreiteiros, engenheiros e, de forma especial aos duros e valentes trabalhadores, construtores de Tucuruí, fica-nos a esperança de que, os que farão, sejam dignos do que, até aqui, fizeram.

Muito Obrigado.



30 DE NOVEMBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO, EM CADEIA NACIONAL  
DE RÁDIO E TELEVISÃO, SOBRE O  
PROGRAMA DE GOVERNO NA ÁREA  
DO MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO  
PARA ASSUNTOS FUNDIÁRIOS.

Brasileiros:

O Governo tem o dever de trabalhar em todos os setores das necessidades da Nação. Ele não pode nem tem o direito de limitar suas atividades e os recursos disponíveis somente para projetos de valor imediato, de impacto político favorável.

Nos últimos 20 anos, conseguimos superar a nossa escassez de energia, a ausência de transportes e comunicações, e diminuir consideravelmente as desigualdades regionais, como mostrei nos pronunciamentos anteriores.

Tivemos de fazer tudo isso, mas ao mesmo tempo era preciso atuar com igual esforço e dedicação em outros campos.

Uma área vital era e continua a ser a da agricultura e da ocupação da terra. Em síntese, o problema da função social da propriedade da terra.

Hoje somos mais de 130 milhões de brasileiros, dos quais 90 milhões moram nas cidades. Trabalhando na indústria, no comércio, nos serviços, no Governo. Conseguimos grandes avanços nesses setores. Os confortos e vantagens da vida moderna, gerados pelo trabalho dos brasileiros das cidades, vão, pouco a pouco, se difundindo entre nossa população. Em programas anteriores já mencionei alguns frutos desse trabalho: a eletricidade, o automóvel, o metrô, o telefone, a televisão, Viver e trabalhar nas cidades só é possível porque milhões de outras pessoas se dedicam a produzir nossos alimentos. Essa é a grande tarefa a que se dedicam os 40 milhões de brasileiros que vivem no campo. Têm que produzir comida para si mesmos e para nós. Alimentar 130 milhões de pessoas e ainda gerar excedentes para exportação.

A própria natureza da atividade agrícola torna esse desafio mais difícil ainda, em razão de fatores que escapam ao controle do homem. Há anos de fartura. Mas também há anos de escassez provocada por geadas, secas, inundações. Por isso, em vez de ter a produção agrícola concentrada numa única área, é importante espalhá-la por várias regiões. Uma agricultura geograficamente diversificada funciona como um seguro natural contra problemas climáticos.

Por outro lado, todo agricultor aspira, justamente a ser proprietário da terra que cultiva. Por isso, o acesso à terra, a sua propriedade regular, é questão do mais relevante interesse social.

Antes de 1964, o País assistia à mera manipulação demagógica da questão agrária. A reforma agrária era tema usado exclusivamente como bandeira incendiária da ação política radical. Pregava-se a distribuição de terras, mas nada se efetivava nesse sentido. A política agrária e fundiária daquela época se esgotava nos dis-

curso em praça pública. As promessas não iam além dos palanques. Os registros oficiais indicam que de 1930 a 1964, o Governo Federal executou apenas 32 projetos de colonização, dando títulos de propriedade e assentando 25 mil famílias.

Eram questões da maior gravidade: a propriedade e a produção agrícola eram fatores que geravam a instabilidade social e a insegurança.

Hoje, são fatores de paz social, porque, com a ajuda de Deus e através de um esforço continuado e sério, estamos fazendo uma reforma agrária de proporções nacionais; e atingimos um nível de produção de alimentos adequado ao nosso abastecimento.

Com a criação do cargo de Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários acelerei a distribuição de terras. Só no meu governo 800.000 títulos foram entregues a novos donos. Chegamos a um milhão de títulos distribuídos. E eu tive a satisfação de entregar pessoalmente o título número um milhão. Eis a prova indiscutível da reforma agrária feita até agora. Um milhão de novos títulos. Mais de 5 milhões de pessoas foram beneficiadas. São 61 milhões de hectares de terra distribuídos; isso significa a soma dos territórios do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

Estamos realizando, de forma pacífica e democrática, uma imensa reforma agrária. Com seriedade e apoio ao homem do campo, sem desorganizar a produção, sem destruir a produtividade, rejeitamos os processos violentos e espoliativos, defendidos por aqueles que pensam que o problema se resolve somente na desapropriação e entrega das terras. Basta citar que o lote de terra entregue a cada novo colono representa apenas 10% dos custos totais requeridos para sua titulação e ocupação e

para tornar a terra produtiva. Os 90% restantes dos custos correspondem a serviços de mapeamento, demarcação, estradas de acesso, apoio de saúde, escolas, etc.

Por isso, surpreendendo-me quando alguns estrangeiros e mesmo muitos brasileiros ainda defendem, hoje em dia, a necessidade de se começar a fazer a reforma agrária. Prefiro atribuir essas propostas antes à falta de informação sobre o que já fizemos, do que admitir que são movidos pela má-fé e pela demagogia, para influenciar a opinião pública ou pregar a violência. Eu não hesito em afirmar: a reforma agrária, no Brasil, já está sendo feita. E eu lhe pergunto, a você, dona-de-casa, a você, trabalhador, que me ouve: que país no Mundo entregou um milhão de títulos em tão curto prazo? E ao mesmo tempo deu ao homem do campo toda assistência possível? Eu lhe peço que pense e avalie, com isenção. Tenho a certeza de que você nos fará justiça, e verá que, em silêncio, sem alardes, e sobretudo sem violência e sem traumas, nós já conseguimos praticamente resolver o problema da terra no Brasil. É sobre isto que lhe quero falar hoje.

Antes de 1964, a imagem agrícola do Brasil era a de simples plantação de café. Café plantado quase todo para exportar.

O café representava, naquela época, a metade das nossas exportações e uma grande parcela dos dólares que entravam no País.

Imensas regiões próprias para plantio permaneciam sem aproveitamento. Embora tivéssemos água em abundância, a irrigação era praticamente desconhecida. Mais da metade da nossa população vivia na área rural, mas o grande potencial agrícola permanecia desaproveitado.

Era a paisagem agrícola pintada por Monteiro Lobato que persistia; uma paisagem pobre, estagnada, nas mãos de um homem desamparado: o Jeca-Tatu.

Essa imagem derivava de um conjunto de ausências: faltava energia, faltavam estradas, faltava comunicação, faltava apoio de todo o tipo. Era o abandono do campo e do homem do campo.

Hoje, a nossa agricultura alimenta 130 milhões de pessoas, produz o álcool que substitui o petróleo e exporta uma gama variada de produtos.

Nestes 20 anos, a população do Brasil quase dobrou. Mas, graças a muito trabalho, a muito investimento, a produção nacional de grãos — feijão, arroz, milho, trigo, soja e outros cereais — passou de 19 milhões de toneladas, em 1964, para mais de 50 milhões de toneladas em 84. Isto significa que, nesse período, a produção cresceu mais do que a população.

Esse desempenho extraordinário o Brasil deve ao nosso agricultor, ao nosso homem do campo. Devemos esses resultados ao esforço dos trabalhadores e empresários rurais, que com otimismo, confiança e determinação preferiam empenhar-se no trabalho duro, mas gratificante, de plantar, de construir, de ganhar, do que esconder-se na inércia, ou no comodismo da crítica destrutiva e do pessimismo profissional.

Em relação às condições sociais no campo, adotamos uma política fundiária que repete os valores básicos do nosso regime político: a iniciativa privada, a justiça social e a harmonia entre as categorias sociais da produção. Aqui também o contraste com o passado é gritante. Como disse, antes de 1964, os próprios dirigentes políticos, em vez de trabalhar para resolver o problema, preferiam usar a reforma agrária como tema para discursos demagógicos, para agitação política. Era uma

atitude mais fácil do que se dedicarem com seriedade ao extenuante trabalho que é necessário para resolver os problemas de terras. A partir de 1964, os governos da Revolução mudaram radicalmente a maneira de tratar a reforma agrária. Em lugar de apenas falar no problema, começamos a trabalhar para resolvê-lo. O Governo adotou uma nova postura em relação à reforma agrária e à agricultura, para fomentar o desenvolvimento agropecuário, estimulando, amparando e fortalecendo a iniciativa do homem do campo. Optamos por um processo evolutivo que não se resume na simples distribuição de terras. No processo em curso, a desapropriação por interesse social constitui um dos instrumentos, junto com um elenco amplo de medidas, como a tributação progressiva, a distribuição de terras públicas, os projetos de colonização, a titulação de posseiros legítimos e a assistência técnica, de crédito, de saúde e de educação ao homem do campo.

O problema da terra é uma questão complexa, gerada ao longo de séculos de nossa história. Participaram da formação desse problema diversos elementos: a ocupação material do Território, desde o Descobrimento; as forças econômicas e sociais; o Governo Central; os governos estaduais. Além de suas raízes históricas, a questão da terra envolve, por outro lado, diversos aspectos: a preservação dos valores básicos da nossa organização política, o equacionamento da produção agrícola, o aumento da produtividade, a garantia da justiça social. A reforma agrária requer a consideração cuidadosa e a justa conciliação de todos esses aspectos. Exige, além disso, um enorme volume de trabalho material: mapeamento, levantamentos topográficos, medição e demarcação de terras, exame acurado de vasta documentação, muitas vezes antiga e incompleta. Em suma, é questão muito

complicada para ser resolvida com palavras de ordem e discursos. É questão muito séria para ser usada como pretexto para a agitação político-partidária ou, pura e simplesmente, como plataforma eleitoral.

O nosso grande crescimento populacional aumentou a pressão por terras e por alimentos e impulsionou a penetração para o Interior, incentivando a ocupação do nosso Território. Novas estradas foram abertas, criando a possibilidade de utilização de terras que antes não tinham valor econômico por estarem isoladas do mercado. E a própria abertura das estradas aumentou a pressão pela ocupação de novas terras. Situadas em regiões distantes e de baixo valor, essas terras em geral têm, por isso mesmo, uma situação confusa quanto à definição da propriedade. Por outro lado, historicamente, a ocupação efetiva sempre precedeu a regularização e a legalização da terra. Por isso, tanto no nosso direito agrário, quanto no próprio conceito popular, a ocupação e a posse da terra sempre foram consideradas como um critério muito forte para a definição da propriedade.

O conflito de terra surge da combinação desses quatro elementos: a pressão populacional, o surgimento da possibilidade de utilização de uma terra antes sem valor econômico, a situação dominial confusa dessa terra e a força da posse na consciência popular e no direito. Esse é um problema que esteve presente durante toda nossa história, acompanhando a expansão da nossa fronteira agrícola. Ocorreu no oeste paulista, no século passado, e no oeste do Paraná, no fim da primeira metade deste Século. E até hoje, quarenta anos depois, ainda estamos tratando de regularizar situações de propriedade no Paraná. Ambas essas regiões têm agora uma situação fundiária quase consolidada, restando ainda alguns casos a solucionar. Com a expansão de nossa fronteira agrícola

para o Centro-Oeste, para o Noroeste e na Região Norte, esse problema volta a repetir-se. É preciso, porém, não exagerar suas dimensões, como alguns fazem por má-fé e outros por sensacionalismo ou ignorância. Entre os cerca de cinco milhões de imóveis rurais cadastrados no INCRA, menos de 0,02 por cento é objeto de algum tipo de conflito.

Como disse anteriormente, foi apenas a partir de 1964 que ocorreu uma ação governamental efetiva para resolver o problema. Antes, ou não havia qualquer atuação do Governo, ou essa ação serviu mais para agitar, em vez de resolver, o problema.

Com a Proclamação da República a competência para legislar sobre terras e para administrar as terras públicas passou do Governo Central para os governos estaduais. A União só tinha jurisdição sobre uma faixa de terra ao longo de nossas fronteiras e sobre os chamados terrenos de marinha. Essa situação perdurou até 1964.

Nesse período em que os governos estaduais eram responsáveis pelo assunto, a questão da terra foi muitas vezes agravada.

Cada Estado criou sua própria legislação de terras e seus próprios mecanismos administrativos. A ausência de uniformidade nos pontos principais trouxe vários reflexos negativos. Foram concedidos imensos latifúndios, muitos deles para estrangeiros; terras eram vendidas mediante simples requerimentos; os direitos de posseiros já existentes não eram considerados; projetos de loteamentos eram aprovados apenas no papel e os lotes eram vendidos sem sua prévia identificação no terreno; títulos de terra eram concedidos e registrados em cartório sem medição e demarcação no terreno.

Em 1964, por iniciativa do Governo Federal, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Terra. Aca-

bamos de comemorar o 20º aniversário dessa lei que é considerada um marco na história agrária do Brasil. O Estatuto da Terra é a base e a inspiração de toda a política fundiária do Governo. Muito foi feito para implementá-lo nesses 20 anos, especialmente em minha administração.

O Estatuto da Terra adota uma opção democrática para resolver o problema da terra. Democrática porque leva em consideração os interesses de toda a sociedade e não apenas de uma classe ou de um grupo. O Estatuto da Terra reconhece e procura atender e conciliar de forma justa e equilibrada os interesses do trabalhador rural, do empresário rural e do consumidor urbano de alimentos. Reconhece e protege o direito de propriedade daquele que explora adequadamente a sua terra. Mas ao mesmo tempo exige do proprietário que a terra cumpra sua função social; isto é, que apresente nível adequado de produção e produtividade; que se garantam relações de trabalho justas para os trabalhadores rurais; que se promova o bem-estar do homem do campo; que se preserve o meio-ambiente. Quando a função social da terra não é atendida, o Estatuto prevê punição, seja através de impostos cada vez mais altos, seja através da desapropriação por interesse social.

Na Região Centro-Sul o próprio dinamismo da iniciativa privada foi determinando um ajustamento da situação fundiária às necessidades do processo de desenvolvimento. Nesse caso a correção de situações marginais de mal aproveitamento de terras pôde ir sendo feita, na maior parte dos casos, pelo aumento crescente do Imposto Territorial Rural. Hoje, 60 por cento dos 4 milhões e 800 mil imóveis cadastrados pelo INCRA estão sujeitos à tributação. Ficam isentas somente as pequenas propriedades, até 25 hectares, exploradas pelo seu proprietário.

Determinei sempre a desapropriação daquelas terras que, por não estarem cumprindo sua função social, estivessem causando situações de conflito e tensão. Com isso, grandes latifúndios mal aproveitados foram divididos em propriedades menores e produtivas. Nessas desapropriações, o Governo indeniza em dinheiro as benfeitorias existentes e paga a terra com Títulos da Dívida Agrária. No meu período de governo foram desapropriadas por interesse social 124 imóveis, com uma área total de 3 milhões de hectares. Desde 1964, mais de 13 milhões de hectares de terra já foram desapropriados, e destinados ao assentamento de centenas de milhares de famílias. A área total desapropriada desde 1964 é maior do que os Estados de Pernambuco e Alagoas somados.

Nas regiões pioneiras, onde a pressão populacional é menor e há muitas terras públicas, determinei a execução de um vasto programa de distribuição de títulos. Atualmente estão sob a jurisdição do Governo Federal a faixa de 150 km, ao longo de nossas fronteiras, e faixas de 100 km de largura, de cada um dos lados das rodovias federais na Amazônia legal. As demais terras, representando dois terços do Território Nacional, continuam sob a jurisdição dos governos estaduais.

Durante meu governo realizamos um extraordinário programa de distribuição de terras públicas. Entre 1964 e 1978, o INCRA havia entregue 196 mil títulos de terra correspondentes a uma área de 11 milhões de hectares. De 1979 até agora, distribuimos mais 804 mil títulos, equivalendo a uma área de mais de 50 milhões de hectares. Para que você tenha idéia da extensão total dessa área, basta dizer que corresponde, como já assinalei, aproximadamente à superfície do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, somados. Nesses 6 anos conseguimos fazer mais de quatro vezes tudo que havia sido

conseguido nos 14 anos anteriores. Nos meses que me restam de governo, deverão ser distribuídos mais 200 mil títulos.

Cerca de 93 por cento dos lotes distribuídos situam-se na faixa de até 100 hectares. Milhares de agricultores estão se transformando em médios proprietários rurais. Estamos criando no Brasil uma verdadeira classe média rural. Colonos que estão trabalhando há apenas 3 anos no Projeto Lucas, do Rio Verde, em Mato Grosso, por exemplo, já recusaram ofertas de dezenas de milhões de cruzeiros por seus lotes. Em Ouro Preto do Oeste, em Rondônia, já há casos de colonos que há 10 anos estão cultivando cacau, café e borracha e rejeitam propostas ainda mais elevadas por suas terras. Mesmo onde a fertilidade do solo é mais modesta, como na Transamazônica, os lotes com pastos são igualmente valiosos. Eis a melhor prova de que é o trabalho do homem que valoriza a terra.

O volume de trabalho legal e demarcatório que existe atrás de cada título entregue é enorme. Numa primeira etapa, o INCRA e o GETAT fazem o trabalho de discriminação para separar as terras públicas das terras particulares.

Durante meu governo, mais do que dobramos o total de terras discriminadas. Até 1978, 45 milhões de hectares haviam sido discriminados. De 1979 até hoje, esse total atinge mais de 91 milhões de hectares. Uma área equivalente a toda a Região Sudeste.

Depois de separadas das terras privadas, as terras públicas são arrecadadas, isto é, registradas em nome da União. Posteriormente são demarcadas. O trabalho de demarcação é muito caro e lento, pois consiste em traçar os limites físicos das propriedades no terreno. No meu governo, 82 milhões de hectares de terra foram arrecadados, e cerca de 15 milhões demarcadas. Hoje, o esto-

que de terras públicas à disposição do próximo governo para continuar esse programa é da ordem de 52 milhões de hectares.

Estes extraordinários resultados não teriam sido possíveis sem a dinamização institucional, o uso de moderna tecnologia e o aporte de recursos financeiros. Nomeei em 1982 um Ministro de Estado Extraordinário para coordenar todas as atividades no setor fundiário. Dois novos órgãos de terras foram criados para atuar em regiões específicas: o GETAT, Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins e o GEBAM, Grupo Executivo para o Baixo Amazonas. O INCRA foi dinamizado. E já sancionei a lei de iniciativa do Executivo, que o torna ainda mais apto a atender os problemas fundiários. Os vários Ministérios que têm algum tipo de envolvimento nos assuntos fundiários passaram a ter uma ação mais integrada.

Temos também procurado dar assistência técnica e financeira aos 21 órgãos estaduais de terra a fim de melhor aparelhá-los para o desempenho de sua tarefa. Embora grande parte da responsabilidade pela questão fundiária caiba aos governadores estaduais, até 1964 existia apenas um órgão estadual de terra. De 1964 a 1978, sete novos órgãos estaduais foram criados. Desde 1979 surgiram mais de 13 novos órgãos de terra.

Defensor intransigente do regime federativo, tenho prestado o mais amplo apoio a esses órgãos, independentemente da coloração partidária dos governos estaduais. A todos assistimos com o único e exclusivo propósito de colaborar para a solução adequada dos problemas fundiários em cada Estado. Através de convênios firmados pelo INCRA e pelo GETAT, o Governo Federal destinou aos órgãos estaduais Cr\$ 74 milhões, a

maior parte oriunda do FINSOCIAL. Estes convênios beneficiaram 282 mil famílias, envolvendo uma área de mais de 7 milhões de hectares.

Passamos a fazer uso intenso da aerofotogrametria para o mapeamento, e da informática, para a emissão de plantas e títulos. Isso tem permitido maior velocidade e precisão no processo de titulação. Há 20 anos tínhamos somente 8 por cento do território brasileiro mapeado, com exatidão e em escala adequada para os trabalhos fundiários. Hoje, inclusive graças ao trabalho do RADAM, já ultrapassamos 77 por cento, dos quais 40 por cento feitos no meu governo.

Na área jurídica, instituí o usucapião especial, que reduz o prazo para a transformação das posses legítimas em propriedade. É preciso que os brasileiros, em particular os nossos homens do campo, conheçam o que é o problema da terra e, mais importante ainda, saibam como fazer valer seus direitos. Para isso, o Governo publicou o «ABC da Terra». É uma publicação de leitura fácil, já distribuída de graça para milhões de agricultores. Fizemos também uma coletânea dos mais de cem textos legais e decisões judiciais sobre a questão da terra. Isso facilita o trabalho de juizes e advogados que têm de decidir sobre o assunto. Estamos agora elaborando um anteprojeto-de-lei para consolidar toda essa legislação, onde serão caracterizados os institutos do nosso direito agrário e previstos novos mecanismos mais rápidos para os processos judiciais nessa área.

Este é o balanço que queria trazer a você sobre o que fizemos para implantar, de fato e de direito, a reforma agrária no Brasil. Com paz e tranqüilidade, e tendo por objetivo assegurar a justiça social e o aumento

da produtividade. Todo esse trabalho veio atender a esse reclamo histórico, que há décadas era formulado por nossa sociedade.

Recapitulando o que lhe disse, peço-lhe que pense em tudo o que fizemos:

— primeiro, montamos toda uma organização moderna, competente e habilitada para cuidar de todos os aspectos técnicos, jurídicos, econômicos e sociais envolvidos na questão da terra;

— segundo, mapeamos, discriminamos, arrecadamos e distribuímos milhões de hectares de terra, para um milhão de brasileiros que antes não a possuíam;

— terceiro, deixo para o próximo governo, já discriminados e registrados, e portanto prontos para serem distribuídos, mais de cinquenta milhões de hectares de terras públicas.

Em suma, no meu governo, aplicamos, na letra e no espírito, o Estatuto da Terra. Beneficiamos a milhões de brasileiros, que por sua vez, nos beneficiam a todos, contribuindo para a produção de alimentos para você, que vive na cidade. Estamos fazendo a reforma agrária sem prejudicar a produção e respeitando todos os valores do nosso sistema jurídico e político. Graças a este processo, tivemos uma enorme expansão da nossa fronteira agrícola. Incorporamos ao sistema produtivo grandes manchas de terras férteis de nosso Território. Nesse processo, continuamos a ocupação do nosso Interior. Novas cidades surgiram. Um novo Estado, Rondônia, foi consolidado.

A propriedade de terra é hoje acessível a quem deseje usá-la bem, para produzir em benefício próprio e da nossa sociedade.

Esses são fatos, são realidades que trago a seu exame e reflexão. Estou seguro de que, com essas informações, com esses dados concretos, você fará justiça aos milhares de técnicos, de geógrafos, de advogados, de topógrafos e de funcionários que trabalharam para realizar, em paz e com tranqüilidade, a reforma agrária em nosso País.

Muito Obrigado, e boa noite.



5 DEZEMBRO  
CLUBE DA AERONÁUTICA  
BRASÍLIA — DF  
DISCURSO POR OCASIÃO DO ALMOÇO COM OS OFICIAIS-GERAIS

Meus Camaradas:

Reunimo-nos, hoje, pela última vez, neste almoço anual, Oficiais-Generais com seu Comandante Supremo.

No próximo dia 15 de março estarei passando este Comando ao meu substituto legalmente eleito. Naquele dia estarei passando não apenas responsabilidades, deveres ou prerrogativas. Estarei passando também, e sobretudo, a tranqüilidade que inspiram Forças Armadas patrióticas por formação, democráticas por convicção, coesas pela doutrina e conscientes da grandeza dos valores compartilhados.

Ao longo desses seis anos caminhamos todos juntos na construção de um novo momento para o País, despidos da ambição da glória pessoal, mas com o pensamento voltado para a glória da Pátria. Em favor dela, buscamos construir a riqueza nacional, mesmo à custa da nossa riqueza. Solidários, nos opusemos com decisão aos que tentaram impedir esta obra comum, enquanto esquecemos os agravos e a incompreensão daqueles que

sistematicamente buscaram nos denegrir, com todos os meios.

A grandeza da profissão militar reside exatamente neste comportanto ético e nesta postura moral que nossas Forças Armadas assumem como parte da sociedade brasileira.

Como parte da sociedade brasileira, as Forças Armadas tem seus deveres e direitos perfeitamente definidos pela lei, e inquestionados pela doutrina.

Da lei e da doutrina, decorre a responsabilidade comum pela Segurança Nacional, responsabilidade que é de toda a comunidade brasileira. Atribuir às Forças Armadas a responsabilidade exclusiva pela Segurança Nacional significa deturpar a essência de seu conceito.

A Segurança Nacional é dever inalienável de todos os homens, mulheres e crianças que aqui nasceram ou que, voluntariamente, optaram pela nossa nacionalidade. É dever de cada cidadão opor-se aos desvios individuais ou coletivos que, de qualquer maneira, ameaçam o bem-estar social, a instituição política ou o desenvolvimento econômico, portanto, a Segurança Nacional.

Esses desvios representam uma ameaça à estabilidade da Nação tão grande, e mesmo maior, que as ameaças representadas por eventuais ações militares adversas.

Cito como exemplos dessa ameaça a desagregação social, a disseminação do uso de drogas, a corrupção da vida pública e das relações pessoais, o enfraquecimento dos valores, o individualismo selvagem, a perda do sentimento de fidelidade, o afrouxamento dos usos e costumes, o desrespeito à lei. Para tais desvios não há solução militar, como não há para as desigualdades sociais, para a deterioração do comportamento político, para a crise econômica.

No entanto, existirá sempre um caminho de superação desses males, na medida em que as pessoas e as instituições assumirem a sua responsabilidade na garantia da estabilidade social que dá segurança à Nação. Esta garantia está mais em suas mãos do que nas mãos das Forças Armadas.

O processo de democratização que avalizamos para o País, tanto quanto um processo de transferência do poder é, pois, um processo de transferência de responsabilidade. De assumi-las, a sociedade não pode furtar-se.

Dentro deste contexto, as Forças Armadas estão a serviço de uma parcela muito definida da Segurança: a Defesa Nacional. Para esta função de Defesa Nacional, específica e explícita, impõe-se a existência de estruturas permanentes e altamente especializadas, capazes de renovar-se constantemente na doutrina e nos meios, e de alcançar, assim, o máximo de eficácia na ação.

Isto exige dedicação total, ritmo acelerado de evolução tecnológica, aprestamento contínuo, pronta capacidade de ação ou reação para dissuadir, deter, retaliar, prevenir, enfim, danos de qualquer espécie ao nosso Território, ao nosso patrimônio, ao nosso povo.

Oxalá que o estado natural de Segurança garantido pela Nação diminuísse a necessidade de deflagrar as ações de Defesa para as quais as Forças Armadas estarão sempre e adequadamente aprestadas, em exercício contínuo.

No desempenho desta nobre e nobilitante missão, vejam os Senhores, a comunidade nacional, como um todo, estará, também, permanentemente engajada na disponibilidade de seus meios de produção, na reserva de ânimo e na força moral com que se unirá aos brasileiros de farda, no esforço comum de preservar o que

nos foi legado, assegurar a grandeza do Brasil e a felicidade dos brasileiros.

A esta destinação essencial, somam-se finalidades secundárias e complementares, postas, igualmente, em nossos ombros. É preciso, no entanto, como alertou o Marechal Castello Branco de forma muito oportuna, estar atento, porque as finalidades secundárias, «quando amplificadas, podem acarretar o esquecimento das essenciais, bem como tornar precária a execução das complementares com a retirada dos meios para as ações de qualificação acessória».

O chamamento ao exercício eficaz destas tarefas é o próprio chamamento da Pátria, e confio sem qualquer sombra de dúvida, que a ele as Forças Armadas saberão responder com determinação e orgulho.

Nenhuma nação pode prescindir de suas forças armadas; porém, as forças armadas de qualquer nação, jamais poderão ser permanentemente o elemento básico de controle social. Aceitar uma ou outra hipótese constituiria erro fatal. Nenhum poder se manterá apoiado unicamente na força e, menos ainda, na violência; nenhum poder se manterá apoiado unicamente na luz da razão, por mais inspirada que seja. Ambas as hipóteses se tornarão rapidamente caricaturas de uma pretensa formulação de autoridade. Só o passado comum consolidado em valores e tradições capazes de inspirar o sentimento e o orgulho pátrio pode legitimar e sustentar uma estrutura de poder.

Esta Nação possui um passado do qual podemos e devemos nos orgulhar. Esta Nação, com o suor e o sofrimento de seus filhos, construiu e constrói um patrimônio como poucos no Mundo, desprezando as sombrias previsões dos pregadores do derrotismo, dos cimi-

cos, dos irônicos, descrentes de nossa capacidade, da capacidade do povo brasileiro.

Meus Senhores,

O orgulho de vestir uma farda deverá ter a mesma dimensão do orgulho que a Nação tenha pelos homens que a usam. Qualquer mudança nesta equação representa um desvio a ser pesquisado em suas causas e a ser corrigido.

O conceito de orgulho está normalmente associado ao de virtude, e, como já nos disse Platão, a virtude de uma coisa é aquele estado ou condição que lhe permite desempenhar bem a sua própria função. Da mesma forma que a virtude de uma faca é o gume, a virtude das Forças Armadas é a eficiência, e a virtude do moderno estado pluralista é a tolerância, um estado de espírito que permite à democracia formular, concretizar e defender seus objetivos e ideais. É nesta tarefa que a sociedade deve ter em mente a condição plural que caracteriza o ser humano.

A lealdade dos indivíduos ao Estado, só floresce e se afirma nesta pluralidade. Só as sociedades utópicas imaginam poder construir a Segurança do Estado simplesmente pela lealdade individual. É preciso que esta lealdade se apóie e se fortaleça na pluralidade dos grupos sociais e das instituições diversificadas, tolerantes entre si e por isto democráticas.

No debate entre esses grupos, na disputa pelo poder, pela hegemonia econômica ou social, dentro dos limites da sã convivência, os homens reforçarão os laços que viabilizam a sociedade, fortalecerão sua personalidade e consolidarão os seus valores.

As Forças Armadas, porém, compõem como instituição, um grupo diferente, na medida em que não com-

petem com outros grupos, pelo contrário, representam para todos a garantia maior, coletiva, imparcial e isenta. Assim, devem ser vistas e acreditadas. E serão tão mais acreditadas, e a Nação terá mais orgulho delas, e estará tão mais segura por causa delas, quanto mais eficientes elas forem no cumprimento destas tarefas.

Meus Senhores,

Novos tempos estão chegando. Que Deus ilumine e guie nosso futuro Presidente. Que nossas Forças Armadas tenham a eficiência de que a Nação necessita. Que nossa sociedade atinja um real estágio de convivência e responsabilidade política, séria, comprometida com os ideais da democracia.

Nossas Forças Armadas estiveram sempre presentes no passado, estão assegurando este presente e defenderão nosso futuro livre, poderoso e democrático.

Obrigado, Ministro Délio, pela fraterna saudação que, em nome de todos, me fez.

Obrigado caros Amigos e companheiros,  
Proponho um brinde ao futuro do Brasil.

6 DE DEZEMBRO

BR-163

SINOP — MT

IMPROVISO POR OCASIÃO DA  
INAUGURAÇÃO DA PAVIMENTA-  
ÇÃO DO TRECHO DA BR-163, EM SI-  
NOP.

Nós, brasileiros de hoje, aprendemos, desde criança, a respeitar e aplaudir os feitos daqueles bravos portugueses que, há menos de cinco séculos atrás, desafiando o desconhecido, aportavam a estas terras. A descoberta do Brasil, entretanto, só prosseguiu na verdade quando na cidade dos bandeirantes que, ajudados pelos habitantes locais, iniciaram a hoje tão falada marcha para o Oeste, delineando em menos de três séculos as nossas fronteiras de hoje. No entanto, a verdadeira descoberta neste País, aquela que veio de fato, dá aos seus filhos a possibilidade de encarar um futuro menos cruel do que o presente, aquela que veio dizer a todos nós que nós somos um país rico. Aquela que veio possibilitar, já na nossa geração, as benesses das riquezas do seu interior. Esta é a verdadeira descoberta que está sendo feita por vocês.

Executores dessa marcha para o Oeste, os Senhores vieram de fato mostrar aos brasileiros do Atlântico que aqui na floresta amazônica estão as riquezas que poderiam dar a felicidade a todos os 8.500 quilômetros qua-

drados e aos seus já hoje 135 milhões de habitantes. A tenacidade, a perseverança, a vontade com que os Senhores adentraram por esta Amazônia para mostrar aos litorâneos que de fato os bandeirantes estavam com a razão... Mas os Senhores fizeram mais, vieram de carro e construíram. Ao agradecer aos mato-grossenses de Sinop a maior das recepções que acabam de me dar, eu queria, eu mesmo, agradecer em nome de todos os brasileiros, aquilo que os Senhores fizeram nesses dez anos e que daqui a mais dez anos todo o Brasil contará como sendo fato que na verdade trouxe o Brasil e as suas riquezas para junto de outros brasileiros. São fato que hoje presencio. Esta recepção muito me emocionou; eu digo que, apesar das decepções, apesar das injustiças, apesar das ingratidões, apesar das calúnias, apesar das mentiras as mais deslavadas possível, que não respeitaram por vezes a intimidade do meu lar, a minha honra e a dos meus filhos, apesar, porque não dizer também, das tristezas das traições, apesar de tudo isso, eu digo aos mato-grossenses de Sinop que valeu a pena. Valeu a pena porque só assim eu pude presenciar essa nova descoberta do Brasil. E posso deixar o Governo na certeza de que antes de eu morrer eu hei de ver esta terra com seu povo feliz e, quanto aos demais brasileiros, um pouco do produto do seu trabalho. Repito aos Senhores que valeu a pena, apesar da idade e do sofrimento desses seis anos, eu digo aos Senhores que só por isso eu seria capaz de repetir tudo de novo. Repetir tudo de novo não porque o poder me atrai, ao contrário, eu não gosto do poder, não porque tenha ambição alguma no futuro, nada mais quero ser no futuro do que um simples brasileiro como vocês. Mas apenas pelo prazer que eu teria de poder voltar aqui e abraçá-los, abraçá-los e mostrar que não os esqueci e para mostrar àqueles que me agrediram durante esses seis anos que deixo o Governo mais

perto do povo do que quando entrei — e eles sabem que, fora do Governo, deste meu povo eu não me afastarei. E se tudo correr como espero, eu estarei aqui de volta. Estarei aqui de volta para ver o fruto do trabalho de vocês, comandado pelo Governador Júlio Campos. E quero dizer aqui, nesta terra, perante Deus, as luzes que trouxe a mim e ao Governador para tomar aquelas decisões que hão de fazer a felicidade de vocês.

Muito Obrigado.



7 DE DEZEMBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA,  
EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO  
E TELEVISÃO, SOBRE SEU PRO-  
GRAMA DE GOVERNO NA ÁREA  
DO MINISTÉRIO DA AGRICULTU-  
RA.

Brasileiros:

Tivemos uma fase de crescimento extraordinário nestes 20 anos. Cidades, indústrias, estradas, usinas hidrelétricas multiplicaram-se por todo o País.

Ao mesmo tempo, fizemos e estamos fazendo uma reforma agrária, cuja dimensão basta para calar os detratores: um milhão de títulos de terras entregues aos seus novos donos; 61 milhões de hectares distribuídos. Quantos países cabem nessa área!

Acima de tudo, uma reforma agrária pacífica, organizada, cuidadosa, desde o levantamento do tipo do solo até o apoio financeiro ao agricultor, como descrevi em meu pronunciamento anterior.

Você que trabalha numa fábrica, numa loja, num escritório, você depende de outros brasileiros que produzem os alimentos para você. Essa é a importância da Agricultura para você. Essa é a responsabilidade dos 40

milhões de brasileiros que vivem no campo: além de garantir seu próprio sustento, têm que produzir alimentos também para nós.

Mais de 90 milhões de brasileiros vivem e trabalham nas nossas cidades. Para alimentá-los, era preciso fazer a reforma agrária, era preciso expandir a nossa fronteira agrícola. Nossa vida ficaria muito difícil sem o aumento da produção de alimentos, sem a expansão da Agricultura.

Vamos pensar um pouco sobre o tamanho desse desafio: produzir alimentos para cento e trinta milhões de pessoas; e ainda produzir excedentes para exportar. Tudo isso, enfrentando um fator que ninguém controla: as variações climáticas, a seca, as enchentes, o sol e a chuva.

A vida urbana mudou os hábitos de consumo. O homem da cidade quer consumir mais carnes, verduras, frutas e óleos vegetais. E não dispensa os alimentos tradicionais como o feijão, o arroz e a mandioca. A mudança de hábitos de consumo e a crise energética colocaram pesadas responsabilidades sobre a agricultura.

Por outro lado, o ambiente em que trabalha o nosso homem do campo é muito variado. As terras de grande fertilidade do Centro-Sul, o Nordeste assolado pela seca, os cerrados do Centro-Oeste, a selva chuvosa da Amazônia. Uma agricultura de grandes e pequenos proprietários. Agricultura tradicional e primitiva ao lado das técnicas mais modernas do Mundo. Que ainda tem 300 milhões de hectares para conquistar. Com muitos problemas resolvidos e muitos para resolver.

Felizmente, a Agricultura nos últimos vinte anos teve um desenvolvimento extraordinário. Quero fazer dois registros, que mostram o valor do que faz a nossa agricultura. O primeiro, o fato mais significativo deste Sécu-

lo: a conquista dos cerrados. Tornada possível pelo esforço irmanado do nosso pesquisador e de nosso agricultor. São 210 milhões de hectares antes inaproveitáveis. Hoje 30% da produção agropecuária já vem do cerrado. O segundo registro, assumimos a liderança absoluta na pesquisa tropical e exportamos técnicas agropecuárias para mais de 50 países. Técnicas modernas permitiram explorar de forma mais racional e eficiente as áreas agrícolas mais antigas, nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Ao mesmo tempo, partimos para a ocupação agrícola de novas áreas no Centro-Oeste, no Nordeste e na Amazônia. Brasileiros de toda a parte estão realizando essa epopéia de colonização, incorporando milhões de hectares de novas terras à nossa produção. Brasileiros que acreditaram no lucro do trabalho da terra e foram para as regiões pioneiras em vez de ficar, sem emprego, amontoados nas favelas das Capitais.

A partir de 1964, o Governo adotou uma postura nova em relação à Agricultura. Antes só se preocupava com produtos isolados, conforme o valor de cada produto para exportações, como o café, o cacau, a cana-de-açúcar. A ação do Governo, que era dividida em segmentos estanques, passou a ser articulada, harmônica, integrada.

Quero trazer ao conhecimento de todos o elenco de medidas que o Governo executa, nessa política integrada de apoio à produção de alimentos, ao agricultor, ao pecuarista; medidas que começam com o financiamento da semente antes de plantar, acompanham a colheita, a armazenagem, o transporte, e vão até o mercado, onde você, por tudo isso, vai encontrar os alimentos para sua casa, para sua família.

A produção de grãos — soja, milho, feijão, trigo e arroz — 19 milhões de toneladas em 1964, aumentou pa-

ra mais de 50 milhões de toneladas em 84. O rebanho bovino de 84 milhões de cabeças em 64 cresceu para mais de 123 milhões hoje.

Esses números mostram que, de um modo geral, nos últimos 20 anos, a produção de alimentos cresceu mais do que a população, resultado que poucos países podem apresentar.

Mais impressionante é o desempenho agrícola no aumento das exportações e na substituição de importações. As exportações agrícolas cresceram à taxa média superior a 10% ao ano, saltando de 1 bilhão e 300 milhões de dólares para mais de 10 bilhões de dólares. Sem contar as exportações de manufaturados e semi-manufaturados que usam matérias-primas agrícolas.

Conseguimos uma economia de divisas vital ao substituir petróleo importado, com a produção de álcool combustível; de menos de 400 milhões de litros em 64, com PROÁLCOOL chegamos aos atuais 9 bilhões e 300 milhões de litros.

Decidi, no início do meu governo, dar prioridade à Agricultura. Isso era necessário, no contexto das medidas para fazer face à crise econômica internacional.

Iniciativas dos governos anteriores davam suporte firme à minha decisão: o Estatuto da Terra, divisor de águas da questão fundiária; o Sistema Nacional de Crédito Rural e a política de garantia de preços mínimos dos produtos essenciais para a nossa alimentação; a política de minidesvalorizações cambiais, que afastou os constantes prejuízos do exportador agrícola; o sistema EMBRAPA-EMBRATER, que deu impulso à pesquisa agropecuária e à extensão rural; o PROAGRO, programa de seguro apropriado para reduzir o risco da atividade rural.

Os aumentos não previstos no preço do petróleo em 73 e 79, a valorização do dólar e a elevação brutal nas taxas de juros internacionais, a partir de 1980, trouxeram enormes dificuldades para nós. Foi o fim da energia farta e barata; o fim do dinheiro fácil e a juros baixos.

Foi necessário reorientar o nosso crescimento para setores de maior uso dos recursos disponíveis no Brasil e de menos dependência de importações. A Agricultura utiliza terra, água e mão-de-obra, recursos abundantes no Brasil. É o setor da economia que menos usa importações. E o capital investido na Agricultura produz lucros em prazo menor comparado com outros setores. Isso é muito importante, quando há escassez de recursos financeiros e quando as taxas de juros estão elevadas.

Além da situação internacional adversa, tivemos em 1978 e 79 dois anos maus para a Agricultura, com geadas, secas prolongadas em algumas regiões e excesso de chuvas em outras.

Quando assumi o governo, essa situação de quebra de safra ocasionava a elevação dos preços dos produtos agrícolas, crises de abastecimento, filas e necessidade de importações de alimentos.

Tanto o contexto internacional, quanto a situação interna, portanto, motivavam o Governo a dar prioridade para a Agricultura.

Defini como objetivos: primeiro, aumentar a produção de alimentos para o povo e de matérias-primas para as nossas indústrias, garantindo o abastecimento interno, amenizando a inflação e gerando ganhos reais; segundo, aumentar as exportações agropecuárias e substituir importações, especialmente na área da energia; terceiro, melhorar o padrão de vida do homem do campo.

Esses objetivos só poderiam ser atingidos com o aumento da produtividade e a garantia de lucro razoável no

setor agrícola. Ninguém produz para ter prejuízos. Todos os que trabalham, os que produzem, desejam e merecem ter lucro com o seu trabalho.

Aprovei um conjunto de medidas para incentivar o agricultor, para aumentar a produção, para facilitar o abastecimento das nossas cidades, para melhorar as condições sociais no campo. Vou resumir as principais medidas e seus resultados.

Para incentivar o produtor e aumentar a produção utilizamos o crédito rural, o seguro rural, a pesquisa e a extensão rural, os programas de expansão, de irrigação e de eletrificação das áreas agrícolas.

Através do crédito rural, foram concedidos aos agricultores, a preços de hoje, cerca de 118 trilhões de cruzeiros, sob a forma de crédito subsidiado, isto é, empréstimos com taxas de juros bem inferiores à inflação. Em média, foram assinados, por ano, 2,5 milhões de contratos de empréstimo; o que dá uma idéia aproximada do número de agricultores beneficiados.

Vejam só: 118 trilhões de cruzeiros, e eu sei bem que esse elevado volume de recursos não foi suficiente para atender a todas as necessidades dos agricultores. Também não tivemos recursos suficientes para Saúde, Educação, ou Habitação. Esse é o drama do nosso tamanho: as necessidades superam os recursos disponíveis em qualquer setor da vida nacional. Também não era possível aumentar mais os impostos. Mantive a prioridade agrícola, mesmo nos momentos mais difíceis da crise financeira, quando tivemos de executar um programa de ajustamento para restabelecer o equilíbrio externo da economia. Prioridade é isso. Quando vai bem, o setor prioritário recebe mais recursos e mais atenção que os demais. Quando há uma crise, o setor prioritário sofre menos cortes e restrições que os outros.

Além de aplicar o maior volume possível de recursos no crédito rural, adotei outras medidas para melhorá-lo. Criei os VBCs — Valores Básicos de Custeio — uma estimativa baseada no custo de produção e não no preço.

O reajuste anual do VBC, em geral, superou o índice de inflação. Neste ano, por exemplo, autorizei um reajuste médio do VBC de 270%.

Também orientei os bancos particulares para o crédito rural, para aumentar o financiamento e diversificar as fontes de financiamento. É preciso agora que os bancos particulares tomem consciência dessa contribuição que tem de dar à Agricultura. Isso ajudará a agricultura a depender menos do Governo, pois torna o crédito rural mais estável e mais imune às mudanças na política monetária.

Aprovei várias medidas para atender melhor o produtor. Novos postos do Banco do Brasil levaram o crédito ao pequeno produtor. Mudou o critério de classificação do pequeno produtor, para aumentar o número de agricultores com direito a créditos maiores. Com isso, a participação dos pequenos produtores no crédito agrícola do Banco do Brasil aumentou de 16 por cento do total emprestado, em 1978, para mais de 37 por cento, em 83. E o número de contratos desses produtores passou de 614 mil para mais de 1 milhão.

Nos casos de secas, enchentes ou geadas, anistiei as dívidas dos pequenos agricultores, ou foram prorrogadas ou consolidadas.

A partir de 1981, a política de subsídio ao crédito começou a ser substituída, gradualmente, pela política de estímulo através de preços compensadores. Este é um assunto importante para todos, sobretudo para você que é agricultor. Gostaria de esclarecer bem esse tema, porque

já foi explorado de forma demagógica para fins eleitorais.

O subsídio no crédito rural exerceu um papel importante. Ajudou a mecanização da Agricultura; estimulou o uso de técnicas modernas e mais eficazes; permitiu iniciar a integração da região dos cerrados na produção agrícola; aumentou o nível de recursos do produtor rural, especialmente na Região Sul.

Cumpriu um papel positivo por algum tempo, mas passou a gerar distorções na distribuição interna de recursos. Atingiu níveis exagerados. Criou *deficits* governamentais crescentes que era preciso conter.

Mas, o seu grande defeito: o subsídio só beneficiava quem conseguia um empréstimo, cerca de 25 por cento do total de produtores. E esses agricultores eram os que já tinham melhores condições financeiras e que, por isso mesmo, tinham mais facilidade para tomar empréstimos. Já a política de estímulo através do preço, ao contrário, beneficia a todos os produtores, rico ou pobre, grande ou pequeno. E tem de produzir para ser beneficiado.

A redução dos subsídios foi gradual e feita de forma diferente para cada região. Demos um tratamento mais favorável para as áreas de agricultura mais frágil. No Nordeste e no Norte, os produtores pagam apenas 85 por cento da correção monetária. Em alguns municípios do Nordeste, atingidos pela seca, pagam apenas 35 por cento.

Aperfeiçoei a política de garantia de preços mínimos para defender o produtor da inflação. A partir de 1981, os preços mínimos foram corrigidos automaticamente pelo INPC até o início da colheita. Mais tarde, passamos a corrigi-los pela variação da ORTN; neste ano, estendemos a correção até o pico da comercialização da safra, em abril.

Os preços mínimos ficaram mais realistas e o comércio de produtos agrícolas ficou mais livre interna e externamente também. A política cambial favoreceu a exportação agrícola.

Os preços mínimos a cada ano, em média, cresceram mais do que a inflação. Este ano, por exemplo, autorizei um aumento médio de 261 por cento. Hoje 40 produtos, inclusive de origem animal, têm preço mínimo garantido.

Outro estímulo do Governo para a Agricultura é o seguro rural, com o PROAGRO. O risco e a incerteza para cada agricultor são grandes, devido aos problemas de clima e às pragas.

Em 79, o PROAGRO cobria 80 por cento do empréstimo do Banco ao agricultor. Agora, o seguro cobre todo o empréstimo, mais as despesas do produtor. Em caso de indenização, os valores são atualizados pela correção monetária. De 1979 até setembro deste ano, o Governo gastou, a preços de hoje, Cr\$ 2 trilhões através do PROAGRO. Você se lembra, eu mencionei que, no mesmo período, concedemos Cr\$ 118 trilhões em créditos subsidiados. O PROAGRO teve de cobrir somente Cr\$ 2 trilhões de perda de safra. Isso mostra que a Agricultura é um negócio bom e seguro.

Impulsionei os programas de apoio à expansão da fronteira agrícola, como o POLONOROESTE, o POLOCENTRO, o PROVÁRZEAS, que descrevi no meu pronunciamento sobre as atividades do Ministério do Interior.

O POLONOROESTE, criado no meu governo, teve impacto no avanço agrícola no oeste e noroeste de Mato Grosso e Rondônia, cobrindo uma área de 410 mil quilômetros quadrados.

O POLOCENTRO, de 79 a 83, apoiou a ocupação agrícola em 3 milhões e meio de hectares de cerrados.

Criei 3 importantes programas de irrigação: o PROVÁRZEAS, o PROFIR e o PROHIDRO. O PROVÁRZEAS, para aproveitar as terras das baixadas, em geral muito férteis, mas não utilizadas. Temos 30 milhões de hectares de várzeas irrigáveis ainda não aproveitados. Nesses 3 anos, 27 mil pequenas e médias propriedades foram beneficiadas por projetos de irrigação e drenagem; 450 mil hectares de várzeas passaram a produzir. Através do PROFIR, financiamos, em 2 anos, a aquisição de equipamentos de irrigação para 70 mil hectares.

No Nordeste, castigado por 5 anos de seca, além de continuar os programas de irrigação, lancei o PROHIDRO, um novo programa de construção de açudes e perfuração de poços, para aproveitar melhor as águas de superfície e subterrâneas. Foram construídos 89 açudes para abastecimento e perenização de rios. O seu uso na irrigação já beneficia 450 mil pessoas. Cerca de 20 mil poços foram perfurados ou recuperados. A capacidade de armazenar água no Nordeste em 1979 era de 12 bilhões de metros cúbicos; hoje atinge 25 bilhões.

Consciente do papel fundamental da pesquisa agropecuária e da extensão rural, tratei de dinamizar as suas atividades.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária — EMBRAPA já engloba 38 Unidades de Pesquisa em todo o País, coordena as atividades de 13 empresas estaduais e tem ligação com várias universidades e entidades privadas. É um conjunto de mais de uma centena de organizações, 4 mil pesquisadores trabalhando para melhorar a produtividade, criar e modernizar técnicas em favor do homem do campo.

Mais de 1.000 novas tecnologias e 500 recomendações de pesquisa foram oferecidas ao produtor rural. Vou citar a criação de novas variedades de milho híbrido, pró-

prias para o cerrado; sementes de novas variedades de soja, algodão, sorgo e feijão, faço menção especial para o controle biológico de pragas nas culturas de soja e algodão com o qual reduzimos o uso de produtos químicos, com grandes benefícios econômicos e ecológicos. No início de meu governo a produtividade média de grãos era em torno de 1.200 quilos por hectare. Hoje, já supera 1.400 quilos por hectare, graças a essas novas técnicas.

No cacau, o Brasil detém hoje a mais avançada tecnologia de cultivo e beneficiamento do Mundo. A produtividade triplicou desde 1964 e hoje é a maior do Mundo.

Na cultura de cana-de-açúcar, temos estações experimentais espalhadas por todo o País, realizando pesquisas para melhoramento genético, controle de pragas e adubação.

Para a defesa agropecuária, criei o Laboratório Nacional de Referência Animal, LANARA. Proteger a sanidade dos rebanhos é garantir nossa alimentação em quantidade e qualidade. O LANARA já organizou diagnósticos das principais doenças animais e desenvolveu o controle de qualidade de vacinas. Está em curso o plano de erradicação da febre aftosa. Também um grande programa envolvendo o Governo, o produtor e a indústria foi desenvolvido para acabar com a peste suína africana e a peste suína clássica. Em setembro último, a Região Sul — principal área de suinocultura do Brasil — foi declarada livre da peste suína africana. Agora no mês de dezembro, o Brasil foi declarado país livre da peste suína africana.

Os resultados dessas pesquisas chegam ao homem do campo com mais rapidez e eficácia graças ao Serviço de Extensão Rural. Em 1964, esse Serviço estava presente em 634 municípios e assistia 115 mil produtores. A EMBRATER ampliou o número de produtores atendidos, dando mais atenção aos pequenos produtores. Em 78, já

orientava 900 mil agricultores e o pequeno produtor representava 33 por cento desse total. Em 83, os agricultores atendidos chegaram a 1 milhão 250 mil, 96 por cento pequenos produtores. Mais 200 novos escritórios de campo foram abertos, tornando efetiva a presença da extensão rural em mais de 3 mil municípios brasileiros.

Outra arma valiosa é a eletrificação rural. Até 1964, limitava-se a iniciativas isoladas de algumas cooperativas e de órgãos estaduais. Havia cerca de 25 mil propriedades rurais eletrificadas. Quando assumi o Governo, 369 mil propriedades rurais tinham eletricidade. Hoje, ela atende mais de 894 mil propriedades rurais, fazendo crescer a produção, aumentando a produtividade, levando conforto e melhorando o padrão de vida do homem do campo.

Tudo isso foi feito quanto à produção. Vou indicar agora o que fizemos no abastecimento. A ação do Governo no abastecimento, quer em armazenagem, quer na comercialização, é dar apoio, nunca substituir a iniciativa privada. É estimular a ampliação e a modernização da armazenagem; é financiar a compra de safras e os estoques reguladores; ou corrigir falhas da rede de vendas.

Conseguimos ampliar a armazenagem, de 52 milhões de toneladas em 1979 para mais de 60 milhões em 84. Mais da metade dos recursos aplicados destinaram-se às regiões de fronteira agrícola no Norte, Noroeste e Centro-Oeste. Além da construção de armazéns públicos, o Governo financiou, pelo PRONAZEM, a recuperação de armazéns pelos particulares, o que representou quase 7 milhões de toneladas a mais de armazenagem.

Na comercialização, o Governo desenvolve duas atividades principais. Através da Companhia de Financiamento da Produção, compra diretamente ou financia a compra, pelo setor privado, de produtos agrícolas para a

formação de estoques reguladores. E através da COBAL, supre as falhas da rede de mercados particulares.

Como todos sabem, as colheitas concentram a produção em certos períodos do ano, e o nível de produção de um ano para outro varia muito. Essas flutuações e concentrações dificultam a manutenção de preços estáveis. Prejudicam ora o produtor, ora o consumidor.

Os estoques reguladores evitam a queda exagerada dos preços nos picos de safra e nos anos de abundância, e evitam as crises de abastecimento na entressafra e nos anos ruins.

Consegui quadruplicar o volume de compras anuais de grãos pela Companhia de Financiamento da Produção, que em 1979 era de 432 mil toneladas. Atingimos, no período de 79-84, a média de mais de dois milhões de toneladas por ano. Os empréstimos governamentais ao setor privado para estoques reguladores, em 79 financiavam 6,8 milhões de toneladas de grãos. Passaram a financiar, no período 79-84 a média anual de 13 milhões de toneladas.

Postos Volantes de Compra foram criados para apoiar os pequenos agricultores da fronteira agrícola em Mato Grosso, em Goiás ou em Rondônia, onde falta armazenagem e transporte. No ano passado, o Governo comprou 1 milhão de toneladas de arroz e milho nessas áreas pioneiras, através desses Postos Volantes.

Os estoques reguladores de milho, arroz e feijão, do Governo, evitaram uma crise de abastecimento em 1982, quando tivemos uma safra ruim devido a problemas climáticos. Nos casos de safra ruim, temos inclusive de importar alimentos. É difícil aceitar que o Brasil tenha de importá-los. Mas o dever do Governo, acima de tudo, é garantir a subsistência da população, mesmo que tenha de fazer importações ocasionais.

A COBAL vende produtos através de suas unidades próprias e através da Rede SOMAR de abastecimento. Entre 1979 e 84, passou de 257 para 380 postos e armazéns próprios de apoio à população. Nesse período, a população atendida diretamente pela COBAL cresceu em 15 por cento.

A Rede SOMAR de Abastecimento é uma associação voluntária de pequenos e médios comerciantes varejistas, aos quais a COBAL fornece alimentos essenciais, a preços moderados, para revenda às populações mais pobres. A Rede Somar, em 1979, tinha 2.000 associados; hoje, são mais de 6.000.

A COBAL também leva alimentos às áreas isoladas. Seus mercados flutuantes ou mercados rodoviários volantes, atendem às populações nas zonas de garimpo, as populações ribeirinhas, as populações carentes das zonas canavieiras do Nordeste e os trabalhadores residentes em áreas de execução de grandes projetos, como Carajás e Tucuruí.

Vou mostrar, agora, alguns dados estatísticos. Para você que mora na cidade conhecer o trabalho espetacular que os nossos irmãos fizeram na área rural nestes cinco anos.

Vou começar com a soja. É um alimento da maior importância, com alto nível de proteína. Não havia soja no Brasil até há poucos anos, porque a soja precisa de muitas horas de sol, dos dias longos do verão das regiões temperadas. A soja veio para o Rio Grande do Sul, mas nós brasileiros, com 7 anos de pesquisa, criamos a soja tropical, capaz de crescer em todo o nosso Território, de clima tropical. Em 1978, a área de cultura da soja tinha 7 milhões e 782 mil hectares, que produziam 9 milhões e 500 mil toneladas; agora, são 9 milhões e 400 mil hectares que produzem o dobro, 15 milhões e 500 mil toneladas.

Além do aumento da área, a produtividade subiu de 1.225 quilos por hectare para 1.651 quilos por hectare. Os grandes produtores além do Rio Grande do Sul, são o Paraná, Santa Catarina e São Paulo. Mas, nesse período, Minas Gerais dobrou a sua área de cultivo; Mato Grosso passou de cinco mil e quinhentos para 538 mil hectares; Mato Grosso do Sul, de 490 mil hectares para um milhão e cento e oitenta mil, e Goiás, de 96 mil para 583 mil hectares.

Também quase duplicou o cultivo de cana-de-açúcar, de 130 milhões de toneladas para 246 milhões, aumentando a produtividade de 54 mil quilos por hectare para 63 mil quilos por hectare.

Passamos a ser o maior exportador mundial de laranjas e o segundo maior produtor; de 39 bilhões e 132 milhões de frutos em 78, chegamos hoje a 63 bilhões e 42 milhões.

Conseguimos dobrar a produtividade do milho, de 1.219 quilos para 2.161 quilos por hectare. Com isso, a área de cultivo diminuiu cerca de 30%, mas a produção aumentou de 13 milhões e 500 mil toneladas, em 78, para 19 milhões e 400 mil toneladas na última safra. Também melhoramos muito a produtividade da batata e do tomate. De 9.500 quilos por hectare passamos para 12.600 quilos por hectare de batata. De 26.200 quilos de tomate passamos para 35.000 quilos por hectare.

Não posso deixar de registrar que a seca do Nordeste afetou alguns produtos como o feijão e a mandioca, embora cultivados em todo o País.

Já o arroz, também cultivado tradicionalmente, como o feijão e a mandioca, por milhões de pequenos produtores, encontrou novos horizontes com a irrigação de cerrados, que está promovendo mesmo duas colheitas anuais. Goiás e Rondônia aumentaram o cultivo de for-

ma considerável. Passamos de 7 milhões e 300 mil toneladas em 78 para 9 milhões na safra passada.

Outras indicações importantes para o abastecimento das nossas cidades: o rebanho bovino subiu de 107 milhões de cabeças, em 78, para 123 milhões, em 84. Um aumento de 35 por cento, no mesmo período, ocorreu nas aves, de 345 milhões para 470 milhões. A produção de leite natural subiu 17 por cento, de cerca de 9 para mais de 11 bilhões de litros. A produção de ovos cresceu 29%, de 1 bilhão e 70 milhões de dúzias para 1 bilhão 382 milhões de dúzias.

Quero abordar agora um tema muito importante. O avanço da Agricultura e a utilização dos recursos florestais está sendo feito em harmonia com a preservação dos sistemas ecológicos existentes.

Dos nossos 845 milhões de hectares de terras, cerca de 347 milhões estão cobertos por floresta tropical; 112 milhões por vegetação de cerrado e 34 milhões pela vegetação de caatinga. Assim, 60% do nosso Território tem algum tipo de cobertura florestal. É uma enorme riqueza que não podemos abandonar nem destruir.

Temos de impedir o avanço predatório sobre esse patrimônio da Natureza, que nos pertence e aos nossos filhos e netos. A floresta é um recurso natural renovável, cuja utilização racional permite conciliar esses dois objetivos. Para isso, aprovei medidas rigorosas de preservação, ao lado de uma política substantiva de incentivos fiscais ao reflorestamento.

Em 1978, tínhamos 2,4 milhões de hectares resguardados. No meu governo, quintuplei a área de preservação que chega a 12 milhões de hectares. Temos 26 Parques Nacionais, 14 Reservas Biológicas e 14 Florestas Nacionais. Os diversos sistemas ecológicos existentes no País estão protegidos.

O reflorestamento aumentou 67 por cento nestes 6 anos. Em 78, a área de floresta plantada com incentivos fiscais montava a 3 milhões e 300 mil hectares. Hoje, chegamos a mais de 5 milhões e 500 mil hectares. Impulsionei em especial o reflorestamento no Nordeste, porque lá é vital para conservar a água. Até o Nordeste só tinha 109 mil hectares de florestas plantadas. Hoje os projetos em curso cobrem área oito vezes maior, atingindo 890 mil hectares.

Meus Amigos,

Este é o balanço que queria trazer esta noite. O desempenho dos brasileiros no setor rural nesses 6 anos.

A Agricultura foi o setor que mais cresceu no período 79/84. Prestou uma contribuição valiosa à nossa comunidade, durante este duro período de crise. Aumentamos mais de 10 milhões de toneladas a produção anual de grãos. Ampliamos as exportações agrícolas. Substituímos importações de petróleo com o PROÁLCOOL. Fizemos valiosos avanços tecnológicos e ganhos de produtividade.

As condições de vida do homem do campo ficaram melhores. Realizamos um imenso programa de reforma agrária, de forma pacífica. Cresceu a produção e cresceram os lucros reais, acima da inflação.

Temos ainda milhões de hectares de terras para plantar. Temos de produzir mais alimento para os nossos milhões de brasileiros. Temos de manter o abastecimento das cidades que crescem todos os dias. Temos de manter o equilíbrio entre o lucro do produtor e o preço acessível para o consumidor nos alimentos essenciais do nosso povo. É uma tarefa complexa, permanente, de grandes dimensões. Fizemos muito, mas é preciso continuar a fazer muito mais.

Muito Obrigado e boa noite.



10 DE DEZEMBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF  
DISCURSO POR OCASIÃO DOS  
CUMPRIMENTOS AOS MEMBROS  
DO CORPO DIPLOMÁTICO

Senhor Núncio Apostólico e  
Decano do Corpo Diplomático,  
Senhores Embaixadores,  
Senhores Encarregados de Negócios:

Muito agradeço as palavras que o Senhor Núncio Apostólico, em nome dos Senhores Embaixadores e Chefes de Missão Diplomática, dirigiu a mim, a meus colaboradores e a todo o povo brasileiro.

Agradeço de modo especial as generosas referências à obra política do meu governo. Estou seguro de que, contando com o apoio do povo brasileiro e interpretando suas legítimas aspirações, levarei a bom termo, com a graça de Deus, o pleno restabelecimento da democracia no Brasil.

Nessa ocasião especial, em que nos despedimos de 1984, e nos desejamos felicidades para o Novo Ano, gostaria de recordar as expressões de apreço e cordialidade recebidas em ocasiões como esta, no curso de meu

mandato, de Vossa Excelência e de seu saudoso predecessor, Dom Carmine Rocco.

A cada findar de ano rememoramos os acontecimentos e realizações dos últimos doze meses. Hoje, porém, nosso olhar vai mais longe, repassando os eventos mais significativos do período do meu mandato, que brevemente se concluirá.

Não caberia aqui registrar a intensa série de visitas, em nível presidencial, que pude realizar e receber nesse período. O intercâmbio de contatos se estendeu tanto aos países latino-americanos, quanto aos vizinhos africanos, à América do Norte, à Europa e à Ásia. Desenvolveram-se as relações, com marcado aumento nas trocas comerciais, na cooperação econômica, cultural, científica e tecnológica.

De acordo com a tradicional política brasileira, os esforços de nossa diplomacia se voltaram para a distensão, a paz, e a cooperação para o desenvolvimento.

Tenho dado atenção permanente ao grave problema do endividamento externo. Procurei alertar a comunidade internacional para as diversas implicações dessa questão, que deve merecer tratamento político abrangente pelos principais Estados envolvidos. Nesse particular, a reunião de Cartagena — e o consenso que ensejou — constituiu momento expressivo na ação diplomática latino-americana. É de auspiciar-se que o processo iniciado em Cartagena possa levar, em futuro próximo, a encontros de países devedores e credores, inspirados nos princípios enunciados naquela reunião latino-americana.

Ao manifestar o meu reconhecimento — que é também o de meu governo — pela proveitosa colaboração mantida com os Estados que Vossas Excelências digna-

mente aqui representam, formulo os melhores votos pela sua continuada intensificação, em mundo de concórdia, onde a paz — que não pode prescindir do desenvolvimento — venha a ser em toda a parte uma realidade e não apenas uma esperança.

Recebam, Senhor Nuncio Apostólico, Excelências, Senhores, os meus calorosos cumprimentos e o desejo sincero de felicidade no Ano Novo. Peço-lhes ainda transmitir aos respectivos Senhores Chefes-de-Estado e de Governo minhas saudações afetuosas e meus votos de paz e prosperidade para seus povos.

Muito Obrigado.



10 DE DEZEMBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA EM COMPROMISSO DE EXPORTAÇÃO ATRAVÉS DA BEFIEX.

Senhores Ministros,  
Senhores Empresários,  
Brasileiros:

Esta solenidade é simples, mas tem um alto significado que precisa chegar ao conhecimento de todos os brasileiros.

Decidi realizá-la para fazer um registro público do avanço espetacular de nossas exportações e da dimensão que alcançamos nessa atividade, que constituem uma garantia sólida para a nossa economia no presente e no futuro.

Há doze anos, o Governo criou um programa especial de estímulo para empresas brasileiras que estivessem dispostas a assumir compromissos firmes de exportação.

Esse programa tomou o nome de BEFIEX — isto é, Benefícios Fiscais para Exportação. Numerosas empresas aceitaram esse desafio. Hoje assinamos mais um contrato desse tipo. Com isso o total de compromissos

de exportação criado pelo BEFIEX atinge oitenta e cinco bilhões de dólares.

Considero muito importante que todos os brasileiros tomem conhecimento desse fato. Oitenta e cinco bilhões de dólares em compromissos de exportação, que indicam, claramente, sem margem de dúvida ou contestação, qual é a dimensão real da nossa capacidade exportadora. Deste total de oitenta e cinco bilhões de dólares, os compromissos firmados no meu governo somam setenta bilhões de dólares. São duzentos e quarenta e dois novos programas especiais de exportação que vão gerar quarenta e três bilhões de dólares de saldo de divisas e cento e quatorze mil empregos diretos.

Exportar, para o Brasil, é essencial. Não é tarefa fácil. Enfrentamos, nestes anos do meu governo, obstáculos sérios nos mercados do Mundo, como o protecionismo dos países ricos e a retenção do volume de comércio em todos os países.

Apesar dos obstáculos externos, das dificuldades internas e da sinistrose dos nossos pessimistas, já atingimos neste ano um saldo de doze bilhões de dólares de exportação e seguramente chegaremos em torno de treze bilhões de dólares.

Desde 1980, as nossas exportações de manufaturas vinculados a programas do BEFIEX já representavam mais de vinte por cento do total e neste ano devem atingir trinta por cento.

Decidi, no meu governo, dinamizar os instrumentos de apoio à exportação, porque somente exportando podemos conseguir recursos para continuar a crescer. A grave responsabilidade gerada pelo aumento brutal da população vem exigindo um esforço continuado de aumento da produção, do emprego, da educação, dos ser-

viços da comunidade. O aumento dos preços do petróleo, importação vital, agravou muito esse quadro.

Porque os nossos recursos internos não eram suficientes para todo esse investimento necessário, recorremos às fontes externas de financiamento. O endividamento externo foi um imperativo do progresso.

É preciso ter presente que a posição financeira do Brasil junto à comunidade internacional depende cada vez mais da nossa capacidade de aumentar a exportação.

Porisso, exportar é muito importante. Porisso, o nível de oitenta e cinco bilhões de dólares de exportação agora atingido no BEFIEX tem um significado especial na forma de encarar a questão da dívida externa.

Sei que a opinião pública brasileira tem uma justificada preocupação com o valor da nossa dívida externa.

Quero neste momento trazer uma palavra de tranquilidade para toda a Nação. O valor total de contratos já assinados no BEFIEX mostra que a dívida externa é compatível com a nossa capacidade de exportar e com as dimensões da nossa economia.

Resultados tão expressivos não poderiam ser neste momento anunciados à Nação sem a conjugação dos esforços dos técnicos e autoridades governamentais, em especial do Ministério da Indústria e do Comércio, aqui representados pelo Ministro Murilo Badaró, e a capacidade e a criatividade dos trabalhadores e do empresariado brasileiro para superar desafios e demonstrar, dessa forma, a sua inabalável confiança nos destinos do nosso País.

Muito Obrigado.



13 DE DEZEMBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF

DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA,  
EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO  
E TELEVISÃO SOBRE SEU PROGRAMA  
NA ÁREA DA DEFESA NACIONAL.

**Brasileiros:**

Nos meus pronunciamentos, procuro transmitir a todos uma idéia de conjunto, a visão do que é, do que tem, do que significa o Brasil de hoje, a nossa comunidade, em si mesma e o que significa para cada um de nós.

Em si mesma, a nossa comunidade é a nossa pátria. Para cada um de nós é a vida que levamos, a nossa família, a nossa casa, os amigos, as pessoas e situações que nos trazem alegria, ou que nos aborrecem.

Ser brasileiro hoje é sentir-se integrado e é viver nessa comunidade, com os contornos, com os interesses, com os valores de vida que nos irmanam, nos unem. Nesse conjunto, nessa comunidade, cada um de nós leva a vida como deseja ou como pode, conforme as nossas circunstâncias, a nossa situação. Porisso, vou repetir, nos meus pronunciamentos, desejo dar a todos uma vi-

são do conjunto do que somos, do que temos, do que estamos fazendo. Isto é o Brasil, é o nosso Brasil.

Quando vejo os debates, as críticas, as sugestões, a busca de soluções para os nossos problemas, as diferenças de opinião sobre o nosso caminho político, sobre as nossas opções econômicas, sobre o nosso esforço pelo progresso social, vejo as alternativas apontadas. Mas é preciso ver também a União nessa diferença aparente, a comunidade de interesses dos brasileiros, motivados diante de um obstáculo.

A inflação, por exemplo, é um problema que temos de enfrentar unidos; tanto os que defendem a política do Governo de combate à inflação, como os que combatem essa política. Porque é o mesmo problema para todos nós, unidos em nossa comunidade. Discordamos quanto à fórmula, mas estamos unidos na defesa, no esforço para nos protegermos, porque é uma ameaça para todos.

Essa união, essa consciência e esse sentimento de comunidade constituem a razão de ser, a alma da segurança e da defesa nacional.

Hoje, vou falar sobre a Defesa Nacional e desejo mostrar o progresso das nossas Forças Armadas no meu governo e nos últimos 20 anos.

Para mim é um tema sentimental. Tive muitos anos envolvidos em todos os setores de ação governamental nestes 20 anos, como Ministro de dois governos e depois como Presidente da República. Mas a vida militar envolveu todos os meus anos. A minha família, a escola, o trabalho, os amigos.

Cada comunidade, como cada pessoa, tem uma noção própria de sua segurança, da sua defesa. Segurança e defesa da sua vida, da sua liberdade, do seu lar, do seu sistema de valores.

Não são conceitos imutáveis. Cada nação define o seu próprio conceito e os campos próprios da segurança e da defesa nacionais, conforme os seus interesses. Eles envolvem conforme caminham os destinos da comunidade, conforme se transformam os seus interesses e os seus valores.

As noções de Segurança e de Defesa Nacional, no Brasil de hoje, são diferentes do Brasil do século passado, do Brasil da Segunda Guerra Mundial, do Brasil de 20 anos atrás. Porque o Mundo mudou e o Brasil mudou. Então é preciso mudar a concepção de segurança e a concepção de defesa, conforme as novas situações, as novas armas, o avanço tecnológico, a disponibilidade de recursos. Esses fatores comandam a formulação da estratégia militar de qualquer nação.

Não vou alongar-me em juízos de valor sobre o tema. Vou limitar-me aqui a ressaltar que a Segurança Nacional envolve a responsabilidade de todos os cidadãos. Você empresário, você trabalhador, você estudante, dona-de-casa, na medida em que você exerce o seu papel social de maneira construtiva, na medida em que você ajuda a fortalecer os nossos laços comunitários, você participa no aperfeiçoamento da nossa Segurança Nacional.

Não vejam as palavras Segurança Nacional como palavras inimigas. Nos debates recentes sobre a nova Lei de Segurança Nacional, que enviei ao Congresso e que o Congresso aprovou, algumas opiniões agrediam o conceito de Segurança Nacional como algo malévolo, pernicioso. Existe uma grande confusão em torno da idéia de Segurança Nacional. A segurança é o estado de garantia dos valores da comunidade. A defesa é a ação de proteção da segurança. A Segurança Nacional é um conceito construtivo que ajuda a nossa comunidade a se unir, a

ter consciência do que deve ser preservado. A inflação, a pobreza extrema, a fome são ameaças à Segurança Nacional. Tão graves quanto uma agressão externa. Por isso, contribuir para a preservação da Segurança Nacional é dever de todos.

Nessa tarefa de todos, as Forças Armadas têm um dever específico: a organização da Defesa Nacional. Às Forças Armadas compete o exercício da Defesa Nacional. Defrontado por uma ameaça concreta, o País, o povo se defende com as suas Forças Armadas.

O nosso País tem sido poupado pelo destino. Vivemos há mais de um século em paz. Duas Guerras Mundiais e dezenas de conflitos praticamente não nos alcançaram. Somente quando a expansão totalitária do nazismo aproximou-se do nosso Continente, unimos nosso esforço aos aliados, em defesa dos nossos interesses e dos nossos valores de vida.

Como fizemos sempre, quando os nossos interesses e os nossos valores foram ameaçados, no passado, por agressões externas. Como temos o dever de defendê-los hoje e no futuro. Não admitimos a guerra de conquista e não admitimos ser conquistados. Isso está, inclusive, na nossa Constituição.

Não se pode improvisar a Defesa Nacional. É preciso contar com estruturas permanentes, com alto nível de especialização, flexibilidade para renovação constante, tanto nas concepções estratégicas e táticas como nos instrumentos de combate. Porque a Defesa Nacional exige o máximo de eficácia, que só se consegue pela dedicação total das pessoas engajadas, pelo treinamento constante, pelo domínio dos avanços tecnológicos.

Há ainda um motivo poderoso que impede a agressão. O poder de dissuadir o atacante, ou de retaliar o

ataque de maneira decisiva. É quando o agressor vê que terá de enfrentar um adversário preparado, capaz de defender-se causando danos irreparáveis e mesmo de vencer. Nesse contexto, o preço dos armamentos deixa de ser o preço da guerra para ser o preço da paz. Talvez o nosso povo tenha obtido um século de paz e tranqüilidade porque os possíveis adversários do momento receavam envolver-se em conflitos com um país com as dimensões da nossa população, do nosso Território e do nosso potencial militar.

Já afirmei que o papel primordial de nossas Forças Armadas é assegurar a defesa eficaz do Brasil.

O que temos de defender? Em primeiro lugar, o nosso povo, a nossa gente. Cento e trinta milhões de brasileiros, dos quais a metade são menores de idade; oito milhões e meio de quilômetros quadrados; mais de sete mil quilômetros de litoral atlântico e um mar territorial de 200 milhas, com recursos valiosos em alimentos e petróleo; outros sete mil quilômetros de fronteiras internas hoje densamente ocupadas; um imenso patrimônio constituído pela produção agrária e industrial, pelo complexo empresarial de todos os ramos da atividade econômica.

Em que consiste a Defesa Nacional? É uma tarefa ciclópica que exige recursos tecnológicos avançados de poder de fogo de transporte e da eletrônica. É um papel estratégico que exige a perfeita integração entre Exército, Marinha e Força Aérea, na defesa conjunta do território, do mar e do espaço aéreo nacionais.

Temos de considerar também os fatores externos. Vivemos em um quadro de relações internacionais de equilíbrio de tensões, de alianças militares, de constantes pressões de emprego de armas nucleares capazes de destruir o Mundo.

Mas o Brasil prefere acreditar, acima de tudo, na responsabilidade dos Chefes-de-Estado, na racionalidade no comando das decisões e na consciência humanitária para impedir que se tornem reais os cenários de exercício de hecatombes nucleares. Não fechamos os olhos a essa realidade. Preferimos acreditar na supremacia da vontade de construir sobre a vontade de destituir e na vantagem da negociação sobre o conflito, como método para resolver a crise. Essa é uma posição doutrinária, mas não podemos deixar de ter, em relação à hipótese do conflito nuclear, tarefas e procedimentos estudados de ação militar e de defesa e proteção da população civil.

Essa orientação mantém o Brasil fora da corrida armamentista nuclear e limitado ao compromisso de ação conjunta com os países do nosso Continente, para os casos de agressão a um desses países.

As Forças Armadas têm também o dever de zelar pela segurança interna e pela nossa tranqüilidade institucional. A união, a coesão das Forças Armadas, voltadas para a sua missão profissional, é fator decisivo para a manutenção do equilíbrio político e institucional de qualquer país.

A História nos mostra que o rompimento da coesão militar e o desvio das forças militares para servir a ambições de poder pessoal levam a crises violentas e demoradas, a perdas valiosas de vidas e de bens que deixam cicatrizes profundas na convivência de uma comunidade.

Essa ameaça estava presente quando fizemos a Revolução de 1964. Os fatores de controvérsia e divisão foram afastados e superadas as ambições pessoais. Prevaleceu, nestes 20 anos, o sentido da missão institucional; prevaleceu a doutrina de apoiar a nossa sociedade no caminho da democracia.

Antes de 1964, a situação das Forças Armadas deixava muito a desejar. O armamento era obsoleto, quase todo o material era importado. Os efetivos do Exército, da Marinha e da Força Aérea estavam dispostos apenas pelo litoral e pela fronteira sul do País.

Nestes 20 anos, fizemos um esforço sistemático para trazer as Forças Armadas ao nível compatível com o crescimento nacional. Forças Armadas eficientes e modernas implicam despesas. O avanço tecnológico dos instrumentos de combate exige elevado nível tecnológico de preparo dos homens para manejá-los.

O processo de modernização e equipamento das Forças Armadas obedeceu e obedece a critérios rígidos de economia, em vista da escassez dos recursos orçamentários, sempre aquém das necessidades dos vários setores da atividade governamental.

Comparado com outros países, o Brasil aparece numa posição bem modesta em matéria de despesas militares. Há países bem menores que o nosso que chegam a gastar 12% do Produto Interno Bruto anual em despesas militares. Aqui este porcentual é de 0,6%. Aos Ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica somente coube, em 1984, o total de 8,24% do Orçamento da União, o que equivale ao recebido pelo Ministério dos Transportes sozinho.

Vários países com menos da metade da nossa população têm efetivos militares acima de 350.000 homens, ou seja, cerca de 1% das suas populações. O nosso efetivo situa-se em 270 mil homens, o que representa 0,2% da população. No final do ano passado, enviei ao Congresso projeto-de-lei aumentando esses efetivos em cerca de 110 mil homens ao longo de dez anos. Esse aumento de efetivos decorre de vários fatores entre os quais a duplicação de nossa população e a expansão das nossas

atividades econômicas até as fronteiras mais distantes. Essa nova realidade ampliou as responsabilidades das nossas Forças Armadas.

Devido à velocidade das armas de hoje, a defesa de qualquer país depende, no primeiro momento, da sua capacidade de identificar a agressão inimiga através de equipamentos eletrônicos.

A Força Aérea, a Marinha e o Exército precisam, portanto, de contar com a aparelhagem adequada. É imprescindível que cada uma dessas Forças disponha de sistemas de detecção, como o radar, o sonar, etc., apropriados às suas missões específicas. Também é imprescindível que cada Força conte com armas capazes de causar dano sobre o adversário; precisa da organização logística adequada, de apoio, abastecimento e administração; é preciso uma estrutura de comando e de estado-maior para estudo, decisão e execução quanto a estratégias e alternativas de ação.

Volto a enfatizar que a velocidade das armas modernas exige um preparo exaustivo de resposta imediata, caso contrário a defesa se torna inadequada. Isso exige das Forças Armadas um esforço permanente de modernização e profissionalização.

Com essa diretriz, conseguimos, nestes 20 anos, um reajustamento das Forças Armadas aos níveis de responsabilidade do nosso tempo. O preparo tecnológico do militar, o reequipamento das forças e, a partir de certo ponto, o reequipamento com material nacional, atingiram níveis razoáveis de sucesso.

Vou mostrar alguns aspectos desse aperfeiçoamento nas três Forças.

A missão específica do Exército consiste na defesa do nosso imenso Território. Por isso, a modalidade das

tropas terrestres e o poder de fogo por unidade são fatores fundamentais para a execução dessa tarefa. Hoje, a nossa Infantaria, a Cavalaria blindada e a Artilharia dispõem de armamento e mobilidade adequados às suas missões específicas.

Alteramos a estrutura de organização do Exército em vários níveis; no meu governo, criei os Comandos Militares da Amazônia e de Brasília, separando-os da nossa organização clássica dos 4 Exércitos regionais; desdobrei os antigos regimentos de estrutura maior e mais pesados, em unidades de maior fluidez e operacionalidade.

Fizemos também o ajustamento das unidades ao tipo de região em que têm de operar. Nosso País tem tipos de teatros de operações muito diferentes.

Na Amazônia, com a selva equatorial e os grandes rios, organizamos as Brigadas de Infantaria de Selva, com equipamento apropriado, uniformes camuflados e treinamento especializado para o homem sobreviver, combater e vencer o invasor, nessa região someada de obstáculos naturais a cada passo. O Centro de Instrução de Guerra nas Selvas, criado em 64, hoje é reconhecido como uma das melhores escolas do gênero.

Também no Nordeste, o Exército deixou de lado conceitos genéricos e tratou de preparar o militar para combater no teatro de operações da caatinga.

Temos uma autêntica escola de combate em montanha no 11º Batalhão de Infantaria, sediado em São João Del Rey.

A Brigada Paraquedista, criada na década de 50, a partir de 64 passou a constituir-se em tropa de especial importância estratégica capaz de mobilização imediata,

deslocamento rápido e atuação em todos os pontos do nosso Território.

Ao lado dessa ênfase operacional, tratamos de redistribuir as unidades do Exército pelo Território, e de maneira mais ajustada à expansão ocorrida nos últimos 20 anos, com novas estradas, novas cidades, novas centrais hidrelétricas, etc.

Além dessa atividade principal, de defesa e preparo da defesa, o Exército exerce atividades complementares como a pesquisa de interesse militar nos campos científico, tecnológico e industrial. Vários projetos resultantes de pesquisa militar já foram repassados ao parque industrial brasileiro. A pesquisa de materiais bélicos tem feito surgir no mercado uma série de subprodutos de alta tecnologia como computadores, aparelhos óticos, equipamentos de comunicações, etc.

Em relação ao equipamento das tropas, foi elaborado um Plano Geral de Pesquisa e Desenvolvimento a fim de dotar o Exército do material produzido pela indústria nacional. Dessa maneira, aumentou o nosso poder militar pela capacidade de produzir material bélico. Em outras palavras, isso significa menor dependência do Exterior.

Nossos carros blindados já gozam de elevado conceito entre os vários países compradores e as perspectivas nesse campo são crescentes. Hoje, o Brasil é o maior exportador de blindados sobre rodas em todo o Mundo.

É falsa a idéia de que estamos gastando recursos vultosos em armamentos. Pelo contrário, estamos ganhando dinheiro com eles. Hoje, 95% dos produtos de nossa indústria de material bélico destinam-se à exportação. Em 1983, exportamos mais de 200 milhões de dólares em materiais de interesse militar.

É impossível pensar em defesa nacional sem uma Força Aérea apta a desempenhar vários papéis capazes de lhe assegurar o controle do espaço aéreo.

O espaço aéreo se torna cada dia maior. O homem, depois de ter conquistado a atmosfera, penetrou no Cosmo. Depois de levantar vôo com o avião a hélice, inventou o jato, o foguete, o satélite. Trocou a bússola e a régua de cálculo pelo radar e o computador.

Procuramos dotar o país, a partir de 1964, de um Sistema de Defesa Aérea, com modernos equipamentos de vigilância detecção e interceptação de qualquer aeronave ou força aérea que ameace o nosso Território.

Temos agora uma eficiente vigilância do espaço aéreo brasileiro, com o uso integrado de equipamentos de detecção pelo radar, gerenciamento do tráfego aéreo por computadores, comunicações instantâneas e a interceptação aérea em qualquer tipo de tempo, por aviões supersônicos F-103 *Mirage* ou F-5 *Tiger* da FAB. Esse sistema abrangia uma área de 1.500.000 km<sup>2</sup> em torno de São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Brasília.

No meu governo, o Sistema está sendo estendido ao Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ampliando a Defesa Aérea com utilização do radar para uma área equivalente à da Europa Ocidental.

Lembro a eficiência com que atuou a Força Aérea Brasileira há dois anos, quando o Território brasileiro foi sobrevoado por aeronaves estrangeiras não autorizadas. A imprensa destacou a eficácia da interceptação da nossa Força Aérea, que mantém aviões de combate em permanente «estado de prontidão», mesmo em tempo de paz.

O sistema de vigilância do espaço aéreo presta também grandes serviços à aviação civil, aumentando a se-

gurança e fornecendo informações preciosas para o planejamento e o controle de vôo.

Quero registrar também o extraordinário desempenho de uma atividade complementar a serviço da integração nacional: a contribuição do Correio Aéreo Nacional, o CAN, mantido pelo Ministério da Aeronáutica com aeronaves da Força Aérea.

O CAN atende com regularidade as áreas isoladas da Amazônia. Tivemos de abrir campos de pouso em locais desprovidos de qualquer recurso. A COMARA — Comissão de Aeroportos da Região Amazônica construiu, no período de 1964 a 1984, 112 pistas de pouso localizadas nos pontos de mais difícil acesso por outros meios de transportes; a maioria já dispõe de infraestrutura básica aeroportuária e condições de operar aviões militares.

Nesse programa, inaugurei, nos dias 30 e 31 de outubro último, duas novas Bases Aéreas da FAB em Boa Vista e Porto Velho, obras que representam progresso, desenvolvimento e defesa da Região Amazônica, além de outros benefícios diretos e indiretos para a sua população, tão distante dos recursos só existentes nos grandes centros urbanos.

Tratamos de desenvolver a indústria aeronáutica e a nacionalização dos equipamentos bélicos aéreos para ficarmos mais independentes dos fornecedores estrangeiros.

Em 1964, o índice de nacionalização do equipamento aéreo militar era de apenas oito por cento. Dependíamos de noventa e dois por cento de equipamento importado. Conseguimos quase inverter a situação. Quando assumi o Governo, a nacionalização do equipamento aeronáutico militar já alcançava sessenta e cinco por cento. Neste ano chegamos a oitenta por cento.

A EMBRAER, com 15 anos de existência, já se tornou a sexta indústria aeronáutica mundial em produção de aeronaves de médio porte. Os aviões militares que fabricamos contam com um índice de nacionalização próximo de setenta por cento, como o Bandeirante, usado em diversos tipos de operações como Patrulha, Reconhecimento e Fotografia, Transporte de Tropa e Busca e Salvamento; o Xavante, para operações de ataque e de apoio às tropas terrestres; e, em futuro próximo, o AM-X, jato de emprego militar diversificado.

Os resultados das pesquisas do Centro Técnico Aeroespacial, o CTA, de São José dos Campos, asseguram novos patamares do domínio da tecnologia de fabricação de radares, foguetes, mísseis, sensores, raios *laser*. Começamos a usar o PROSENE, combustível derivado de óleos vegetais que substitui o querosene de aviação — uma reserva estratégica exclusivamente nossa, no momento.

Em 1980, aprovei um programa denominado Missão Espacial Completa Brasileira, coordenado pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais. Esse programa visa ao lançamento de quatro satélites brasileiros por veículo também brasileiro, a partir de base de lançamento brasileira. O recente lançamento do foguete SONDA-IV e a seleção da região de Alcântara, no Maranhão, como centro de lançamentos espaciais, foram os primeiros passos do ingresso do Brasil na atividade espacial.

A Marinha, no início de 1964, estava bastante afetada na sua capacidade de ação. Seus marinheiros e soldados eram alvo especial de aliciamento à subversão da ordem constitucional. Em torno de um porta-aviões recuperado, mas sem aeronaves, reuniam-se navios desatualizados, na concepção, ou na idade. A questão da aviação embarcada preocupava a Oficialidade e o Go-

verno não procurava solucionar a questão. A Marinha fora, pois, desviada de suas tarefas de defesa e estava mesmo em risco a sua unidade.

Restabelecida a ordem, por ação enérgica de seus chefes e pela ação disciplinada da imensa maioria, a Marinha, em pouco tempo, voltou às suas tarefas normais. Em 1965, estabelecia-se uma doutrina para a aviação embarcada: helicópteros da Marinha e aviões da FAB passavam a operar do convés do MINAS GERAIS.

Para suprir necessidades imediatas e inadiáveis, adquirimos da Marinha Americana, a baixo custo, contratorpedeiros, submarinos, navios de desembarque e helicópteros anti-submarinos, de instrução e de emprego geral.

Efetuaram-se estudos e planos para modernização dos meios navais, anfíbios e aeronavais; meios cuja compra se efetivou nos anos setenta. Vieram os navios-varredores, a seguir os submarinos da classe HUMAITÁ, todos construídos fora do Brasil. Depois as fragatas, classe NITERÓI, quatro construídas no Exterior e duas no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro; com elas, chegavam os helicópteros de ataque e, com elas, a Marinha passava a ter mísseis de combate.

Ao mesmo tempo, construímos outros navios de menor porte, no Arsenal de Marinha e em estaleiros privados, para as necessidades da Marinha na Região Amazônica e no setor de Hidrografia e Oceanografia.

O Corpo de Fuzileiros Navais recebeu equipamentos básicos de combate, armamento portátil, carros blindados de transporte de pessoal, carros de combate sobre rodas e caminhões anfíbios, tudo material já de fabricação nacional. Assim, os Fuzileiros Navais consolidavam sua capacidade operativa com equipamento adequado.

Nesse período, a Marinha instalou vários centros de instrução e criou ou consolidou bases navais em Aratu, Val-de-Cães, Rio Negro, a Base Aeronaval de São Pedro da Aldeia, o Centro de Eletrônica da Marinha, o Centro de Análises de Sistemas Navais, o Centro de Mísseis e Armas Submarinas da Marinha, o Comando de Flotilha do Amazonas e a Escola de Guerra Naval.

Caracteriza esta fase o reaparelhamento da Marinha, através de navios novos, mas de concepção, projeto e construção estrangeiros. Era uma etapa necessária que tinha de ser logo ultrapassada, porque não podia também a Marinha depender de material estrangeiro.

No início do meu governo, a Marinha estava pronta para um novo salto. Seus estados-maiores, engenheiros, operários haviam aprendido e absorvido a tecnologia de produção de navios modernos. Com a experiência adquirida e com a compreensão de que a dependência é inaceitável, aprovei o programa de construção das corvetas classe INHAÚMA, ora em plena execução. Não se trata mais da adaptação de projetos estrangeiros, mas de navios projetados para as nossas necessidades. Deste programa, duas unidades estão em construção no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Em relação aos submarinos, muito mais complexos, ainda não conseguimos plena nacionalização; aprovei um programa pelo qual uma unidade será construída no Exterior e outra no Brasil, dando, então, início à série inteiramente nacional.

Na área de apoio às Forças Navais, a criação do Centro de Armas Almirante Octacílio Cunha, da Fábrica de Munição de Guandu de Sapê e a consolidação da Estação Naval do Rio de Janeiro são importantes empreendimentos neste governo. Estão em curso entendimentos com empresas nacionais e estrangeiras para a fa-

bricação aqui de mísseis navais a aeronavais, de armas submarinas e de equipamentos de guerra eletrônica.

Registro com grande satisfação que no meu governo finalmente atingimos um objetivo historicamente desejado: a presença brasileira na Antártida. A Marinha estimulou, apoiou e realizou o Programa Antártico e lá instalou a Estação Comandante FERRAZ, que neste verão já está sendo ampliada e ocupada por militares e cientistas brasileiros que lá ficarão por quase seis meses.

Como atividade subsidiária, a Marinha continua provendo a Segurança da Navegação e a Polícia Naval, através dos órgãos e navios de sua Diretoria de Hidrografia e Navegação, da Diretoria de Portos e Costas e dos navios que patrulham o mar territorial. Continua, também, na Amazônia, a prestação de apoio às populações ribeirinhas, agora com o concurso de dois navios de Assistência Hospitalar, CARLOS CHAGAS e OSWALDO CRUZ construídos durante o meu governo no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

Meus Amigos,

Tratei até agora das nossas Forças Armadas da Ativa. Agora vou mencionar o papel dos nossos reservistas. São brasileiros que, se necessário, serão incorporados, e ainda as forças auxiliares como as polícias militares e os corpos de bombeiros militares. Treinar as nossas reservas é uma tarefa vital das Forças Armadas, para que o País possa contar com um contingente substancial de pessoas capazes de exercer funções militares em caso de conflito.

O Serviço Militar no Brasil é obrigatório por tradição. Entretanto, num universo de um e meio milhão de jovens em idade de serviço militar, apenas 150 mil são aproveitados anualmente pelas três Forças. Convivendo

com a alta tecnologia militar, esses jovens recebem uma efetiva iniciação profissional que lhes abre boas oportunidades de trabalho no retorno à vida civil. Apesar das limitações de recursos, foi regulado o serviço militar como oficiais para universitários de setores especiais como a medicina, a farmácia, etc. Além disso, criamos Centros e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva e Tiros-de-Guerra por quase todo o nosso País.

Como podemos constatar, a Defesa Nacional é tarefa da maior complexidade, que exige muito para a sua eficácia.

O nosso Exército, a nossa Marinha, a nossa Força Aérea conseguiram atingir níveis operacionais adequados, mas não podem estacionar nesses níveis. Obtivemos razoável independência na fabricação dos nossos equipamentos e armas. Precisamos mantê-la e aumentá-la pela pesquisa. O serviço militar precisa crescer para preparar maiores números de brasileiros para a nossa defesa. Tudo isso exige recursos que são escasos.

Nenhuma nação pode correr o risco de manter-se desprevenida ou desarmada. Todos os homens, tenho a certeza, almejam a paz e têm horror à guerra. Mas a guerra existe. Devemos fazer o máximo para evitá-la. As Forças Armadas bem treinadas e bem equipadas, eficientes e modernas são o fator decisivo para evitar ou para neutralizar uma agressão. Para manter a paz.

Boa noite e muito obrigado.



28 DE DEZEMBRO  
PALÁCIO DO PLANALTO  
BRASÍLIA — DF  
DISCURSO À NAÇÃO BRASILEIRA  
EM CADEIA NACIONAL DE RÁDIO  
E TELEVISÃO

Brasileiros:

A recessão internacional dos últimos anos projetou seus efeitos sobre o Brasil. Abalou a sua vida econômica e social. Agitou o clima político. Acarretou sofrimentos e dificuldades, mormente para as classes menos favorecidas. Tornou mais árdua a gestão governamental. Exigiu se desviasse para a administração da crise tempo que normalmente cumpria dedicar a trabalho criador, produtivo e reformista. Requereu sacrifícios inusitados do brasileiro. Pôs à prova sua têmpera, sua capacidade para arrostar e resolver problemas, seu espírito de abnegação, sua compreensão, seu realismo, sua disposição para a luta, o ardor do seu entusiasmo quando se trata de dizer não ao desânimo e ao pessimismo.

As agruras da época prometiam estagnação quase irremediável. O cortejo de seus flagelos encontrou pela frente, no entanto, o valor e a coragem da nossa gente, inabalavelmente determinada a não recuar diante da adversidade.

Essa coragem e esse valor ofereceram os elementos, que eram mister, para as imensas realizações com que,

não obstante a aspereza dos obstáculos, o Brasil expandiu e fortaleceu os alicerces de sua estrutura econômica e social.

A obra gigantesca, que começa a ser colocada ante os olhos surpresos do povo, depõe em favor dos seus representantes no Governo; o crédito que a este pertence é crédito reconhecível, também, de direito, ao mesmo povo. Este, contrariamente ao que se ousa dizer, não é, de forma alguma, o divino irresponsável. O povo, hoje consciente da História, de que participa, responde solidária e efetivamente pela organização do presente e do porvir. Responsáveis pelo futuro e pelo presente são, cada qual na medida de sua competência e de seu ofício, no setor público ou privado, todos quantos possuem qualquer parcela de poder decisório.

Defeitos ou omissões terão ocorrido no desempenho de nossos encargos. A guerra comum contra a pobreza e contra o sofrimento está ainda, certamente, por vencer. O resgate, da dívida social está longe, também, de se cumprir, na medida daquilo, que se espera da sociedade. Porém jamais foram maiores nem mais amplos os esforços para atender a esse grave compromisso. As inversões de caráter humanista não acham paralelo em nossa história administrativa. O incremento das prestações assistenciais, em todos os setores, obedece ao ideal, que nos anima, de instituir sociedade mais justa, mais solidária, mas consentânea com a dignidade humana.

Indicadores confiáveis atestam a retomada paulatina do crescimento. Promissoriamente retorna a prosperidade. As boas perspectivas, que se abrem para a nossa vida econômica, autorizam a expectativa de melhores dias para os brasileiros.

Está à vista, desse modo, período mais propício à aceleração do processo econômico e do desenvolvimento

social. Fatores de perturbação — se permanecer, como tudo faz acreditar, esse clima de revitalização —, deixarão de atuar, com o mesmo ímpeto, no cenário nacional.

A segurança e a tranqüilidade, em qualquer campo, somente são completas, porém, se fundadas na liberdade, garantia por excelência de uma sociedade mais aberta, mais equitativa, mais apta para o diálogo e para a composição de todos os interesses legítimos. De uma sociedade em que o ideal de justiça social seja, na verdade, o princípio construtivo da vida política; de uma sociedade regida por uma democracia real e não meramente formal.

A democracia, que queremos plena, oferece à sociedade os meios para o seu contínuo aperfeiçoamento, para a solução racional dos seus próprios problemas e de suas crises. A política, como arte do diálogo, da argumentação e do compromisso, retoma, nesse quadro, a posição que lhe cabe no comando da sociedade.

A serviço dos valores democráticos, conduzimos o processo político com espírito de compreensão e de transigência, que contribuiu para que a equação sucessória se estabelecesse sem pressões ou turbulências. A transferência do poder, em momento crítico da nossa história política, se realizará, desta sorte, democraticamente. O ideal, que nos movia, era o entendimento no seio das correntes partidárias, quando não o consenso entre todas elas. A perfeição, que se almejava, não foi obtida. Conseguiu-se, contudo, criar atmosfera que favorece a cooperação no sistema de poder, que se vier a formar, de todas as tendências ou organizações partidárias.

A preservação dos valores que defendemos interessa fundamentalmente ao País. Precisamos estar capacitados a enfrentar, como já se tem dito, aquilo que jamais

aconteceu. Os três lustros que nos separam do fim do Século nos chamarão a viver mais transformações que as ocorridas desde que a Humanidade existe. E o que, na antevisão dos profetas de hoje, o presente diz ao futuro.

O amanhã de mudanças, que se prevêem, será, assim, um amanhã de problemas, cuja solução, no universo das relações sociais, tocará, fundamentalmente, à política e aos políticos. Vale dizer: à política e à classe política.

As forças espirituais e morais que nos têm guiado, velarão pela segurança do nosso destino histórico. Dissídios quanto à métodos e processos não nos desviarão dos grandes objetivos nacionais se, ao contrário do que tem acontecido, a sinceridade política colocar acima de considerações particulares os interesses supremos da Nação.

Pelas virtudes cívicas e particulares, os brasileiros são dignos da grande nação pela qual têm o privilégio de ser responsáveis. São dignos, igualmente, das alegrias que lhes desejo de todo o coração no ano prestes a iniciar-se, alegria cuja fonte está, essencialmente, no interior de cada um, na capacidade que possui cada qual de encontrar em si mesmo, em qualquer circunstância, reservas de energia e de bondade para promover a própria felicidade e a felicidade dos demais.

Boa noite e muito obrigado.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
GABINETE CIVIL  
SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO